

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR
NA PERCEPÇÃO DO ALUNO DO INSTITUTO FEDERAL DO
AMAZONAS E DOS AGRICULTORES DE MAUÉS/AM.**

SONETE MOREIRA LOPES

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR NA
PERCEPÇÃO DO ALUNO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
E DOS AGRICULTORES DE MAUÉS/AM.**

SONETE MOREIRA LOPES

Sob a orientação da professora
Dra. Sandra Regina Gregório

e coorientação do professor
Dr. Vanderlei Antonio Stefanuto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Junho de 2016**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M864p MOREIRA LOPES, SONETE, 1971-
AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR NA
PERCEPÇÃO DO ALUNO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS E
DOS AGRICULTORES DE MAUÉS/AM / SONETE MOREIRA LOPES. -
2016.
89 f.

Orientadora: Sandra Regina Gregorio.
Coorientador: Vanderlei Antônio Stefanuto.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2016.

1. Educação. 2. Oficina Pedagógica. 3. Agricultura
Familiar. 4. Políticas Públicas. I. Regina Gregorio,
Sandra , 1960-, orient. II. Antônio Stefanuto,
Vanderlei , 1974-, coorient. III Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA. IV. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

SONETE MOREIRA LOPES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/06/2016

Sandra Regina Gregório, Profa. Dra. UFRRJ (Orientadora)

Ana Mena Barreto Bastos, Profa. Dra. IFAM

Antonio Carlos de Souza Abboud, Prof. Dr. UFRRJ

Vanderlei Antonio Stefanto, Prof. Dr. IFAM (Coorientador)

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais Paulo e Delzuita,
pelo amor e doação, por me ensinarem a
perseverar e a tecer no presente o futuro
sonhado.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas IFAM *Campus* Maués, pela oportunidade concedida, investindo na qualificação de seus profissionais.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através do PPGEA, pelo exemplo de comprometimento, empenho, generosidade de seus professores e demais funcionários, por nos levarem a refletir sobre o papel social dos Institutos Federais no interior do Amazonas.

À minha orientadora, Dra. Sandra Regina Gregório, que, com dedicação e sabedoria, soube dirigir-me os passos e pensamentos para o alcance de meus objetivos.

Ao meu coorientador, professor Dr. Vanderlei Antonio Stefanuto, que, nos momentos de dúvidas, sempre esteve presente a indicar os melhores caminhos.

Ao IFAM *Campus* Parintins e IFAM *Campus* Tabatinga, pela acolhida e disponibilidade nesse processo de formação.

À professora Leonor Toro, pela amizade, pelo incentivo e contribuição prestados durante o período de estudos.

Às minhas amadas filhas Aline, Isabele e Sofia, por acrescentarem razão e beleza à minha vida, dando-me a força que me impulsiona a enfrentar os desafios com coragem.

Ao meu esposo Felipe, sempre presente durante toda a caminhada, meu porto seguro, por me fazer acreditar que o possível se faz com esforço e dedicação.

Aos amigos Cristiano Nascimento e Socorro Libório, pelo companheirismo e amizade, tornando mais leve esta jornada.

Aos colegas da turma 2014/1, que vivenciaram comigo as dificuldades e alegrias deste projeto, pela riqueza de experiência e saberes compartilhados.

Aos discentes do Curso Técnico em Agropecuária e aos agricultores familiares de Maués, que muito contribuíram como sujeitos da pesquisa, meu carinhoso abraço.

Aos meus familiares e amigos, pela motivação, compreensão e apoio.

E a todos aqueles que, de alguma forma, motivaram-me a vencer mais esta etapa, doando um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível.

RESUMO

LOPES, S. M. **As Políticas Públicas na Agricultura Familiar na Percepção do Aluno do Instituto Federal do Amazonas e dos Agricultores de Maués/AM.** 2016. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

O presente trabalho analisou a percepção de alunos do IFAM *Campus* Maués e de agricultores familiares quanto ao acesso e ao alcance de políticas públicas para os agricultores familiares do município de Maués, no Estado do Amazonas. Tendo como objetivo averiguar os efeitos da aplicação de Oficina Pedagógica na assimilação de saberes dos discentes do curso Técnico em Agropecuária do IFAM *Campus* Maués referente à oferta e ao acesso de políticas públicas na agricultura familiar e à percepção dos agricultores familiares sobre as políticas públicas para a agricultura familiar no município de Maués/AM. Foi utilizado um leque extenso de informações de autores que desenvolveram estudos e pesquisas no campo de políticas públicas e autores que desenvolveram estudos referentes à agricultura familiar; e também foram empregadas legislações que versam sobre as referidas temáticas no Brasil. A pesquisa, por ser voltada para a educação, foi realizada em dois momentos distintos: um grupo de alunos do 1º ano do curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Maués e um grupo de agricultores familiares. Os alunos foram submetidos a uma Oficina Pedagógica onde foram avaliados através de observação e questionários, segundo o modelo da escala de Likert, cujos resultados foram analisados estatisticamente por testes de médias de Tukey, com nível de significância de 5%. O estudo com os agricultores familiares utilizou-se de instrumentos de pesquisas com a utilização de questionários e entrevistas que envolveram um grupo com diversos agricultores familiares escolhidos de forma aleatória. Os resultados apontam para o seguinte quadro: os estudantes do IFAM *Campus* Maués reconhecem que existe a oferta de políticas públicas, mas que os agricultores familiares não têm acesso, sendo necessário que o Instituto se destaque como protagonista ao se tornar o interlocutor entre as políticas públicas e os agricultores familiares; os agricultores familiares reconhecem a existência de oferta de políticas públicas, mas alegam que a desinformação, as exigências de documentação (do próprio agricultor e da terra que ocupam) e a própria cultura de não acessarem as instituições, por receio de perderem suas propriedades, contribuem para a precariedade do acesso a esses benefícios. Conclui-se, portanto, que é urgente a necessidade da inserção do IFAM *Campus* Maués nos bolsões, nas comunidades ribeirinhas e entre os agricultores familiares como indutor e orientador, esclarecendo e politizando os agricultores; por outro lado, cabe aos poderes públicos e às instituições de fomento da agricultura familiar que possibilitem, de fato, o acesso dos agricultores familiares aos benefícios e programas a eles destinados.

Palavras chave: Educação, Oficina Pedagógica, Agricultura Familiar, Políticas Públicas.

ABSTRACT

LOPES, S. M. **Public Policies in Family Agriculture in the Perception of Students of Federal Institute of Amazon and Farmers of Maués / AM.** 2016. 89f. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Post Graduation Program in Agricultural Education. Institute of Agronomy, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

The present study analyzed the students perceptions of IFAM *Campus* Maués and family farmers about the access and reach of public policies for family farmers in the municipality of Maués, State of Amazonas. Aiming to check the effects of application of Pedagogical Workshop in the assimilation of knowledge of students of Technical Course in Agriculture of IFAM *Campus* Maués related in offer and access to public policies on family farming, and the perception of farmers on public policies for family agriculture in the municipality of Maués / AM. It used an extensive range of information from authors who developed studies and research in the public policy field and authors who developed studies on the family agriculture and also laws that discuss about the referred issues in Brazil. The research for being focused on education was carried out at two different moments: a group of students of the 1st year of Technical Course in Agriculture of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazon - IFAM *Campus* Maués and a group of family farmers. Students were submitted a Pedagogical Workshop where were assessed through observation and questionnaires, on the Likert scale model, the results were statistically analyzed by Tukey averages, with 5% of significance level. The study with family farmers we used research tools based on the use of questionnaires and interviews that involved a group with several farmers selected randomly. The results indicate to the following framework: the students IFAM *Campus* Maués recognize that there is a offer of public policies, but that the farmers do not have access, requiring the Institute stands out as protagonist to become the interlocutor between public policies and family farmers; family farmers recognize the existence of offer of public policies, but allege that the misinformation, documentation requirements (of the farmer and the land they occupy) and the own culture of non-access the institutions for fear of losing their property, contribute to the precariousness of access to these benefits. It concludes, therefore, that there is an urgent necessity of insert of the IFAM *Campus* Maués in pockets, in the riverside communities and among family farmers as an inducer and guiding, clarifying and politicizing the farmers; on the other hand, the public power and promotion institutions of family farming that enable, in fact, the access of farmers to the benefits and programs intended to them.

Key words: Education, Pedagogical Workshop, Family Agriculture, Public Policies.

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

AM- Amazonas

Art.- Artigo

ASCOM- Assessoria de Comunicação

BSM- Plano Brasil Sem Miséria

CEB- Câmara de Educação Básica

CEFET/AM- Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas

CMA- *Campus Maués*

CNE- Conselho Nacional de Educação

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT- Central Única dos Trabalhadores

CV- Coeficiente de Variação

DATER/MA- Departamento de Extensão Rural da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura

DP- Desvio Padrão

EMATER- Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNO- Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM- Instituto de Desenvolvimento do Amazonas

IFAM- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

LOM- Lei Orgânica de Maués

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC- Ministério da Educação e Cultura

MESA- Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PCCT- Projeto de Conclusão de Curso Técnico
PCTNM- Plano de Curso Técnico de Nível Médio
PIB- Produto Interno Bruto
PNAE- Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PPGEA- Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RJ- Rio de Janeiro
SEPROR- Secretaria de Produção
SETEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SPA/MA- Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura
SUDAM- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA- Superintendência da Zona Franca de Manaus
UEPs - Unidades Educativas de Produção
UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ZFM - Zona Franca de Manaus

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Matrícula inicial e final do curso Técnico em Agropecuária entre 2010 e 2015..... 8

Quadro 2: Principais categorias apresentadas pela Agricultura Familiar em Maués..... 50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Valores médios obtidos por cada sujeito nas duas avaliações (TI e TII) referentes ao nível de concordância nas afirmativas sobre Agricultura Familiar.	41
Tabela 2: Valores médios obtidos por afirmativas nas duas avaliações (TI e TII) referentes ao nível de concordância sobre agricultura familiar.	45

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área externa e interna da Feira do Produtor Rural de Maués	36
Figura 2: Resultado de informações sobre Agricultura Familiar	39
Figura 3: Comparativo dos valores médios obtidos por cada sujeito nas duas avaliações (TI e TII).....	43
Figura 4: Coeficiente de variação obtido por cada sujeito nas duas avaliações (TI e TII)	44
Figura 5: Comparativo dos valores médios por afirmativas nas duas avaliações (TI e TII)...	46
Figura 6: Coeficiente de Variação obtido por afirmativas nas duas avaliações (TI e TII)	48
Figura 7: Área das propriedades de agricultores familiares do Município de Maués.....	50
Figura 8: Planta de mandioca cultivada em Maués/AM	52
Figura 9: Farinha (A), tapioca em rama (B), pé de moleque (C), beijucica (D) e tucupi (E).	53
Figura 10: Macaxeira (A), banana pacovã (B), banana maçã (C), frango caipira (D) e pimenta de cheiro (E).	54
Figura 11: Terceira categoria de produtos da Agricultura Familiar de Maués-AM.....	55
Figura 12: Canavial em fase de maturação e em fase de corte	57
Figura 13: Açúcar mascavo (A) e rapadurinha (B)	58
Figura 14: Acesso fluvial para a Feira do Produtor Rural de Maués	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Justificativa	0
2.1	Objetivos	2
1.2.1	Objetivo Geral	2
1.2.2	Objetivos específicos	2
2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	3
1.1	O município de Maués: Aspectos Históricos, Socioeconômicos e Físico-Geográficos	3
2.1	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)	5
3.1	O IFAM <i>Campus</i> Maués	6
4.1	O Curso Técnico em Agropecuária	7
2.4.1	Caracterização	7
2.4.2	Organização das disciplinas	8
3	REFERENCIAL TEÓRICO	9
1.1	Agricultura Familiar	9
2.1	Considerações Gerais sobre a Agricultura Familiar no Brasil	14
3.1	Agricultura Familiar e Sustentabilidade	15
4.1	Agricultura Familiar e Desenvolvimento Regional	16
5.1	Agricultura Familiar e Políticas Públicas	20
3.5.1	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	22
3.5.2	Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF	26
3.5.3	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	28
4	METODOLOGIA	31
1.1	A Oficina Pedagógica	31
4.1.1	Composição do grupo de discentes do curso técnico em Agropecuária	31
4.1.2	Instrumento de Coleta de Dados	32
4.1.3	Desenvolvimento da oficina pedagógica	33
4.1.4	Avaliação da Prática Pedagógica	34
2.1	O Produtor Rural de Maués e as Políticas Públicas da Agricultura Familiar	34
4.2.1	Composição do Grupo de Pesquisa	35
4.2.2	O Instrumento de Coleta de Dados	36
4.2.3	A Realização da Pesquisa	37
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
1.1	Resultado da Oficina Pedagógica	38
5.1.1	Caracterização do perfil dos discentes	38
5.1.2	Avaliação do Processo de Aprendizagem	41
5.1.2.1	Avaliação da Aprendizagem Sujeito em relação ao Tempo	41
5.1.2.2	avaliação da aprendizagem questão em relação ao tempo	44
2.1	Os Agricultores Familiares	48
5.2.1	Perfil dos Agricultores Familiares de Maués	49
5.2.2	A agricultura familiar de Maués na percepção dos agricultores familiares	50
5.2.2.1	Principais Produtos da Agricultura Familiar em Maués	51
5.2.2.2	motivo da escolha das atividades de produção	58
5.2.2.3	dificuldades encontradas para o desenvolvimento da atividade	59

5.2.2.4	acesso a investimento para a produção.....	61
5.2.2.5	importância do investimento do governo para a produção.....	62
5.2.2.6	modalidade de investimento mais importante	62
5.2.2.7	dificuldades para acesso aos benefícios do governo	64
6	CONCLUSÃO	68
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
8	ANEXOS	74
	Anexo 1 – Termo de Concessão e Autorização de Pesquisa.....	74
	Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	75
9	APÊNDICES.....	77
	Apêndice A – Plano de Atividades – Oficina sobre Agricultura Familiar	78
	Apêndice B – Plano de Curso da Oficina Pedagógica.....	79
	Apêndice C – Lista de Frequência da Oficina Pedagógica.....	81
	Apêndice D - Questionário Aplicado aos alunos - Oficina Pedagógica	82
	Apêndice E - Questionário aplicado aos agricultores na atividade prática da Oficina Pedagógica.....	85
	Apêndice F - Questionário aplicado aos agricultores familiares	87
	Apêndice G - Roteiro de Entrevista realizada com os agricultores familiares	89

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países que se destaca no mundo pela produção de alimentos. Uma produção baseada em grandes latifúndios e prioritariamente mecanizada, comercial e voltada para a exportação. Segundo o Censo Agropecuário 2006, representa 30% do PIB brasileiro, as suas atividades ocupam as melhores terras, recebem as condições necessárias de apoio com investimentos financeiros oficiais e conta com uma infraestrutura que permite gerar desenvolvimento e riqueza. Este é o Brasil que dá certo, que, ano após ano, produz grande quantidade de grãos e alimenta não só pessoas, mas bovinos na Europa e Estados Unidos.

Por outro lado, existe uma agricultura voltada para a alimentação da população brasileira com produtos que não são comercializados para o exterior e não constam na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Uma produção que não dispõe de vultosos recursos financeiros, terras de boa qualidade e os insumos necessários para uma produção que garanta alimento a preços baixos. É a produção voltada para o suprimento da cesta básica, alimentos necessários para parcela significativa da população brasileira assalariada, que tem sua alimentação básica no arroz com feijão.

É bem verdade que nos últimos anos foram criados mecanismos de incentivos para os agricultores familiares, como juros subsidiados, programas de incentivo à qualificação e políticas de manutenção dos trabalhadores no campo. Apesar dos aparentes benefícios conquistados pelos agricultores familiares, verificam-se, ainda, condições subumanas de vida de parcela significativa da população envolvida com a Agricultura Familiar, além de uma carência de produtos básicos para o consumo, especialmente na região do município de Maués: hortifrutigranjeiro, frutas e verduras que são comprados de outros municípios e estados.

O desenvolvimento deste projeto surge com a intenção de analisar a percepção dos alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus Maués* – e dos agricultores familiares sobre as condições de organização e a visão das políticas públicas como incremento da Agricultura Familiar no município de Maués/AM. Uma análise e uma avaliação do grau de politização e da percepção que essas pessoas possuem das políticas públicas e como elas podem contribuir para a autonomia e a eficiência em suas atividades.

1.1 Justificativa

A cidade de Maués está situada em uma região de belezas naturais deslumbrantes, uma região rica em biodiversidade, recursos florestais, mas que possui uma das populações mais pobres do Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). A realidade das famílias de agricultores familiares, apesar dos anos, continua a mesma, baseada apenas no extrativismo de frutos, a pesca e a caça, e uma pequena roça para a produção de derivados da mandioca. Não há uma produção diversificada, nem um planejamento para a produção de outros produtos que possam gerar uma fonte de alimentação e renda para as famílias.

As práticas culturais - no que concernem às práticas agrícolas adotadas pelos agricultores familiares - é a mesma utilizada pelos seus antepassados no início do século passado e já não conseguem responder às necessidades de uma cidade que teve a sua população multiplicada por dez, conforme atestam os números do Censo 2010 apresentados pelo IBGE. Produtos agrícolas são importados de outros municípios da região e até de outros

estados e são trazidos de avião até Manaus, capital do estado, e depois trazidos em uma viagem de barco que dura em média 20 horas.

No ano de 2014, durante a abertura do calendário agrícola do município, foi informado que o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – destinou mais de um milhão de reais para a compra de produtos da Agricultura Familiar, mas, devido à falta de organização dos agricultores, os recursos acabaram voltando, pois não houve produção capaz de suprir as necessidades e exigências do Ministério. Perdem os agricultores familiares e a cidade, pois isso impede a circulação de recursos, e a condição de desenvolvimento da população continua abaixo do recomendável.

Assim, compreender como a oferta de políticas públicas é percebida pelos alunos do instituto e pelos agricultores familiares é o primeiro passo para o delineamento de propostas de organização desses trabalhadores e um maior comprometimento do instituto para uma atuação concreta em favor do desenvolvimento da região. Como afirma Morán (1994), enquanto os esquemas de desenvolvimento não estiverem baseados no verdadeiro comportamento e percepção do homem, tenderão a não ser bem sucedidos e levarão a altos custos humanos, ambientais e econômicos.

Nessa perspectiva, o problema que move a pesquisa é: Qual a percepção dos alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Maués e dos agricultores familiares do município de Maués sobre as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar?

Perceber o olhar do discente do curso Técnico de Agropecuária a respeito das condições de vida e trabalho dos agricultores familiares, conhecendo suas dificuldades para usufruto dos benefícios a eles destinados é compreender os caminhos que o instituto pretende traçar na sua tarefa de inserção social. Quanto melhor conhecida a realidade que se pretende modificar, melhores as chances de se obter bons resultados nas metas estabelecidas.

2.1 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Averiguar os efeitos da aplicação de oficina pedagógica na assimilação de saberes dos discentes do curso Técnico em Agropecuária do IFAM *Campus* Maués, referentes à percepção dos agricultores sobre as políticas públicas para a Agricultura Familiar no município de Maués/AM.

1.2.2 Objetivos específicos

- Avaliar a o conhecimento dos discentes nas atividades que compreenderam a oficina pedagógica “Agricultura Familiar: Contexto Amazônico e Políticas Públicas”, objeto deste estudo.
- Demonstrar como se procedeu à construção do conhecimento e o crescimento técnico científico dos discentes, e as correlações com a sua formação profissional, através de oficina pedagógica como uma prática cognitiva.
- Identificar a percepção dos agricultores familiares do município de Maués sobre a oferta de políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

1.1 O município de Maués: Aspectos Históricos, Socioeconômicos e Físico-Geográficos

O município de Maués localiza-se no Médio Amazonas, no extremo Leste do estado, entre os rios Madeira e Tapajós, afluentes do rio Amazonas. A cidade de Maués está a 280 quilômetros em linha reta da cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas.

A área territorial do município de Maués, de acordo com a Lei Orgânica de Maués – LOM, art. 2º, corresponde a aproximadamente 39.989 km² (trinta e nove mil, novecentos e oitenta e nove quilômetros quadrados), com os seguintes limites:

Ao Norte: com os municípios de Urucurituba, Boa Vista do Ramos e Barreirinha;

Ao Sul: com o município de Apuí;

A Leste: com o estado do Pará;

A Oeste: com os municípios de Borba, Nova Olinda do Norte e Itacoatiara.

A sede urbana do município de Maués localiza-se em área de terra firme banhada pelas águas do rio Maués-Açu. Possui uma densidade demográfica 1,31 (habitante/km²). De acordo com os dados do IBGE (2010), Maués tem uma população de 52.236 habitantes, e 58.834 habitantes em 2014 – população estimada –, de acordo com levantamentos do mesmo instituto.

De acordo com a mesma LOM, art. 3º, o município de Maués integra a divisão político-administrativa do estado do Amazonas, criado através do Decreto Paraense, de 25 de junho de 1833, data em que se comemora oficialmente o seu aniversário. À sede do município dá-se o nome de Maués, elevada à categoria de cidade, através da Lei Estadual nº 137, de 04 de maio de 1896, enquanto a sede do distrito tem a categoria de vila, com suas respectivas denominações.

O nome de Maués, de acordo com Faraco (2006, p. 28) é originário de dois vocábulos tupi, língua falada pelos primeiros habitantes da região: os índios maué. “MAU”, adjetivo cuja tradução é curioso, inteligente, abelhudo e “UEU”, ave da casta dos papagaios. “Maué”, portanto é o nome usado para designar a nação indígena que habitava a região e se traduz por “Papagaio Inteligente e Curioso”; o “S”, é caracterização do plural da língua portuguesa, portanto, Maués, significa “cidade dos papagaios inteligentes e curiosos”.

De acordo com a Lei Orgânica, art. 2º, § 5º, o município de Maués adota como línguas oficiais: a língua portuguesa brasileira e o sateré, língua de origem tupi, uma das principais raízes linguísticas indígenas do Brasil.

O Município, segundo a LOM, no seu art. 2º, § 1º, é dividido em 12 (doze) polos de desenvolvimento sustentável que abrangem mais de 180 (cento e oitenta) comunidades rurais e mais 40 (quarenta) comunidades indígenas ao longo dos rios Marau, Manjuru e demais tributários. Devido à extensão territorial do município, algumas comunidades distam até oito horas de distância da sede do município em embarcações de médio porte.

Maués é uma das cidades mais belas do Amazonas, conhecida como "Terra do Guaraná", planta que produz bebida muito apreciada pela população local e que, de acordo com a cultura e crença dos índios mundurucus e maués, contém poderes medicinais e afrodisíacos, embora não haja um estudo definitivo que comprove essas supostas propriedades.

A primeira notícia que se tem de Maués, segundo Faraco (2006, p. 29), é do ano de 1669, através do relatório feito durante a visita do superior provincial jesuíta Padre Bettendorf, o qual se referiu a Maués como "Vila dos Maguases".

Na segunda metade do século XVIII, de acordo com Paiva (2010, p.8), a região da Mundurucânia foi visitada pela primeira vez por sertanistas em busca de drogas do sertão. Era

uma região habitada pelos índios mundurucus e maués, os quais travavam constantes lutas. Entre 1750 a 1768, com os maués vitoriosos, os mundurucus da região do Tapajós emigraram, dispersando-se pelos rios Canumã, Maués-Açu, Abacaxis e tributários. Eram índios guerreiros, famosos pelo “costume bárbaro” de cortar a dissecar a cabeça dos inimigos, conforme o mesmo autor.

Em 1759, por ato do ministro de Portugal, marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos da região, pois causavam conflitos com os colonos interessados na escravidão dos índios, fato que causou a ruína das missões e tornou o convívio entre índios e brancos, hostil. Faraco (2006, p.30) diz que a tempestade pombalina fez sumir a missão do mapa, entretanto, ficaram no “lugar encravado no chão, numerosas igaçabas que antes da pavimentação todo mundo podia admirar nalgumas ruas”.

Foi Lobo D'Almada, Governador da Capitania do Rio Negro e Grão-Pará, quem, em 1793, “graças às suas habilidades e ao seu espírito de fraternidade, conseguiu pacificar os mundurucus”, conforme afirma Faraco (2006, p.30). Atraiu os guerreiros mundurucus e sateré-maué ao convívio social dos brancos, com o fim de promover o rápido desenvolvimento da região.

Em 1795, o governador deu ordem à sua escolta de “agarrar dois índios e trazê-los à presença do governador, que os mandou curar dos ferimentos recebidos na luta com os soldados e depois repô-los entre seus fartos de presentes”. Após o ardil arquitetado pelo governador, segundo Paiva (2010, p. 9), pouco tempo depois, puderam fundar os povoados de Canumã, Juriti e Lusea, povoando-os com os guerreiros mundurucus.

No lugar onde foi fundado o povoado de Lusea, existia uma aldeia mundurucu denominada "Uacituba", que significa *terra grande, terra fértil*. A cidade de Maués, segundo Faraco (2006, p.26), foi fundada pelos portugueses Luís Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto, em 1798, à margem direita do rio Maués-Açu. O seu primitivo nome foi Lusea, originado do prenome dos fundadores: um dando a primeira sílaba do seu nome; o outro, a última. O trabalho missionário foi entregue ao carmelita Frei Joaquim de Santa Luzia.

Os índios, descontentes com o trabalho escravo que lhes vinham impondo, revoltaram-se, o que gerou uma sangrenta batalha, em 1832, Faraco (2006, p.32), com vários colonos e trinta soldados portugueses mortos. Detalhe: os índios mortos não foram contados. Um ano após essa luta, ou mais precisamente em 25 de junho de 1833, Lusea foi elevada à categoria de Vila, datando, daí, a criação do município.

No ano de 1835, estoura, em Belém, a Cabanagem, revolução contra a precária situação do povo, que teve à frente, além dos colonos pobres, escravos e índios: os cabanos. Essa revolução espalhou-se por toda a província, até os mais distantes lugarejos do interior.

A Vila de Lusea foi o cenário de sangrentas lutas entre os cabanos rebeldes, de um lado, e as tropas fiéis ao governo, os legalistas, de outro. A hoje Praça Coronel João Verçosa, no centro de Maués, conforme Paiva (2010, p. 9) em Lusea, por volta de 1840, foi palco da rendição dos últimos cabanos resistentes; ali foi obrigatório o juramento de fidelidade à Constituição Imperial.

Em 5 de setembro de 1850, o Amazonas foi elevado à categoria de província. Com a criação da província do Amazonas, Lusea era um dos quatro municípios existentes, porém foi desmembrado pela Lei nº 02 de 15 de outubro de 1853, dando origem ao município de Vila Bela da Imperatriz (atual Parintins).

Uma boa parte da população indígena refugiou-se para além dos rios Marau, Abacaxis, Apocuitaua e Andirá, e mantêm, nos confins de Maués, boa parcela de sua cultura até os dias de hoje. Os sateré-maué são exemplo vivo da sobrevivência de povo indígena que conseguiu resistir ao processo de aculturação.

Ainda hoje conservam a própria língua sateré-maué. Em 11 de setembro de 1865, Lusea passou a ser denominada Vila Conceição; já a Lei nº 35, de 4 de novembro de 1892, deu ao município e sua sede o nome de Maués.

O município de Maués situa-se na mesorregião nº 03, microrregião nº 10, código municipal 0290, segundo a classificação da FIBGE. Está localizado no Médio Amazonas, área Leste do estado, entre os rios Madeira e Tapajós. O município apresenta as seguintes coordenadas: 3° 32' 44" de latitude Sul e 57° 41' 30" de longitude a Oeste de Greenwich.

O relevo do município é constituído pelo tipo de planície amazônica, variando de plano a suave ondulado; destaca-se uma variedade de lagos, furos, paranás e depósitos fluviais recentes. Sua sede está localizada em uma área de terra firme, banhada pelo rio Maués-Açu, a 18m de altitude acima do nível do mar.

O clima do município é o equatorial e tem como característica ser quente e úmido, de acordo com Paiva (2010, p. 94), com uma média de precipitações acima dos 2500 mm de chuva por ano. A temperatura média fica em torno de 28° C, com variações entre 26° C (mínima) e 32° C (máxima).

A vegetação do município está classificada, de acordo com Paiva (2010, p. 94), como Floresta Equatorial Densa, sub-região dos Baixos Platôs da Amazônia, com exuberante cobertura vegetal ombrófila da Floresta Densa, com predominância de árvores emergentes de grande porte. O município de Maués está situado na maior floresta equatorial do mundo – a Floresta Amazônica. Essa vegetação é formada por mata de terra firme, mata de várzea e os igapós.

Maués está localizada na região da maior bacia hidrográfica do mundo – a Bacia Amazônica. Os rios, lagos, furos, igarapés e paranás representam uma fonte inesgotável de alimentos, transporte, comunicação e integração entre as centenas de comunidades ribeirinhas que vivem às suas margens.

A hidrografia mauense tem como seus principais leitos, de acordo com Paiva (2010, p. 95), os rios Maués-Açu, Maués-Miri, Urupadi, Andirá, Paracuni, Arari, Apocuitaua, Pupunhal, Marau e Amana; os lagos mais importantes da região de Maués são: Batista, Urubu, Castanhal, Pretinho, Chibuí, Garças, Jacaré, Tapaiúna e Comprido.

2.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas é resultado da união da tradicional Escola Agrotécnica Federal de Manaus, Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira e do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM). Essas instituições são respostas às exigências de formação de profissionais qualificados para suprir as necessidades de desenvolvimento do estado e promoção da qualidade de vida dos homens e mulheres do Amazonas.

[...] a Lei 11.892, publicada em 29/12/2008, cria no âmbito do Ministério da Educação um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Estruturados a partir do potencial instalados nos Cefet, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro (Pacheco 2008, p. 8).

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pelo interior do país é uma ação do Governo Federal que possui no seu cerne a oportunidade única de levar às mais distantes localidades o acesso a cursos técnicos e tecnológicos, através da Rede Federal de Educação Tecnológica, aos trabalhadores e trabalhadoras, gerando a oportunidade de formação e qualificação profissional. A iniciativa de expansão dos institutos, além da oferta dos cursos técnicos e tecnológicos, licenciaturas e cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, representa a oportunidade de desenvolvimento de tecnologias locais – a partir de pesquisas – indispensáveis para o desenvolvimento das localidades onde estiverem inseridos.

O que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto Democrático, comprometido com a emancipação dos setores explorados de nossa sociedade; uma educação, que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada. Mais do que isso a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da exclusão social (Pacheco, 2010, p. 10).

A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus Maués* se deu em 2007, na segunda fase de expansão da Rede Federal de Educação, que previa a criação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica no País. Uma resposta a uma secular defasagem da oferta de formação técnica e tecnológica no país.

Em 2005, o presidente Lula anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual incluía a construção de 65 unidades de ensino. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, em 2007, a expansão passou a fazer parte das ações dele, e o governo anunciou então a construção, em 2009, de mais 150 unidades de ensino, contemplando todos os Estados e o Distrito Federal [...] (Pacheco 2010, p.71).

3.1 O IFAM *Campus Maués*¹

A implantação do *Campus Maués* foi resultado da Chamada Pública/MEC/SETEC Nº 01/2007, de 24 de abril de 2007, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Maués protocolou, no dia 4 de julho de 2007, sua proposta, junto à Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. O projeto apresentou proposta de ações de apoio à implantação de uma unidade de ensino no âmbito do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II.

No dia 07 de novembro de 2008, foi homologado, pelo diretor geral do CEFET-AM, professor João Martins Dias, o Processo Licitatório para a Contratação de Empresa de Engenharia Civil para Construção da unidade de Ensino Descentralizada do município de Maués-AM, com o valor global de R\$ 3.599.925,71 (Três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos).

O início das obras aconteceria a partir de janeiro de 2009, através da Ordem de Serviço Nº 002- GDF/09, quando foi autorizado o início da Execução de Construção da Unidade de Ensino Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas no município de Maués- AM. Somente a partir do dia 29 de dezembro de 2008, através da Lei Nº 11.892, seriam criados os INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA em todo País, data em que se uniram as Escolas Técnicas e Agrotécnicas para a formação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Amazonas, constituído pelos campi já existentes e os que estavam em implantação.

No dia 14 de dezembro de 2009, iniciaram-se as inscrições para o primeiro Processo Seletivo de Alunos, edital Nº 11/2009, para a seleção de 120 alunos para os Cursos Técnicos em Agropecuária, Informática e Administração Integrados ao Ensino Médio, e edital Nº

¹ O histórico do *Campus Maués* foi extraído do site oficial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Maués. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/maues/instituicao/a-instituicao-1>

12/2009 para a seleção de 160 alunos para os Cursos Técnicos em Informática, Administração, Meio Ambiente e Recursos Pesqueiros, na modalidade Pós-Médio.

A cerimônia de Aula Inaugural do IFAM *Campus* Maués aconteceu no dia 05 de abril de 2010, no Auditório do Museu do Homem de Maués, com a presença da diretora geral do *Campus* Maués, professora Leonor Ferreira Neto Toro, do chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, professor Eulálio Macedo, dos cento e vinte alunos dos cursos Técnicos em Agropecuária, Informática e Administração Integrados ao Ensino Médio, dos professores, dos servidores, do prefeito municipal de Maués e de demais autoridades locais, marcando o início das atividades letivas de 2010.

As atividades letivas se iniciaram em três salas de aula cedidas pela Universidade do Estado do Amazonas, enquanto a construção do prédio do IFAM estava sendo concluída, transferindo-se para o novo prédio somente no mês de agosto, com o ingresso de 160 alunos nos cursos de Informática, Meio Ambiente, Recursos Pesqueiros e Administração.

Hoje o IFAM *Campus* Maués está em pleno funcionamento no novo prédio, atendendo a dez turmas de Cursos Técnicos na modalidade Integrados e oito turmas de Cursos Técnicos na modalidade Subsequente, nos três turnos, funcionando de segunda a sexta, além dos projetos de extensão que envolvem segmentos importantes da população do município.

4.1 O Curso Técnico em Agropecuária

2.4.1 Caracterização

O Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária na Forma Integrada, pertencente ao Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, funciona no turno diurno, com regime de matrícula anual. O curso possui uma carga horária total de 4.620 horas, das quais 2.906 horas são de Formação Geral, 1.360 são de Formação Profissional e 300 horas reservadas ao Estágio Supervisionado (PCTNM, 2013).

O Curso Técnico em Agropecuária do IFAM *Campus* Maués tem como objetivo principal proporcionar habilitação técnica aos educandos, promovendo - além da qualificação profissional - a escolarização integrada de nível médio, desenvolvendo suas competências e habilidades para atuação nos diversos segmentos da cadeia produtiva, ressaltando a valorização da ética, da diversidade, do meio ambiente, da responsabilidade social e do contínuo auto aperfeiçoamento humano, visando ao desenvolvimento da economia da região (PCTNM, 2013).

O técnico de nível médio em agropecuária é o profissional que possui conhecimentos integrados aos fundamentos do trabalho, da ciência e da tecnologia, com senso crítico, postura ética e consciência ecológica. Possui habilitação para planejar, executar, acompanhar e fiscalizar todas as fases de Projetos Agropecuários, interagindo de forma criativa, dinâmica e responsável no mundo do trabalho e da sociedade (PCTNM, 2013).

O ingresso no curso acontece por meio de processo seletivo aberto ao público, para o primeiro ano do curso, com prova escrita contendo conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática, para alunos que tenham certificado de conclusão do Ensino Fundamental ou equivalente, objetivando apreciar as competências e habilidades dos candidatos. O número de vagas deverá atender ao que está designado no Plano de Curso, conforme as possibilidades física, pedagógica e técnica do IFAM *Campus* Maués (PCTNM, 2013).

Desde a turma inicial, o curso Técnico em Agropecuária apresenta, conforme o quadro 1, os seguintes resultados:

Quadro 1: Matrícula inicial e final do curso Técnico em Agropecuária entre 2010 e 2015

Ordem	Turmas	Matrícula inicial	Concludentes
1	Ciclo 2010 – 2012	37	12
2	Ciclo 2011 -2013	44	11
3	Ciclo 2012 -2014	52	21
4	Ciclo 2013 -2015	37	14

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Q-Acadêmico IFAM/CMA

Um dos dados observados na tabela é a discrepância entre a matrícula inicial e o resultado final. O número de alunos que concluem o curso ainda é bastante reduzido: o ciclo 2010/2012 tem um pouco mais de 32% de alunos concludentes; no ciclo 2011/2013, esse percentual caiu para 25%; no ciclo 2012/2014, o percentual melhorou e chegou a 40,3% de aprovação e, finalmente, no ciclo 2013/2015, o percentual decaiu e apenas 37,8% dos alunos concluíram com êxito o curso.

Pode-se afirmar que as causas que contribuem para o baixo percentual de conclusão de curso são as seguintes: O *Campus* Maués está ainda em processo de consolidação por ter apenas cinco anos de existência; a grande rotatividade de professores da área de agrária e a ausência das Unidades Educativas de Produção - UEPs.

2.4.2 Organização das disciplinas

A organização curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária é constituída pelas disciplinas específicas do curso e por disciplinas que favorecem uma compreensão das relações existentes entre os saberes acadêmicos, o mundo do trabalho e o contexto histórico social no qual o profissional estará inserido (PCTNM, 2013).

Ao discente que concluir com aproveitamento as três séries do curso, cumprir o Estágio Supervisionado ou o Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT, será conferido o Diploma de Técnico de Nível Médio em Agropecuária, estando habilitado para exercer múltiplas funções dentro das organizações, como profissional liberal autônomo, empregado ou não, tanto em organizações públicas, como privadas (PCTNM, 2013).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Agricultura Familiar

A agricultura familiar no Brasil inicia seu efetivo desenvolvimento a partir da década de 90 quando o Governo Federal passa a adotar políticas públicas que permitem aos pequenos proprietários rurais, especialmente aos agricultores familiares, acesso a investimentos, recursos e serviços que antes eram voltados exclusivamente para os produtores comerciais e grandes latifundiários. Nos anos 90, de acordo com Conceição *et.al.* (2009, p. 04), acontecem as primeiras iniciativas governamentais para o fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil, a partir da criação do “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária para o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil”, importantes e determinantes políticas públicas que serão decisivas para o fortalecimento da categoria.

O revigoramento desta modalidade de produção agrícola – Agricultura Familiar – só acontece pela abertura de espaço político e econômico que antes era ocupado e destinado à agricultura comercial. A busca de alternativas iniciadas pelos movimentos sociais organizados faz com que aconteça a mobilização de setores que antes estavam à margem das políticas públicas, um conflito em que transparecem as divergências de interesses no campo, como afirma Salazar (2006, p. 113-114):

A sociologia do conflito é chamada de visão dialética ou histórico-estruturalista. O pressuposto básico é que o dinamismo das sociedades é determinado por fatores histórico-estruturais que engendram contradições em torno dos quais se estabelece um quadro conflitual definido pela divergência de interesse entre os agentes sociais e os privilégios distintos que exercem uns em relação aos outros. Esses interesses opostos seriam as origens das lutas sociais, das revoltas e das crises que formam a base dos acontecimentos que marcam a evolução da humanidade e a história das sociedades e que nos sucessivos períodos históricos podem manifestar-se como conflitos latentes ou expostos e em casos extremos levar até a ruptura do pacto social.

Graças à instauração desta nova dinâmica na sociedade é possível contrapor os interesses que até então vigoravam: de um lado os grandes latifundiários e de outros os pequenos proprietários – muitos vivendo em condições abaixo da linha da pobreza. Juntando-se a isso os muitos agricultores sem-terra que viviam sem perspectivas e que viam nesta nova fase do país – saindo de uma Ditadura Militar de 20 anos – a possibilidade de novos rumos na política e redefinição da macroestrutura do país.

Nesse período, pela busca de políticas sociais que viessem ao encontro dos menos favorecidos da sociedade, inicia-se - pelos mais diferentes recantos do país - a luta por uma Reforma Agrária que garantisse o acesso e a permanência de milhares de famílias que viviam desprovidos de terra e sonhos para exercerem uma verdadeira cidadania. Trabalhadores rurais, grupos sociais organizados e intelectuais abraçaram a causa como forma de dotar o país de instrumentos capazes de propor ações que dessem uma “nova cara” para o setor agrícola no Brasil. Neste sentido, afirma-se:

[...] A criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a Reforma Agrária resultou de reivindicações advindas de trabalhadores rurais e de grupos sociais organizados ligados à causa. Além disso, tais políticas tiveram como fundamento a base conceitual da comunidade acadêmica nacional e os modelos desenvolvidos por agências multilaterais, como a Food and Agriculture Organization

(FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Mundial (DENARDI, 2001, *apud* CONCEIÇÃO, 2009, p. 4).

É uma luta árdua e incessante dos movimentos sociais e demais entidades envolvidas para que mudanças significativas pudessem se consolidar efetivamente no Brasil. O início do novo milênio, pela força e ações dos movimentos progressistas, vai delinear legislações que vão ao encontro dos anseios daqueles que reivindicavam uma política voltada para os pequenos proprietários rurais – agricultores familiares – e dos demais despossuídos de terra pelo país afora.

Com a promulgação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelecia as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais, novos rumos são oferecidos e novas possibilidades de mudanças são apresentadas para recompor o cenário rural. Com a normatização e formulação de políticas públicas para os pequenos proprietários rurais, são oferecidas, por esta Lei, em seu Art. 3º, definições que diferenciarão agricultor familiar e empreendedor familiar rural. Para efeito desta Lei, define-se agricultor familiar, como sendo:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A normatização e reconhecimento dessa nova modalidade de proprietário rural garantirá a formulação de uma política voltada para um público que até então vivia à margem dos direitos e das concessões de financiamento e serviços que eram oferecidos somente para os grandes proprietários rurais. Um grande avanço, não se pode negar, diante da longa trajetória da história brasileira que sempre excluiu e condenou a um papel secundário os trabalhadores rurais empobrecidos.

O Censo Agropecuário 2006 realizado pelo IBGE apresenta o quadro da realidade rural brasileira e mostra as contradições existentes no campo. Uma realidade onde um enorme contingente de agricultores familiares vive em uma pequena área ocupada, enquanto os latifúndios, propriedades de poucos, ocupam maior área no território nacional. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2007 (p. 5), realizada pelo IBGE, aponta para o seguinte quadro:

No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.366.267 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,36% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,10 milhões de hectares, ou seja, 24% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,9% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,34 ha, e a dos não familiares, de 313,3 ha.

A concentração de terras ainda é um obstáculo a ser superado, embora muitas iniciativas tenham sido tomadas, principalmente devido à articulação e à pressão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com apoio de segmentos da Igreja Católica e movimentos sociais organizados. Esse é um marco relevante na história rural brasileira, mas que ainda está bastante distante do tão sonhado fim dos latifúndios improdutivos e da tão aspirada Reforma Agrária prevista na Constituição Federal de 1988, no artigo 184:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

A Reforma Agrária seria, segundo muitos autores, a condição necessária para que as políticas públicas pudessem ser aplicadas e consolidadas plenamente no meio rural brasileiro e garantisse a inserção e a cidadania a milhões de pessoas espalhadas pelo país. Nesse sentido, Abramovay declara:

[...] O acesso à terra é uma das condições básicas para esta alteração: mas ele só faz sentido, se for acompanhado do acesso a um conjunto de condições que alterem o **ambiente institucional** local e regional e permitam a revelação dos potenciais com que cada **território** pode participar do processo de desenvolvimento. Isso não depende apenas da iniciativa e da transferência de recursos por parte do Estado, mas fundamentalmente da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural: é daí que poderão nascer as novas instituições capazes de impulsionar o desenvolvimento de regiões vistas socialmente como condenadas ao atraso e ao abandono. (ABRAMOVAY, 1999, p. 01)

A mobilização de forças é que contribui para a implantação de novas políticas, mas é a observância permanente que permitirá que ações sejam criadas e atualizadas constantemente. A potencialidade dos novos territórios, segundo Witkoski (2014, p. 28) e Júnior (2008, p. 392) será fundamental para a consolidação de ciclos de desenvolvimento, não mais restrito a um grupo de privilegiados, mas extensivo a um contingente maior de pessoas.

Ainda na linha da legislação, foram firmados princípios que nortearam a política de Agricultura Familiar. A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, descrita na Lei nº 11.326/2006, em seu Art. 4º (p. 1-2), prescreve princípios que deverão nortear o fundamento da Agricultura Familiar:

- I - descentralização;
- II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
- IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

A agricultura familiar é um tema que recebe atenção de muitos pesquisadores pela sua importância social, econômica e cultural. É uma atividade que de acordo com a abrangência da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (p. 2), abarca atividades, modalidades e práticas que abrigam parcela significativa da população rural e é responsável pela produção de grande parte dos produtos consumidos pelos brasileiros, ainda que não disponham de mecanismos, infraestrutura e recursos financeiros para a sua consolidação.

A materialização da Agricultura Familiar e suas possibilidades de inserir setores da população no contexto de desenvolvimento nacional é uma condição necessária para a mudança de paradigma no meio rural no Brasil. Bomfim (2010, p.387) assim descreve a Agricultura Familiar, sua função social, econômica e cultural:

A unidade familiar camponesa, pequeno proprietário, parceiro, arrendatário ou posseiro, é composto de pequenos produtores que utilizam trabalho familiar visando à reprodução de seu modo de vida. Em geral, suas atividades têm uma característica de subsistência, embora pequenos excedentes sejam semanalmente vendidos nas feiras ou comprados de estrada. As unidades de empresas familiares também são constituídas de pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, mas a produção é dirigida para o mercado, embora baseada em força de trabalho familiar.

A Agricultura Familiar pode ser concebida como uma atividade que é desempenhada em uma propriedade pelos próprios familiares, algumas vezes com a ajuda de terceiros. Uma atividade responsável por gerar empregos no campo e que ainda produz o alimento tão necessário para milhões de brasileiros. Apesar de sua importância vital para o país pela geração de alimento, há muito vem sendo esquecida e entregue à própria sorte. Nesta ótica, Carneiro (1997, p. 70) afirma:

Há décadas relegada a segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária –a pequena propriedade– têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade – setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira. O aumento da produtividade, associado ao consumo de tecnologia, tem fundamentado a ação e o discurso modernizadores até aqui. É nesse sentido que a proposta de um programa de fortalecimento da agricultura familiar voltado para as demandas dos trabalhadores – sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações – representa um considerável avanço em relação às políticas anteriores [...].

A dependência dos recursos para a sua consolidação como um meio necessário para a produção de alimentos para a sobrevivência de milhões de brasileiros ainda é um dos desafios a serem vencidos nesta batalha pela efetivação de uma política pública voltada para os produtores rurais. Não podemos negar que ações, programas e projetos já foram implementados pelos diversos governos brasileiros nos últimos anos, embora ainda haja muito a ser feito para que milhões de famílias de agricultores familiares possam, de fato, contar com esses benefícios.

No Brasil, a Agricultura Familiar representa uma alternativa de produção de alimentos, além de se consolidar como uma prática, na maioria das vezes, ecologicamente correta, sustentável economicamente e que garante, além do sustento de brasileiros, a permanência de trabalhadores na área rural. Nestes termos, assim se define:

Durante muitos anos, e ainda hoje, o latifúndio e a monocultura deixaram enormes passivos ambientais e colocaram em risco a diversidade ambiental e cultural de muitas comunidades rurais. Atualmente o termo monocultura e latifúndio vêm perdendo espaço para o agronegócio ou *agrobusiness*. Mudam os nomes, mas os significados em termos de impactos são os mesmos. É dentro dessa ótica de emaranhado de discussões, de possibilidades e impossibilidades, que aos poucos vão se conciliando o maior acesso à terra para agricultores familiares e a necessidade de estratégias de produção familiar que sejam economicamente viáveis, socialmente justas, ecologicamente corretas e culturalmente sustentáveis (BRASILEIRO, 2010, p.5).

A experiência dos movimentos de agricultores familiares pelo país afora demonstra a necessidade de o Estado brasileiro criar condições de não só assentar milhares de trabalhadores rurais sem terra, mas de garantir condições de manutenção e desenvolvimento dessas pessoas. Não se trata de oferecimento de favores, mas que o país assuma uma dívida secular com aqueles que foram expulsos de suas terras por uma política latifundiária, uma dívida histórica que é contemporânea às capitânicas hereditárias.

Uma das características da Agricultura Familiar é a mão de obra não assalariada, uma lógica que contraria o modelo capitalista que privilegia o capital e a exploração do trabalhador, embora não se possa afirmar categoricamente que não haja exploração. O trabalho familiar não garante salários fixos para cada membro da família, o que, de certa maneira, pode causar certa insegurança e a incerteza quanto à garantia de subsistência, principalmente quando fatores climáticos podem interferir na produção.

A Agricultura Familiar - como o próprio nome diz - é uma atividade desenvolvida pelo agricultor e seus familiares cuja função é a manutenção da estrutura familiar. A garantia da sobrevivência a partir das práticas agropecuárias, segundo Carneiro (1997, p. 6), é que permitirá a permanência das pessoas no espaço rural e a estrutura social com a geração de renda e alimento para as próprias famílias e demais famílias da comunidade e entorno.

Santos (2013, p. 4), a partir de uma visão de Schmitz e Mota (2007), assim define a ideia de Agricultura Familiar:

Segundo Schmitz e Mota (2007), toda a população agrária que administra um estabelecimento agrícola, como os assentados, agricultores de subsistência, posseiros, etc., deve ser incorporada na agricultura familiar. O estabelecimento familiar é simultaneamente uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social. Esses empreendimentos familiares têm duas características principais: gestão familiar e trabalho predominantemente familiar.

A administração da propriedade e a produção são características apresentadas para definir o conceito de Agricultura Familiar. Cabe à família gerir todas as atividades desenvolvidas no local onde cada membro das famílias tem uma função específica para desempenhar na atividade produtiva.

O ato de desempenhar as atividades de administração - o que produzir, quanto produzir, em que período, quando e onde vender - são decisões que devem ser tomadas e que vão definir o sucesso ou o fracasso do empreendimento rural e a subsistência de uma família. As experiências acumuladas durante uma geração são o que norteia a maioria das decisões e nem sempre se amparam em prognósticos técnicos, estudos sistematizados ou pesquisas de mercado.

As experiências vivenciadas entre os agricultores familiares no município de Maués não são diferentes do restante do país, pois é notória uma produção de produtos agrícolas baseada numa expectativa de preços e lucros. A decisão quase sempre se baseia em alguns produtos que tiveram bastante procura e que renderam uma boa lucratividade no ano anterior, mas isso nem sempre se traduz em resultados satisfatórios e a decepção leva muitos agricultores familiares a abandonarem as atividades ou a própria propriedade.

A situação vivida no meio rural é um sentimento que se estende a inúmeros agricultores familiares que, ao administrarem suas propriedades, muitas vezes sem os conhecimentos necessários, acabam por atingir um alto grau de indefinição aos rumos que pretendem dar às suas atividades. O município de Maués conta com mais de 45% da população na área rural (PAIVA, 2010, p. 96) e a garantia de permanência dependerá de como os agricultores familiares conseguirem administrar as suas propriedades e as condições de infraestrutura, investimentos e insumos necessários para a produção e a manutenção dos seus familiares.

Outra característica da Agricultura Familiar é a utilização, além da mão de obra familiar, da possibilidade de contratação de outras pessoas, temporariamente, ou de forma permanente para a ajuda na produção e nas atividades da propriedade. Frequentemente, observa-se a utilização de todos os membros da família em alguma atividade realizada: os trabalhos obedecem a uma distribuição por idade ou sexo. Existe o trabalho que pode ser feito pelas crianças, adultos e velhos e por homens ou mulheres.

A utilização de mão de obra pode garantir a ocupação e geração de renda não só para as famílias, mas para o incremento da economia de muitos municípios do Brasil. (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2002) *apud* Santos (2013, p. 3) reafirmam a importância da Agricultura Familiar e da geração de renda: “No debate sobre o desenvolvimento local, as especificidades produtivas e geradoras de renda e ocupação, expressivas na agricultura familiar, têm importância econômica e social e são motivadoras de políticas públicas”.

A manutenção das famílias dos agricultores familiares em suas áreas de atuação contribui para a garantia de empregos, geração de renda, ao mesmo tempo uma relação de consumo e trabalho. Um ciclo que, ao se manter rotineiramente, garante um fluxo contínuo de atividades econômicas, sociais e culturais que confere à Agricultura Familiar uma atividade indispensável para qualquer sociedade. Santos (2013, p. 3), amparado pelas pesquisas de Galvão (2005), afirma que, na unidade familiar, a produção se apoia no equilíbrio entre o consumo e o trabalho. Isso corresponde a uma microeconomia particular em que o volume de atividade é função direta do número de consumidores familiares e não do número de trabalhadores.

A incerteza e insegurança quanto ao destino ou às poucas possibilidades de projeção de oportunidade dentro do espaço rural fazem com que as novas gerações busquem outras possibilidades e oportunidades na área urbana, afetando a produção da Agricultura Familiar pela falta da mão de obra nas propriedades rurais. Uma realidade que se verifica frequentemente devido à urbanização crescente das médias e pequenas cidades brasileiras, conforme demonstram os dados do IBGE (2010).

2.1 Considerações Gerais sobre a Agricultura Familiar no Brasil

A década de 1960 no Brasil é marcada pelo incentivo à modernização das atividades rurais: concessão de grandes áreas de terras para a implantação de grandes projetos agropecuários, investimentos governamentais para a produção de *commodities* para exportação e a facilitação para investimentos empresariais. O meio rural brasileiro passou por transformações que mudariam de forma significativa as relações sociais, políticas e econômicas e que colocariam em confronto os grandes empreendimentos e os pequenos proprietários rurais.

As novas e modernas técnicas de produção agrícola no Brasil tiveram seu auge a partir da segunda metade da década de 1960, quando o modelo definido como Complexo Agroindustrial se inseriu dentro da economia brasileira. Segundo (MAZZALI, 2000) *apud* Bastos (2010, p. 276), o Complexo Agroindustrial é a articulação entre agricultura, indústria produtora de insumos e indústria processadora de produtos agrícolas.

Dessa forma, nasce um novo modelo de produção agrícola no Brasil, que, vinculado à modernização, introduzida através da relação entre agricultura e indústria, proporcionou diversas mudanças nos aspectos econômicos, territoriais e sociais do país. Os investimentos são direcionados para os grandes proprietários, os pequenos proprietários acabam perdendo suas propriedades e se inicia no país um processo de urbanização com o inchaço nas grandes cidades devido ao crescente êxodo rural.

No Brasil, na prática da Agricultura Familiar, cada membro da família tem um papel importante na produção da propriedade possibilitando uma divisão técnica do trabalho no interior da família, diferente da lógica da agricultura comercial (CONCEIÇÃO, 2009, p. 5). Para essa autora, quando a família não consegue suprir sua necessidade de trabalho, este é complementado pela relação de produção denominada de ajuda mútua (a exemplo do mutirão e da parceria), a qual fortalece a organização comunitária entre os agricultores. Além disso, nas técnicas utilizadas pelo agricultor familiar há a preocupação de manter em equilíbrio os recursos que sustentam a produção.

Na produção agrícola familiar ocorrem também relações de trabalho contrárias à lógica capitalista, em que os trabalhadores não recebem salários por sua mão de obra. Isso não quer dizer que não haja exploração do trabalhador pelo capital. Ela é apenas diferente.

Na unidade de produção da Agricultura Familiar, o trabalho é desenvolvido por filhos, pai, mãe e outros familiares, que geralmente não são assalariados. Todo esforço de produção da família está voltado para a manutenção da própria família com a possibilidade de venda dos excedentes. Segundo Conceição (2009, p. 6):

O esforço da produção na agricultura familiar é determinado conforme a necessidade da família. Portanto, não há perspectiva de lucro na produção familiar, diferenciando-se da empresa nos moldes capitalistas. Na agricultura familiar cada membro exerce um papel importante na produção. Conforme mencionado a produção da agricultura familiar visa o atendimento das necessidades do trabalhador e de sua família. Em outras palavras os níveis de produção são determinados pelas necessidades, pois a tendência produtiva da agricultura familiar será proporcional ao tamanho da distância dos objetivos estabelecidos pela família.

Desse modo, a identificação da Agricultura Familiar deve ser feita a partir da construção e reconstrução do conceito ao longo do tempo, do espaço e momento político. Trabalhos de campo são ideais para estabelecer as famílias agrícolas, pois levam em conta o tamanho das propriedades, além de considerarem os aspectos físicos, econômicos e históricos que caracterizam esses pequenos produtores.

O desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil está associado à implementação de políticas públicas que possibilitem, além da permanência na terra, o desenvolvimento de estratégias e condições de sobrevivência com dignidade na área rural. Pode-se afirmar que a história da Agricultura Familiar está intimamente ligada à consolidação de políticas públicas que foram, gradativamente, conquistadas pelos pequenos trabalhadores rurais com apoio indispensável dos movimentos sociais organizados.

O país experimentou uma “revolução” com a consolidação de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o PRONAF – como veremos mais adiante – importantes instrumentos de consolidação para a Agricultura Familiar. São avanços significativos, embora existam situações em que estes programas devam ser aperfeiçoados para que possam atingir aqueles que mais necessitam.

3.1 Agricultura Familiar e Sustentabilidade

Um mundo cada vez mais globalizado, com uma população na casa de 7 bilhões de pessoas e que necessita de alimentos para a sua sobrevivência, se vê diante do dilema de produzir sem destruir o próprio planeta. Um dilema crescente em que se confrontam a necessidade de produção de alimento para a sobrevivência e a possibilidade de perecimento da humanidade pelo esgotamento dos recursos do planeta, como afirma Salazar (2006, p. 129-130):

A produtividade econômica não deve ser obtida a custo de recursos escassos, tornados artificialmente, geograficamente e ocasionalmente abundantes e até vis, através de uma tecnologia mal formulada que saca sobre o futuro deixando em aberto uma dívida social e ecológica para ser paga por inúmeras gerações que sofrerão as consequências do imediatismo e da imprevidência. [...] além de gerar poluição e degradação do ambiente, esse sistema impõe uma dívida que terá que ser paga, um dia, quando terá que ser repensada toda essa tecnologia. Antevê-se a possibilidade, no hiato entre a substituição de tecnologias, uma escassez mundial de alimentos e de matéria-prima nobre, com elevados custos de recuperação do solo e saneamento do meio ambiente poluído.

Um problema, um paradoxo entre subsistir ou morrer, ou morrer ou morrer, visto que o aumento da produtividade está associado ao aumento cada vez maior de fertilizantes e agrotóxicos que podem afetar o solo, as fontes de água e, conseqüentemente, a própria humanidade, que é exposta a esses produtos químicos através dos alimentos consumidos. A urgência da produção de alimentos e o crescente esgotamento e desertificação de áreas antes produtivas, fazem com que muitas outras sejam transformadas em novas fronteiras agrícolas diminuindo as já combatidas áreas verdes do planeta.

Não se pode resolver um problema criando novos problemas. O problema da desertificação e o aumento de áreas degradadas não poderão ser superados com a abertura de novas frentes agrícolas, mas pela percepção de novos valores que associem a produção de alimentos com a sustentabilidade. Corroborando essas observações, Seabra (2013, p. 114) afirma:

[...] os problemas da humanidade são sistêmicos, interligados e interdependentes; são facetas da mesma crise; por isso, as soluções passam necessariamente pela mudança de percepção, de pensamentos e valores. Neste sentido, surgem perspectivas de programar estratégias de desenvolvimento menos predatório, ou o ECO desenvolvimento, expressão rebatizada pelos anglo-saxões como desenvolvimento sustentável; sua noção contemporânea tem origem nas discussões em Estocolmo e consolidação na Conferência Rio – 92 [...]

A Agricultura Familiar, com sua ação menos agressiva ao meio ambiente, se mostra como uma alternativa para o enfrentamento do problema geração de alimentos e conservação/sustentabilidade do planeta. As práticas tradicionais dos agricultores familiares da Amazônia podem provocar um impacto menor no meio ambiente e garantir uma qualidade de vida melhor para a humanidade.

A defesa de uma agricultura limpa, livre de produtos químicos que desencadeiem a degradação do solo e de fontes de águas, deve ser um objetivo a ser perseguido, pois conservar as fontes naturais é contribuir para a própria conservação da humanidade. Iniciativas importantes são observadas no Brasil, como se explica:

A agricultura orgânica deve ser interpretada pelos agricultores familiares não apenas como uma produção “limpa”, livre de agrotóxicos, mas sim como possibilidade de uma relação mais equilibrada (ecologicamente) e maior integração com o espaço onde estes encontram-se inseridos. Dessa forma, o ideal seria que esses agricultores almejassem um maior engajamento nos processos de desenvolvimento local e regional, deixando de ser apenas figuras secundárias (sujeitadas) e passassem ao papel principal (sujeitos ativos) do processo de desenvolvimento, com destaque e importância na mudança de racionalidade e desconstrução de paradigmas. (BRASILEIRO; MACIEL, 2010, p. 02)

De acordo com Carmo (1998, *apud* Brasileiro, 2010, p. 10), a produção familiar, dadas as suas características de diversificação/integração de atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menores escalas, pode representar o lócus ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável. O desenvolvimento sustentável analisado na ótica da Agricultura Familiar orgânica e com base na visão geográfica constata que os principais entraves são de natureza econômica, política e social, pois, de um lado, encontra-se o pequeno agricultor familiar com pouco acesso a recursos financeiros e políticos e, do outro, encontram-se os grandes proprietários, que ditam as regras dos sistemas agrícolas, a exemplo da agroindústria canavieira em relação ao assentamento Chico Mendes.

Urge descobrir vocações produtivas que convivam com a preservação ambiental e mais afinadas com a demanda ampliada, isto é, direcionadas para o mercado, não apenas um mercado local e regional, mas um mercado amplo e globalizado, com o cuidado de, por primeiro, procurar beneficiar os primitivos ocupantes, respeitando o direito ancestral dos índios, caboclos e posseiros (SALAZAR, 2013, p. 191)

4.1 Agricultura Familiar e Desenvolvimento Regional

O processo de ocupação e colonização da América Latina, e em especial a do Brasil, demonstra claramente a forma com que foram tratados os habitantes e os modelos de propriedade instalados por estas terras. Nas comunidades primitivas americanas a propriedade e uso da terra eram comuns. Ainda existem sociedades que defendem essa forma de organização, mas, em geral, o que prevalece é a propriedade privada. Para Mosca e Aguirre (1990, p. 79):

Na América Latina ainda existem algumas comunidades indígenas que mantêm esse regime de posse de terras. Mas, em geral, tem-se prestado a grandes injustiças: muitos ficaram sem terras para cultivar, e uns poucos apropriaram-se de enormes extensões que, em muitos casos, estão sendo explorados nem sempre convenientemente. Hoje, na América Latina, de 100 pessoas uma única delas possui dois terços da terra e as 99 apenas um terço.

As políticas para o campo passaram por mudanças significativas, mas a realidade vivida por muitos trabalhadores rurais é ainda perversa. Afastados de suas propriedades por invasões ou grilagem de terra, muitos trabalhadores rurais passam a ocupar as periferias das médias e grandes cidades brasileiras ou ocupam-se da atividade de boias-frias em fazendas ou propriedades latifundiárias.

A Constituição de 1988 ampliou a compreensão de cidadania garantindo direitos que mudariam significativamente a condição de existência de parcela de empobrecidos no Brasil. Essas mudanças modificariam o cenário rural brasileiro, quando no artigo 226, §5º, fica reconhecida a igualdade entre homens e mulheres na família e, no artigo 189, quando estabelece a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título ou na concessão de uso de terras destinadas à reforma agrária. Essas conquistas representam a luta de homens e mulheres, no entanto elas esbarram em outros obstáculos, como a falta de escolaridade e qualificação.

Nesse sentido,

Tais especificidades, determinadas então pela forma como o espaço regional foi ocupado nas últimas décadas, estão expressas não só no reconhecido passivo ambiental que acarretaram, porém, igualmente nos conflitos socioambientais que marcam a região profundamente: a concentração fundiária, a grilagem de terras públicas e a luta pela terra são a face mais visível dos antagonismos presentes no rural amazônico, no entanto, os embates nesse espaço são diversos e ocorrem no acesso e no uso dos recursos hídricos, minerais, pesqueiros e florestais e no acesso e na preservação do patrimônio genético [...]. (SCHRÖDER, 2010, p.6)

Na região Norte do Brasil, parcela significativa da população é retirada do campo para as cidades, por meio das ocupações das terras através de garimpos clandestinos, invasão e grilagem de terras para a exploração de madeira ou criação extensiva de gado, gerando desemprego e contribuindo para o inchaço das periferias das cidades, fatores que contribuem para a diminuição da produção rural e desabastecimento da cesta básica. Os dados do censo agropecuário de 2006 demonstram claramente a participação dos agricultores familiares no PIB brasileiro:

Ao longo do período de análise, entre 1995 a 2005, o segmento familiar do agronegócio brasileiro respondeu por cerca de 10% do PIB brasileiro, parcela bastante expressiva, considerando que a participação do agronegócio situa-se ao redor de 30% do PIB da economia brasileira. Enquanto o PIB do Brasil teve um crescimento acumulado de quase 24% atingindo ao redor de 1,9 trilhões de reais, em 2005, porém a evolução do agronegócio familiar foi inferior, com um aumento de pouco mais de 15% (GUILHOTO, 2008, p. 06).

O avanço da área de produção comercial, especialmente nas novas fronteiras agrícolas no Norte do Brasil – Sul do Pará e do Amazonas –, faz com que se reduzam

gradativamente as áreas ocupadas por agricultores familiares. Diminui a produção de gêneros alimentícios da cesta básica, ao mesmo tempo em que ocorre a elevação dos preços, comprometendo a subsistência da população mais pobre.

A característica primária da Agricultura Familiar na região Norte é ser desprovida do uso de tecnologias, implementos e técnicas capazes de gerar uma produção que garanta uma renda maior para a manutenção da família e as impeçam de buscar uma alternativa de vida e sobrevivência nos centros urbanos. Guilhoto (2008, p. 10) assim descreve as particularidades das propriedades rurais da região: “As propriedades familiares do Norte e também do Nordeste são bem diferentes das do Sul, pois sua existência é derivada de uma agricultura atrasada e de subsistência, ainda mantida pela saturação e o desemprego nos centros urbanos”.

Nessa mesma linha de abordagem, Hurtienne (2005, p.36-37) afirma:

A visão dominante do ciclo da fronteira considera esses sistemas de produção camponesa que funcionam somente com base em culturas anuais no sistema de derruba e queima como altamente insustentáveis, tanto no nível econômico como no ecológico. Os condicionantes ecológicos (solos pobres e ácidos, chuvas fortes com alto potencial de lixiviação, invasão das ervas daninhas e pragas), econômicos (falta de infraestrutura, alto custo de comercialização devido à interligação dos mercados de fatores e produtos por via de venda na folha, falta de acesso ao crédito e à assistência técnica), jurídicos (falta de títulos de propriedade) e sociais (tradições agrícolas não adaptadas) somente permitem sistemas de produção simples e de curta permanência devido à queda da fertilidade do solo e à demanda de terra já derrubada por novos agentes mais capitalizados.

A realidade do agricultor familiar amazônico, com suas peculiaridades e singularidades regionais, é muito árdua se comparada com o restante do país. É uma terra pouco fértil, cuja tradição cultural prescreve o uso do fogo para queimar os roçados e garantir, além da limpeza do mato, uma maior produtividade. As políticas públicas ainda não atingiram os agricultores familiares e a situação econômica e a qualidade de vida é algo bastante distante da realidade vivida por eles.

[...] Por tal razão, persistem as dificuldades de fazer chegar políticas públicas aos agricultores familiares na Amazônia, o que é ainda entrave de grande relevância para a dinamização socioeconômica do meio rural dessa região. As esferas governamentais e seus parceiros na sociedade civil se deparam com a necessidade da criação de mecanismos efetivos para a regularização fundiária e ambiental dessas unidades produtivas e a ampliação da cobertura das políticas públicas na região, assegurando conjuntamente a oferta de alternativas produtivas, ademais de consolidar o próprio tema da sustentabilidade ambiental nas ações públicas. (SCHRÖDER, 2010, p.11)

A dificuldade de produzir na região já é relatada nas primeiras expedições de reconhecimento da região, como a expedição do século XVIII do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira “Viagem Filosófica ao rio Negro”. Ferreira (2007, p. 37) assim descreve a agricultura nas terras amazônicas:

O meu juízo a respeito da agricultura do lugar é, que o que a terra pode produzir de maniva, arroz, feijão e milho, e ainda de algodão e café, é sem conto, mas o que de fato se produz é muito pouco, porque o trabalho a fazer é muito, e a preguiça muito mais; porque os esforços dos que não são preguiçosos encontram a falta de braços de que necessitam [...]; porque os poucos índios, que há, são incessantemente distraídos para o serviço das expedições régias; porque os que nela andam empregados, e nelas desertam ou morrem, não são substituídos por outros novamente descidos.

O transcorrer do tempo ainda não possibilitou emergir uma prática capaz de garantir uma produção satisfatória e uma condição de vida digna para aqueles que vivem do trabalho

da terra. As mudanças podem ocorrer pela educação e aquisição de novos conhecimentos, mas é necessária a inserção desses atores nos movimentos sociais e grupos organizados de luta como os sindicatos e associações de trabalhadores para fazer valer seus direitos a políticas públicas.

Faz-se necessário, também, que os conhecimentos cheguem até aos agricultores familiares através da interiorização das universidades públicas e com a expansão dos Institutos Federais como indutores do fomento de tecnologias. Neste sentido, Simoni *et al.* (2012, p. 16-17) afirmam:

A interiorização das universidades públicas e a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) são iniciativas interessantes e devem ser vistas como oportunidades para estabelecer bases científicas e técnicas capazes de refletir e atuar na realidade regional, dialogando tanto com os órgãos de gestão locais, quanto com os produtores locais (muitos dos quais são ou possuem filhos alunos destas instituições). Simultaneamente, redes de pesquisas devem ser criadas e, as já existentes, fortalecidas, para que informações e reflexões sobre vulnerabilidade e adaptação sejam compartilhadas em escala regional e nacional, contribuindo para a criação de uma agenda científica integrada e sinérgica, respeitando as especificidades regionais e científicas.

A maneira de ser e de sentir vem das experiências pelas quais passa o ser humano ao superar desafios na luta pela sobrevivência, das peculiaridades impostas pelos meios de produção que excluem milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais. As mudanças ocorridas na Amazônia, a partir dos anos 60, com os grandes projetos de desenvolvimento para a região, delimitam definitivamente as realidades urbanas e rurais da região:

As transformações que a região amazônica conheceu, especialmente a partir da década de 1960, marcaram profundamente o espaço urbano e o rural nas diferentes dimensões de tais realidades, no entanto, atenta-se exclusivamente para a nova configuração no âmbito do rural, como dito antes, justamente pela compreensão desse espaço a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais (tal definição é, inclusive, uma chave analítica importante para compreender a nova ruralidade) e porque as especificidades do rural amazônico resultam das políticas que visavam à inserção da Amazônia no desenvolvimento nacional. (SCHRÖDER, 2010, p. 6)

A falta de perspectiva de melhoria da qualidade de vida de muitos agricultores familiares faz com que se afastem de suas propriedades e busquem uma alternativa de melhoria na capital do estado. A realidade econômica amazonense está ligada ao modelo de desenvolvimento Zona Franca de Manaus – ZFM – com os polos de desenvolvimento industrial e agropecuário, modelo este voltado para grandes empreendimentos. Assim, o estado fica dependente do modelo, conforme Pinheiro (2012, p. 167):

Em pleno século 21 dependemos visceralmente do que a Zona Franca nos deixa em termos de salários, encargos sociais e tributos. Geramos muitos empregos fora do Estado e importamos quase tudo do que precisamos. E o mais preocupante é que esses produtos estão sendo internalizados no Amazonas, principalmente, a partir de Manaus para os outros municípios do Estado, o que reduz ainda mais o mercado para os produtos amazonenses.

A mudança de paradigma é uma condição para que a realidade amazônica possa ser alterada, não a partir de uma visão capitalista seletiva e excludente, mas como instrumento de inserção dos mais desprovidos da sociedade. A inserção dos agricultores familiares amazônicos no rol dos beneficiários de políticas públicas ainda carece de uma maior politização por parte destes trabalhadores, para que estes possam se fazer ouvir e fazer cumprir suas escolhas.

Podemos produzir escolhas e as escolhas são individuais, mas é com o comprometimento que podemos concretizar as mudanças. A educação política pode levar ao comprometimento e, assim, fazer as intervenções necessárias para que as mudanças possam acontecer na realidade das comunidades ribeirinhas.

A qualificação a partir da educação, de acordo com a crença do educador Paulo Freire, possibilitará as mudanças exigidas e o alcance de uma verdadeira cidadania, pois é a partir dela que o sujeito se compreenderá como um ser no mundo e que possui um papel a ser executado e que somente com a sua atuação as mudanças acontecerão. O mesmo autor complementa:

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente de repente nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele. (FREIRE 1996, p. 30)

5.1 Agricultura Familiar e Políticas Públicas

Cabe à administração pública desenvolver políticas capazes de ofertar as condições necessárias para que o país, o estado e os municípios possam desenvolver suas potencialidades e prover os bens indispensáveis para que a população possa ter uma vida digna. Pinheiro (2012, p. 45) diz que a administração pública “representa a organização material, financeiro-econômica e humana para a tomada de decisões e execuções políticas do governo, por meio de órgãos independentes e subordinados”.

Decisões políticas que considerem os anseios, os interesses e a história dos diferentes atores sociais é o caminho necessário para que ações possam ser implementadas e postas em prática para uma mudança de cenário. O quadro nacional é resultado do embate de ideias e posições divergentes, contraditórias, mas necessárias para que, no jogo dos interesses, dependendo do momento político e histórico, avanços ou retrocessos se configurem a favor ou contra determinados atores sociais. Neste sentido, Grisa (2012, p. 32) afirma:

Esses elementos de uma política pública identificados por Muller e Surel (2004) confluem, em certa medida, com os cinco elementos apontados por Meny e Thoenig (1989) e Thoenig (1985). Para esses autores, uma política pública apresenta um conjunto de medidas, ou, em outros termos, um “conteúdo”, uma “substância” que lhe é própria; compreende decisões de natureza mais ou menos autoritária, guiando os comportamentos; designa um “quadro geral de ação” que a distingue de simples medidas isoladas; visa ou impacta certo número de indivíduos, grupos sociais ou organizações; e é executada para atender objetivos, satisfazer interesses, implementar valores.

A capacidade de mobilização, articulação e organização política dos atores sociais contribuirá para que os seus anseios possam ser atendidos através de políticas públicas, nem sempre consensuais, mas que possam definir um novo contexto, uma nova cara, uma nova ordem social. Os grupos organizados terão seus interesses atendidos, resolvidos seus anseios, mas o embate é permanente, visto que os interesses, por serem divergentes, requererão continuamente uma imposição de novos valores e novas ressignificações.

Outra condição necessária para que os benefícios cheguem até os agricultores familiares é a organização de procedimentos que promovam o encadeamento operacional dos programas destinados a essa modalidade de produção.

Já ampliação da cobertura das políticas no meio rural amazônico não se restringe apenas ao número de beneficiários ou às áreas atendidas ou ainda ao volume de recursos disponibilizados, porém, pauta-se na necessária definição de formas de integração das ações de regularidade fundiária e ambiental e do fomento produtivo no meio rural em se tratando das ações federais, estaduais e municipais. Para que a integração de políticas públicas ocorra é necessário que, além do mapeamento dos temas relevantes e do diálogo entre as instâncias administrativas, os órgãos e os parceiros envolvidos, sejam definidos procedimentos capazes de promover o encadeamento operacional dos programas direcionados aos agricultores familiares. (SCHRÖDER, 2010, p.21)

A elaboração de uma política pública envolve primeiramente, Grisa (2012, p.32), a construção de uma representação da realidade sobre a qual se intervém e é através desta imagem, denominada “referencial de uma política pública”, que os atores interpretam o problema, confrontam possíveis soluções e definem suas ações. Evidentemente que a visão de cada ator social é diferente, como diferentes são as histórias e os interesses particulares e, neste jogo, o contexto histórico e a conjuntura de forças tenderão a favor ou contra determinado segmento social.

A adoção de uma política pública por parte do governo brasileiro, entre as décadas de 60 e 80 do século passado, estava voltada para os interesses dos grandes proprietários rurais, numa tentativa clara de modernizar a agricultura e voltá-la para suprir os interesses da indústria crescente e a produção de *commodities* para a exportação. Os interesses deste segmento iam ao encontro do momento histórico vivido pelo país e o Estado passa a intervir no meio rural como fomentador de mecanismos para o aprimoramento da infraestrutura, financiamento e articulador de capitais privados nacionais e internacionais. Nesse sentido, e amparada pelos estudos de Delgado (2010), *apud* Grisa (2012, p. 71), afirma:

[...] Nesta estratégia nacional-desenvolvimentista, o Estado atuou como agente produtivo por meio da criação de importantes estruturas produtivas estatais; agente financeiro, promovendo a transformação da estrutura industrial; articulador de capitais privados nacionais e internacionais para investirem no país; e formulador e executor de políticas públicas no nível macroeconômico e setorial, privilegiando a constituição de uma economia industrial.

Este período da história nacional é marcado pela disposição de meios que beneficiam os médios e grandes projetos agrícolas, num firme propósito de modernizar o setor agrícola brasileiro e, sobretudo, garantir mão de obra para a indústria que passa a traçar os seus primeiros passos rumo à sua “modernização”. Mas, apesar da imposição do modelo, isso não impediria que o embate continuasse e que mudanças pudessem ser ensaiadas e fossem buscadas novas alternativas para a construção de condições socioeconômicas capazes de inserir novos grupos e atores sociais.

Mudanças importantes em outros setores ou nas condições socioeconômicas podem afetar a posse de recursos e as crenças fundamentais dos atores dominantes, provocando a substituição de uma coalizão por outra. Estas perturbações externas possibilitam oportunidades para mudanças maiores na política pública, mas isto somente será possível se esta oportunidade for explorada pelos proponentes da mudança, ou seja, as coalizões até então marginais ou minoritárias. (GRISA, 2012, p.43)

A década de 80 será marcada pela articulação dos pequenos proprietários rurais que vão buscar oportunidades de inserção no cenário nacional. A atuação da organização dos trabalhadores, especialmente a postura que foi adotada tanto pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, quanto pelo “novo sindicalismo” expresso na Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, de acordo com Grisa (2012, p. 79)

foram os mecanismos criados para dar um novo rumo para as atividades do setor primário e, em especial para inserir os agricultores familiares como beneficiários de políticas públicas.

A realidade da ocupação das terras amazônicas, especialmente a partir da década de 80, com os constantes conflitos pela posse da terra entre os pequenos agricultores familiares, de um lado, e os grandes proprietários, grileiros, fazendeiros, garimpeiros e madeireiros, do outro lado, remetem à urgência de políticas que garantam a proteção aos menos favorecidos. Nesse sentido, Simoni *et al.* (2012, p. 8), afirmam:

Uma breve ilustração das políticas contraditórias empreendidas pelo Estado reporta-se ao enfrentamento das características trazidas por um modelo de ocupação desordenado, iniciado há mais de 30 anos, e que perdura até os dias atuais. A necessidade de delimitação de áreas para a conservação da biodiversidade e ordenamento de zonas de ocupação, como preconiza a política do ZEE, esbarram em barreiras de interesses políticos e econômicos, cujas ações e modelos empreendidos para o uso da terra nem sempre estão em consonância, e geram disputas violentas entre grandes e pequenos produtores rurais.

A Agricultura Familiar, por ser uma prática desenvolvida por pequenos agricultores e por eles não disporem dos meios necessários para alavancarem adequadamente as suas atividades, depende dos programas de incentivo que permitem atuar de forma satisfatória, mas sempre esbarram em burocracias e modelos que inviabilizam suas inserções aos benefícios. Os programas nacionais não consideram as especificidades regionais e isso corrobora o fato de que programas pensados e elaborados nos Sul/Sudeste do país não se efetivem no Norte/Nordeste do Brasil.

[...] o planejamento municipal é fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Para o país ingressar no grupo de países desenvolvidos é importante trabalhar a realidade local e sua integração regional, nacional e internacional. A gestão pública municipal, portanto, deve ser aprimorada tanto em seu meio interno quanto externo. A dinamização de sua estrutura e empoderamento dos servidores públicos, aliada ao fortalecimento da organização social em bases participativas, proporcionarão grande alavancagem ao futuro promissor de inclusão social e de consciência ambiental. (PINHEIRO 2012, p.47 e 48)

A luta por melhores condições de vida e trabalho para os pequenos e médios produtores fez com que políticas públicas provocassem mudanças na área rural “privilegiando” os atores que até então estavam fora do âmbito dos benefícios governamentais. Controvérsias à parte, programas como PNAE, PRONAF e PAA foram políticas públicas importantes para que parcela significativa de atores sociais pudesse contar com condições de acesso a melhorias de vida, trabalho e dignidade.

Abaixo serão apresentados os principais programas de fomento e incentivo à Agricultura Familiar, com sua estrutura jurídica, objetivos, alcances e seus beneficiários.

3.5.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar foi criado pela Lei nº 11.947/2009, durante o segundo mandato do presidente Lula, como uma forma de atendimento às carências alimentares e nutricionais do aluno brasileiro a partir da oferta de alimentação escolar. No art. 1º da referida Lei, entende-se por alimentação escolar: todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

O art. 2º da mesma Lei estabelece as diretrizes da alimentação escolar e é importante considerar os incisos I e V que tratam, respectivamente, do emprego da alimentação saudável para o alunado e o apoio e desenvolvimento sustentável e a priorização da compra de produtos

da Agricultura Familiar, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas (2009, p. 1):

- I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
- V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

O PNAE, segundo Sambuichi (2014, p. 96), embora existente desde a década de 1950, somente a partir de 2009 passou a contar, então, com a obrigatoriedade de compra de 30% de produtos da Agricultura Familiar e ampliou as exigências alimentares e nutricionais relativas à alimentação servida nas escolas públicas. Além disso, a exemplo do PAA, o PNAE passou também a incentivar a compra de produtos agroecológicos e orgânicos, uma forma de incentivo aos agricultores familiares que alcançariam um novo nicho de mercado.

A compra da Agricultura Familiar é uma iniciativa recente do governo através do PNAE e, por isso, encontra-se em um processo de adequação: planejamento e aquisição de alimentos, o processo de descentralização financeira que definirá as atribuições dos entes estaduais e municipais no programa e os produtos que devem compor a lista de alimentos básicos a serem produzidos e comprados pelos governos.

A evolução da gestão da alimentação escolar no Brasil, no que diz respeito ao planejamento e à forma de aquisição de alimentos, tais como o processo de descentralização dos recursos, a obrigatoriedade para a compra de alimentos básicos e a determinação da lista de alimentos básicos na elaboração de cardápios, foi determinante para o fortalecimento do Programa e da AF. (SARAIVA, 2013, p. 928)

A associação entre o PNAE e a Agricultura Familiar foi uma importante política pública adotada pelo governo e uma vitória dos pequenos proprietários rurais, que, além da certeza da compra dos seus produtos, passaram a ter acesso a financiamentos tão necessários para a melhoria da produção. A implementação do PNAE representou avanços importantes nas políticas públicas na área rural e contribuiu para que se construísse um novo cenário social na vida rural no Brasil.

A articulação entre quem compra e quem vende, entre quem produz e quem solicita a demanda ainda é um desafio a ser superado, pela dificuldade de os agricultores familiares cumprirem as formalidades impostas e produzirem, em tempo próprio, os produtos necessários para aquisição da alimentação escolar. Saraiva (2013, p. 933) descreve os problemas que são enfrentados pelos agricultores familiares para o não atendimento dos 30% da compra dos produtos da Agricultura Familiar:

A compra da AF para o PNAE é uma regulamentação recente. A inviabilidade de fornecimento regular e constante como justificativa para o não atendimento dos 30% exige articulação entre quem compra (demanda de alimentos para as escolas dos municípios) e quem vende (oferta de alimentos produzidos pelos agricultores familiares). Neste espaço de interlocução, destaca-se que o planejamento dos cardápios escolares, como primeiro passo para a compra da AF, deve basear-se em novos referenciais: o de promoção da saúde conjugada à sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social.

São alguns ajustes que merecem atenção por parte do governo e participação dos movimentos organizados dos trabalhadores para que mais agricultores familiares possam ter acesso a essa importante política de inclusão. O planejamento é uma das condições que devem

ser assumidas como forma de se adequar às necessidades da merenda escolar e ao ciclo de produção, a nível local, respeitando as condições climáticas e a oferta dos produtos.

Assim, o planejamento requer a verificação das características dos diferentes produtos, pois alguns alimentos possuem ciclo produtivo mais longo, outros são mais sensíveis às alterações climáticas (sazonalidade), interferindo no abastecimento. Ao mesmo tempo, os agricultores precisam realizar um planejamento da produção dos alimentos, de acordo com a demanda para reduzir as oscilações e garantir uma oferta estável de produtos. (SARAIVA, 2013, p. 933)

A Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica através do PNAE, estabelece os princípios, diretrizes, objetivos e demais orientações de funcionamento do programa.

O art. 2º da referida Resolução estabelece os princípios que definem o funcionamento do PNAE e, entre estes, cabe destacar (2009, p. 3):

I - o direito humano à alimentação adequada, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos; II - a universalidade do atendimento da alimentação escolar gratuita, a qual consiste na atenção aos alunos matriculados na rede pública de educação básica; III - a equidade, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária; V - o respeito aos hábitos alimentares, considerados como tais, as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis; e VII - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir a execução do Programa.

O direito humano à alimentação, a universalidade do atendimento, a equidade do direito à alimentação, o respeito aos hábitos alimentares e a participação da comunidade no controle social como princípios da Resolução garantem não somente o acesso, mas também a possibilidade de acompanhamento da sociedade no desenvolvimento do programa.

A mesma Resolução, em seu art. 3º, apresenta as diretrizes do programa com destaque para os incisos I e IV que estabelecem:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

IV - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

Os referidos incisos desta Resolução que tratam do emprego de “alimentação saudável e adequada”, inciso I, já estabeleciam a compra de alimentos produzidos de forma orgânica e sustentável, sem a utilização de agrotóxicos ou produtos que pudessem causar problemas para a saúde de quem produzisse ou consumisse. Por outro lado, no inciso IV, já estabelece o incentivo para a aquisição de produtos, “preferencialmente” da Agricultura Familiar, de empreendedores familiares, comunidades tradicionais indígenas e remanescentes de quilombos.

O art. 17 da mesma Lei, que trata da aquisição dos gêneros alimentícios com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, prescreve, nos seus incisos I e II (2009, p.8):

I – É proibida para as bebidas com baixo teor nutricional tais como refrigerantes, refrescos artificiais e outras bebidas similares.

II – É restrita para os alimentos - enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos (dois ou mais alimentos embalados separadamente para consumo conjunto), preparações semiprontas (ou prontas) para o consumo, ou alimentos concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição) - com quantidade elevada de sódio (aqueles que possuem em sua composição uma quantidade igual ou superior a 500 mg de sódio por 100 g ou ml) ou de gordura saturada (quantidade igual ou superior a 5,5 g de gordura saturada por 100 g, ou 2,75 g de gordura saturada por 100 ml).

§ 1º A aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando os princípios e as diretrizes desta Resolução.

Pode-se verificar a preocupação em se utilizar menos produtos industrializados para alimentação escolar, conforme inciso I, abrindo a possibilidade da inserção de produtos naturais e, por conseguinte, a admissão de agricultores familiares na oferta de produtos. Outro aspecto importante diz respeito à compra desses produtos “sempre que possível”, conforme inciso II, no local onde se localizam as escolas, privilegiando os agricultores familiares – pequenos produtores locais.

Uma maneira de inserir e contemplar em uma política pública os agricultores familiares, pequenos produtores rurais e, neste caso, convém esclarecer os critérios para que se enquadre um agricultor nesse perfil. A lei 11.326 de 24 de julho de 2006, no seu artigo 3º, nos incisos de I a IV, estabelece os critérios para ser considerado agricultor familiar, como podem ser observados abaixo:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Para esses agricultores passa a ser ofertado um crédito específico para contribuir para a consecução da melhoria dos seus empreendimentos. Grisa (2012, p. 119) apresenta a regulamentação dada pela Resolução nº 2.101, de 24 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAPE, que se constituiu como um crédito rural de custeio diferenciado, destinado ao produtor rural que, entre outros critérios:

a) Pertencesse a uma cooperativa, associação, grupo ou condomínio de produtores rurais; b) possuisse área não superior a quatro módulos fiscais; c) apresentasse 80% de sua renda proveniente da agricultura; d) não possuisse empregados permanentes; e) não fosse beneficiário de financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais ou do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) para a mesma finalidade (GRISA, 2012, p. 119).

A adoção do programa foi uma importante política pública que veio ao encontro dos anseios dos pequenos proprietários rurais, especialmente aos agricultores familiares, comunidades tradicionais indígenas e remanescentes quilombolas. Uma vitória robusta para os atores sociais que, até então, se encontravam alienados de políticas que fossem ao encontro dos seus interesses e anseios.

O aperfeiçoamento do programa se consolida com a apresentação da Resolução/CD/FNDE nº 67, de 28 de dezembro de 2009, que altera o valor *per capita* para oferta da alimentação escolar do PNAE. Uma recomposição necessária e que permite a aquisição

de mais produtos, gerando mais produção e renda para os pequenos proprietários que passaram a atuar no fornecimento de produtos para a alimentação escolar.

3.5.2 Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF

A adoção de políticas públicas que considerassem as exigências dos agricultores familiares não foi resultado de um benefício ofertado gratuitamente, mas resultado da articulação dos segmentos sociais que contribuiram para que a mudança pudesse se concretizar no cenário rural e beneficiasse um contingente maior de trabalhadores. Abramovay e Veiga (1999, p. 26) apresentam a articulação entre diferentes segmentos sociais e entidades governamentais para que o PRONAF pudesse se consolidar como política pública:

Mesmo que contasse com o firme respaldo de critérios estatísticos confiáveis e atuais - o que nem de longe é o caso -, a *agricultura familiar* contida no título do PRONAF só poderia ser definida como o resultado de negociação política. Seus principais protagonistas foram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura (SPA/MA), o Departamento de Extensão Rural da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura (DATER/MA), o Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura e a Casa Civil da Presidência da República. A Confederação Nacional da Agricultura não participou das negociações no plano nacional, mas os sindicatos patronais têm nítida influência na execução do programa [...].

A criação do PRONAF, em 1995, segundo Grisa (2012, p. 18), marcou o reconhecimento do Estado à categoria social Agricultura Familiar e legitimou a reivindicação dos movimentos sociais e sindicais por políticas diferenciadas de desenvolvimento rural que contemplassem as suas especificidades. A mesma autora apresenta as características e o perfil do programa que iria produzir mudanças significativas no cenário rural, especialmente entre os pequenos agricultores:

As ações do Programa concentraram-se em quatro grandes linhas: financiamento da produção (crédito de custeio e de investimento para as atividades produtivas rurais); financiamento de infraestruturas e de serviços básicos municipais por meio de apoio financeiro aos municípios; capacitação e profissionalização; e financiamento da pesquisa e da extensão rural. (GRISA 2012, p. 20)

O PRONAF foi um dos mecanismos criados para que os pequenos agricultores tivessem acesso ao crédito, à assistência técnica, implementos e demais recursos para desenvolvimento de suas práticas agrícolas. Uma política necessária considerando a desigualdade existente na área rural onde se verificava que parcela significativa dos investimentos públicos se destinava e se concentrava nos grandes empreendimentos rurais em detrimento aos pequenos produtores.

O PRONAF, em seu bojo, inclui como beneficiários os assentados da Reforma Agrária, comunidades tradicionais e pequenos agricultores, que recebem recursos financeiros com juros subsidiados para a compra de equipamentos e investimentos na produção. O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – assim define as demandas do PRONAF:

Programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo (ASCOM,/MDA, 2013, p. 11).

O acesso ao crédito é uma das condições que poderiam possibilitar aos pequenos proprietários rurais o aumento da produtividade através da aquisição de equipamentos, insumos e técnicas indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida no campo. Garantir o acesso ao crédito não é somente a garantia de dinheiro com juros subsidiados é, sobretudo, a garantia da permanência dos trabalhadores na área rural, gerando emprego, renda e qualidade de vida.

A exigência de garantias de crédito, elaboração de projetos e burocracia das agências bancárias são fatores que podem dificultar aos agricultores familiares o acesso ao crédito; e eles, a partir dessa realidade, não têm como garantir o aumento e a melhoria da produção. A falta de acesso aos recursos financeiros por parte dos agricultores familiares implica na perpetuação do mesmo modelo de produção baseado em práticas rudimentares: desflorestamento, queimadas, cultivo e posterior empobrecimento do solo.

Os recursos que deveriam incentivar a permanência dos agricultores familiares nas suas áreas de trabalho e o aumento da produção, muitas vezes, acabam sendo destinados aos médios produtores que melhoram a qualidade dos seus produtos e viabilizam o desenvolvimento de suas propriedades. Nesse sentido, Carneiro (1997, p.15) afirma:

Nesta perspectiva, a incapacidade da unidade familiar de se sustentar exclusivamente da agricultura é vista como evidência de impossibilidade desse tipo de produtor de assimilar as demandas e a própria lógica do mercado e de incorporar as inovações tecnológicas. Por conseguinte, o seu enquadramento em uma categoria social periférica, acaba por reforçar e cristalizar a marginalização desse grande contingente da população rural que terá a sua sobrevivência dependente das políticas sociais sem que lhe seja atribuída a oportunidade de participar do desenvolvimento rural, aprofundando mais ainda o abismo entre as camadas sociais no campo.

A visão capitalista que rege a sociedade brasileira aponta para uma abordagem de desenvolvimento econômico, cuja busca pelo capital é o fator preponderante e indispensável para o progresso social. A abordagem é verdadeira, porém não deveria ser a única, uma vez que há inúmeras possibilidades ofertadas pelo investimento público na Agricultura Familiar e que podem ser mensuradas de forma muito mais efetiva. Nesse sentido, Carneiro (1997, p. 15) afirma:

Assim como na Europa, o padrão de organização da produção privilegiado pelo Pronaf e a sua função social no desenvolvimento econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo os formuladores desse programa, em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida da população rural.

A rentabilidade econômica - além de gerar qualidade de vida entre os agricultores familiares e contribuir para a competitividade da economia nacional (são resultados inegáveis) - não deveria ser o único benefício mensurável. Associados aos fatores anteriormente citados, não podemos esquecer que o investimento na Agricultura Familiar pode consolidar a permanência, com qualidade de vida, de milhões de agricultores familiares nas áreas rurais do país.

Estudos de Abramovay (1999, p. 10) apontam para a precarização dos pequenos e médios centros urbanos devido à presença de uma migração rural e os impactos sociais e ambientais que geram nessas localidades. Os impactos causados geram um custo social de proporções imensas, mas que poderiam ser evitados com a participação do poder público na concessão de condições de permanência, com qualidade de vida, especialmente para os jovens, dos milhares ou milhões de agricultores familiares em todo o país. Nesse sentido, o mesmo autor afirma:

Todos os dados parecem apontar então no mesmo sentido: por maior que seja o dinamismo das cidades brasileiras elas serão cada vez menos propícias à chegada de migrantes com formação escolar e profissional precária. Não se deve esquecer também que, para as cidades, estes migrantes representam um custo social e **ambiental** sem contrapartida no uso produtivo que outrora se fazia de seu trabalho barato. A migração é uma das razões pelas quais as regiões de maior precariedade ambiental na cidade de São Paulo crescem mais que o total urbano (ABRAMOVAY, 1999, p. 10).

3.5.3 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentada por diversos decretos; o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

Uma das características do PAA que o diferencia dos outros programas governamentais é a dispensa de licitações nas compras públicas. Sambuichi (2014, p. 79) descreve em que condições podem ser realizadas:

Uma das principais diferenciações do PAA em relação a outras formas de compras públicas sustentáveis é a dispensa de licitação. O processo licitatório é obrigatório para compras públicas, conforme disposição prevista no Artigo 37, inc. XXI, da Constituição Federal Brasileira, “ressalvados os casos especificados na legislação”. A lei que criou o PAA determinou a dispensa de licitação para as aquisições feitas pelo programa desde que os preços praticados não sejam superiores aos dos mercados regionais. A dispensa de licitação diminui as exigências burocráticas, viabilizando o acesso dos pequenos agricultores ao programa.

Pelo seu papel estratégico no combate à pobreza, o PAA é uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria – BSM, em seu eixo Inclusão Produtiva Rural. Possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a Agricultura Familiar.

O Programa vem sendo executado por estados e municípios em parceria com o MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Para a concretização do acesso à alimentação, foram estabelecidos convênios entre o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (Mesa) e, posteriormente, com o MDS e os estados e municípios para a distribuição de alimentos para as instituições públicas e entidades beneficentes. Sambuichi (2014, p. 81) descreve como se processava a doação de alimentação para atender às populações em situação de insegurança alimentar:

Além da CONAB, o PAA também é operado por governos estaduais e municipais, pelos convênios estabelecidos diretamente com o Mesa e, a partir da extinção deste, com o MDS. Foi criada inicialmente a modalidade compra direta local, que tinha o objetivo de entregar produtos alimentícios para escolas e entidades beneficentes, comprando diretamente de agricultores individuais ou organizados em grupos formais ou informais. Juntamente com a CPR-Doação operada pela CONAB, esta modalidade passou depois a constituir a modalidade doação simultânea. Ainda em consonância com o objetivo principal do Mesa de atender a populações em situação de insegurança alimentar, foi criada também a modalidade PAA-leite.

O incentivo ao fortalecimento da Agricultura Familiar pode ser percebido quando:

Os estudos destacaram ainda as contribuições do PAA para o fortalecimento da produção agrícola familiar. Foi frequentemente observado nas pesquisas o aumento da renda dos produtores (52%), do volume de produção (48%), dos preços dos produtos (41%), da comercialização (38%) e dos investimentos no processo produtivo (38%). O fortalecimento das organizações dos produtores, pelo estímulo ao associativismo e cooperativismo, também foi muito citado (52%), principalmente

nos estudos realizados na região Sul (70%) e na modalidade doação simultânea (70%), especialmente na operada pela CONAB, a qual compra apenas por intermédio destas organizações. (SAMBUICHI, p. 91-92)

Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela Agricultura Familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e também àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da Agricultura Familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

A participação da CONAB no abastecimento no Brasil é fator determinante para a consolidação do PAA. Sambuichi (2014, p. 80) descreve a importância desta relação PAA / CONAB para a efetivação da Agricultura Familiar como instrumento de promoção e transformação social:

[...] A CONAB vinculada ao Mapa, sendo a principal instituição responsável pela operacionalização do abastecimento no Brasil. O PAA representou uma mudança no histórico de atuação da CONAB, que, até então, trabalhava com instrumentos de política agrícola que atendiam principalmente ao público da agricultura patronal, passando a ter também uma expressiva atuação por intermédio de instrumentos especificamente voltados para a agricultura familiar. Esta mudança resultou em uma revitalização da instituição, ampliando a sua estrutura física e os seus efetivos, melhorando o padrão de desempenho dos seus funcionários, que passaram a ter seu trabalho mais reconhecido no meio rural por atuar também como agentes de promoção e transformação social.

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

A execução do Programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes.

Para participar do programa os agricultores familiares precisam comprovar que se enquadram no perfil do programa através de declarações. As documentações exigidas garantem o acesso aos programas e políticas governamentais:

Para participar do programa individualmente, os beneficiários fornecedores devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar e permite ao produtor acessar as políticas do governo especificamente voltadas para este segmento, por exemplo, o crédito do PRONAF. No caso das organizações de agricultores – como cooperativas e associações –, para participar do PAA, devem apresentar a DAP Especial Pessoa Jurídica, além de outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA (GPAA) para cada modalidade de atuação do programa. (SAMBUICHI, 2014, p. 80)

O PAA foi responsável pela melhoria na qualidade da produção da Agricultura Familiar quando foram identificados 35 diferentes benefícios do programa apontados pelos estudos realizados. Segundo Sambuichi (2014, p. 90), entre estes, o benefício mais frequentemente destacado foi a diversificação da produção, observado em 72% dos casos.

Esse incentivo à diversificação decorre principalmente da demanda variada por alimentos apresentada pelas entidades beneficiárias do PAA na modalidade doação simultânea.

A mesma autora conclui:

Segundo relatos apresentados nestes estudos, as entidades assistenciais geralmente aceitam receber praticamente toda a diversidade de alimentos que os agricultores se propõem a entregar ao programa, estimulando-os a produzir e comercializar produtos que de outra forma não encontrariam mercado para serem escoados e dando a eles mais autonomia para definir a sua produção. Observa-se que todos os estudos realizados especificamente sobre esta modalidade do PAA destacaram o estímulo à diversificação como um dos principais benefícios. A diversificação foi citada em todos os estudos da região Sul, e em 50% dos estudos da região Nordeste, o que se explica pela forte influência nesta última região da modalidade PAA-leite, a qual não apresenta este benefício por comprar somente um tipo de produto. (SAMBUICHI, 2014, p.90)

4 METODOLOGIA

A pesquisa que serviu de base para a construção deste trabalho foi realizada em dois momentos. No primeiro momento, foi realizada uma oficina pedagógica com um grupo de discentes do 1º ano do curso técnico em Agropecuária do IFAM *Campus* Maués.

No segundo momento da pesquisa, foram realizadas entrevistas com agricultores familiares do município (Apêndice G).

1.1 A Oficina Pedagógica

Os alunos foram selecionados de acordo com a disponibilidade de tempo daqueles que assentiram em fazer parte do grupo.

A pesquisa, enquanto instrumento de produção de conhecimento, segundo Marconi e Lakatos (1990, p. 1), pode ser entendida como:

De acordo com o *Webster's International Dictionary*, a pesquisa é uma indagação minuciosa ou exame crítico e exaustivo na procura de fatos e princípios; uma diligente busca para averiguar algo. Pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos. [...] A pesquisa tem importância fundamental no campo das ciências sociais, principalmente na obtenção de soluções para problemas coletivos.

Os mesmos autores afirmam, ainda:

Toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem sucedida de um problema. A teoria, sendo instrumento de ciência, é utilizada para conceituar os tipos de dados a serem analisados. Para ser válida, deve apoiar-se em fatos observados e provados, resultantes da pesquisa. A pesquisa dos problemas práticos pode levar à descoberta de princípios básicos e, frequentemente, fornece conhecimentos que têm aplicação imediata... (MARCONI e LAKATOS, 1990, p. 1)

O uso de uma metodologia para alcançar os objetivos propostos é um dos pré-requisitos para que se possam obter resultados satisfatórios. Marconi e Lakatos (1990, p. 1) definem a utilização de uma metodologia:

Descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos. A pesquisa sempre parte de um tipo de problema, de uma interrogação. Dessa maneira, ela vai responder às necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno. Várias hipóteses são levantadas e a pesquisa pode invalidar ou confirmar as mesmas.

A oficina pedagógica abordou conceitos e legislações referentes ao tema Agricultura Familiar, por meio de textos e vídeos, seguido de debates. Os alunos foram instigados a partilhar suas experiências e expectativas em relação ao tema.

O grupo também participou de uma aula de campo na horta comunitária, onde puderam visitar agricultores e observar o trabalho que realizavam.

4.1.1 Composição do grupo de discentes do curso técnico em Agropecuária

Foi selecionado um grupo com 20 alunos regularmente matriculados na turma do 1º ano do curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus* Maués, para propor-lhes uma atividade de oficina

pedagógica com o tema Agricultura Familiar, a qual foi intitulada de: “*Agricultura Familiar: Contexto Amazônico e Políticas Públicas*”.

A utilização de oficinas pedagógicas é uma forma didática de aprendizagem, pois incorpora a possibilidade da ação e da reflexão. Sobre essa metodologia de trabalho, Paviani e Fontana (2009, p. 78) afirmam:

Uma oficina é, pois, uma oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseada no tripé: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos. Nesse sentido, a metodologia da oficina muda o foco tradicional da aprendizagem (cognição), passando a incorporar a ação e a reflexão. Em outras palavras, numa oficina ocorrem apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva.

As mesmas autoras afirmam, ainda:

A oficina pedagógica atende, basicamente, a duas finalidades: (a) articulação de conceitos, pressupostos e noções com ações concretas, vivenciadas pelo participante ou aprendiz; e b) vivência e execução de tarefas em equipe, isto é, apropriação ou construção coletiva de saberes. (PAVIANI e FONTANA, 2009, p. 78).

Os sujeitos foram escolhidos por estarem realizando o curso técnico em agropecuária, que trata diretamente da temática Agricultura Familiar, embora essa turma ainda não houvesse estudado o assunto.

Os alunos que tiveram disponibilidade para participar da pesquisa compuseram o grupo de sujeitos da pesquisa. Antes do início das atividades, foi explicado aos alunos sobre os objetivos da pesquisa e a importância da oficina pedagógica para os cumprimentos dos objetivos do trabalho, sendo-lhes esclarecido sobre sua liberdade de pedir informações a qualquer momento ou de deixar de participar das atividades, sem quaisquer prejuízos para si.

Os alunos receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido² (Anexo 2) e, mediante a leitura e assinatura do mesmo, permitiram a utilização das imagens e demais informações para compor os resultados da pesquisa e posterior publicação nos meios acadêmico e científico.

Em relação aos alunos menores de idade, foi realizada uma reunião com os pais para os esclarecimentos a respeito da participação dos filhos como sujeitos da pesquisa. Após os esclarecimentos, assinaram o Termo de Consentimento autorizando os filhos para participação na pesquisa.

4.1.2 Instrumento de Coleta de Dados

Para a coleta de dados, os instrumentos utilizados foram o questionário (Apêndice D), além da observação do desenvolvimento do aluno no decorrer da oficina pedagógica.

O Questionário foi dividido em duas partes distintas: a primeira composta por 24 questões construídas a partir de conteúdos referentes à temática Agricultura Familiar. Dentre o total das questões, 18 foram de caráter positivo e seis de caráter negativo. A segunda parte, composta por seis questões fechadas, referentes a impressões pessoais dos discentes a respeito do tema Agricultura Familiar e a relação com a família do discente e o *Campus Maués*.

Na primeira parte, para que os alunos avaliassem cada questão, optou-se pela utilização de uma escala de avaliação com cinco pontos, seguindo modelo da escala de Likert.

² Durante a realização da pesquisa, o título do trabalho sofreu algumas alterações, motivo pelo qual aparecem com nomes diferentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e também nos questionários aplicados.

Para as afirmativas positivas da escala, a menor pontuação correspondeu a “discordo totalmente” e a maior correspondeu a “concordo totalmente”, tendo um ponto central que indicava a neutralidade, ou seja, “indiferente”. Para as questões negativas, a pontuação foi invertida, a maior pontuação correspondendo a “discordo totalmente” e a menor pontuação correspondendo a “concordo totalmente”.

O modelo da escala de Likert é o instrumento mais utilizado entre pesquisadores para a medição de resultados. Júnior e Costa (2014, p. 05) assim o descrevem:

O modelo mais utilizado e debatido entre os pesquisadores foi desenvolvido por Rensis Likert (1932) para mensurar atitudes no contexto das ciências comportamentais. A escala de verificação de Likert consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância.

Assim, nesse instrumento de avaliação, para as afirmações positivas foram atribuídos valores a cada categoria: na categoria “concordo totalmente” foi atribuída a pontuação 5,0, sendo esta a pontuação máxima; na categoria “indiferente” foi atribuída pontuação 3,0; e na categoria “discordo totalmente” foi atribuída a pontuação 1,0.

Para as afirmativas negativas, os valores foram inversamente atribuídos: a categoria “concordo totalmente” recebeu nota 1,0 e a categoria “discordo totalmente” recebeu nota 5,0.

4.1.3 Desenvolvimento da oficina pedagógica

A Oficina Pedagógica desenvolveu o tema “Agricultura Familiar: Contexto Amazônico e Políticas Públicas”. A sua realização obedeceu à organização do Plano de Atividades e Plano de Curso, conforme Apêndices A e B.

A oficina abordou conceitos e definições relativos à Agricultura Familiar, apresentando informações sobre outras realidades brasileiras e a realidade amazônica. A cada temática os sujeitos reuniam-se em grupos para discutir questões levantadas e apresentá-las à turma.

A oficina procurou também confrontar o papel social do IFAM *Campus* Maués diante da realidade da Agricultura Familiar, analisando a responsabilidade do curso de agropecuária como formadora de técnicos nessa área.

Dentre as atividades propostas, foi realizada uma aula prática na Horta Comunitária. Essa atividade contou com a contribuição de um dos técnicos em agropecuária do *Campus* Maués, para a condução dos trabalhos.

A Horta Comunitária está situada no Km 2 da estrada dos Moraes, 1 km antes da área do IFAM *Campus* Maués. Possui 84 lotes de terra. Os terrenos variam entre 25x25m a 10x40m, havendo, ainda, uma área comum que mede em torno de 1 hectare. Atende cerca de 80 famílias.

Os proprietários receberam uma área de terra da prefeitura de Maués para que pudessem cultivar verduras e legumes. A condição para a permanência no local era a de que as famílias produzissem; embora muitas famílias tenham outros meios de renda, todas desenvolvem suas atividades agrícolas. A Horta Comunitária possui uma associação que trata do interesse dos sócios.

Para essa atividade, cada grupo de três alunos realizou visitas a terrenos da horta, observando a produção existente e conversando com os proprietários. O grupo também realizou a aplicação de questionário aos agricultores (Apêndice E) para registrar informações a respeito de suas práticas.

Após essa atividade, foi realizado um amplo debate com o grupo, no qual os participantes puderam confrontar aquilo que está prescrito na legislação, o que ocorre de fato na prática dos agricultores e sobre o papel do *campus* diante da situação observada.

4.1.4 Avaliação da Prática Pedagógica

A avaliação do conhecimento dos discentes compreendeu dois tempos distintos. O tempo inicial TI e o tempo final TII. No TI, a aplicação do questionário ocorreu antes do início das atividades, momento em que os discentes não haviam participado de nenhuma das atividades sobre Agricultura Familiar. No TII foi replicado o mesmo questionário após os conteúdos técnicos sobre Agricultura Familiar terem sido concluídos e também os discentes terem realizado aula de campo na Horta Comunitária, tendo observado, na prática, a vivência de agricultores familiares.

Os resultados encontrados foram submetidos a testes de média pelos testes de Tukey com 5% de significância. Para tanto, foram utilizados o editor de planilha eletrônica Microsoft Excel[®] versão 2010, componente do pacote Microsoft Office, que inclui outros produtos como o editor de texto Word e o editor de apresentação PowerPoint, podendo ser baixado gratuitamente em modo *trial* (teste) na versão *Office 365 Home*, podendo ser utilizado por até trinta dias. Disponível para download no website oficial da marca: <https://products.office.com/pt-br/try>.

Para o tratamento estatístico, foi utilizado o *Software GraphPad Prism*[®] Versão 6 (2012) para Sistema Operacional Windows e que foi utilizado para medição do Coeficiente de Variação das respostas dos indivíduos. Ele pode ser baixado gratuitamente em modo *trial* e poderá ser usado por 30 dias e encontra-se disponível para *download* no website oficial da marca: <http://www.graphpad.com>.

A avaliação do comprometimento com as atividades foi realizada por meio de observação da participação dos discentes durante o desenvolvimento da oficina e - correlacionada com o comprometimento, amadurecimento e comportamento do grupo de trabalho nas atividades teórico-práticas - observou-se o empenho dos discentes nas atividades, especialmente quando eles foram confrontados com a realidade vivida por agricultores - atividade de campo.

2.1 O Produtor Rural de Maués e as Políticas Públicas da Agricultura Familiar

Nessa etapa da pesquisa, foram entrevistados dez agricultores familiares do município, para o conhecimento da percepção desses agricultores familiares em relação à oferta e acesso às políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar.

Além da entrevista, os sujeitos responderam a um questionário contendo 10 questões fechadas, semiabertas e abertas, para obtenção de informações que permitissem a caracterização do grupo pesquisado.

As entrevistas foram realizadas durante o mês de março de 2016. Após a coleta de dados, foi realizada a análise do conteúdo das entrevistas, por meio da técnica de análise de discurso. Sobre a interpretação do discurso, FONSECA (2014, p. 379) assim se refere:

A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e se organiza diante da natureza do material e da pergunta que o organiza. Assim, a teoria se apresenta a todo momento para intermediar a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação.

O levantamento das informações obtidas por meio da entrevista serviu de base para a compreensão das percepções dos agricultores a respeito do acesso a políticas públicas para a Agricultura Familiar, ou seja, a busca da visão que se realmente estão integrados no processo. O mesmo autor afirma, ainda, que todo discurso precisa ser entendido como parte de um todo, que é a realidade vivida por aquele que o produz.

E o passo inicial para a análise é a constituição do *corpus*. Todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes (FONSECA, 2014, p. 379).

Após a transcrição, análise e sistematização de ideias e fatos, foi elaborado um quadro com as principais categorias presentes nas entrevistas coletadas.

4.2.1 Composição do Grupo de Pesquisa

Os sujeitos que compuseram o Grupo de Pesquisa, 10 agricultores, foram selecionados de maneira aleatória, de modo que as informações pudessem demonstrar dados de forma geral, com o maior alcance de comunidades possível, além de agricultores próximos à sede do município. Apenas dois dos sujeitos foram escolhidos de forma proposital, por entender que poderiam servir de contraponto aos demais pequenos agricultores familiares pesquisados.

Oito das dez entrevistas foram realizadas na Feira do Produtor Rural de Maués, por ser um local que reúne, todos os sábados, produtores das mais diversas comunidades rurais de Maués e mesmo da sede do município, oferecendo, portanto, uma gama variada de sujeitos.

Dois dos sujeitos, residentes na sede do município, foram entrevistados em suas residências, no perímetro urbano da cidade, em data previamente agendada, para que se pudessem obter informações relativas aos agricultores que trabalham nas proximidades do município de Maués.

A figura 01 mostra o movimento da Feira do Produtor Rural de Maués, nas áreas externa e interna, com os agricultores comercializando os seus produtos. O sábado é o dia mais frequentado pelos consumidores e sempre nas primeiras horas da manhã.



Figura 1 – Área externa e interna da Feira do Produtor Rural de Maués
 Fonte: Imagens do acervo da autora (Lopes, S. M., 2016)

A comercialização dos produtos agrícolas e extrativistas ocorre semanalmente na Feira do Produtor Rural de Maués, sendo o melhor canal de negócio para aqueles que se dedicam a essas práticas para os produtores oriundos das comunidades rurais, e mesmo para os que trabalham próximo à sede do município.

4.2.2 O Instrumento de Coleta de Dados

A metodologia utilizada para a coleta das informações foi a técnica de entrevista, com questões abertas e fechadas referentes às percepções dos agricultores sobre as políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar.

Sobre a técnica de entrevista, Severino (2007, p. 123) afirma:

A entrevista é uma técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitada aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências

Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam.

A utilização da entrevista também é recomendada quando o pesquisador mergulha na realidade que se deseja conhecer. Ao fundamentarmos essas ideias recorremos aos apontamentos feitos por Duarte (2004, p.216) em relação ao uso da técnica da entrevista:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado em duas formatações. A primeira parte foi composta por um questionário contendo 10 questões abertas e fechadas, referentes a características pessoais do entrevistado, informações sobre sua família, área de sua propriedade e renda aproximada com a produção, entre outras. As informações tiveram por objetivo a caracterização do perfil dos participantes.

A segunda parte do instrumento destinada à realização da entrevista com os agricultores familiares, composta por cinco questões, versava sobre as seguintes temáticas: a) atividades desenvolvidas pelos agricultores; b) as dificuldades encontradas para a realização de suas atividades e c) a percepção a respeito do acesso às políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar.

4.2.3 A Realização da Pesquisa

Antes da realização da entrevista, foram explicados claramente a cada um dos sujeitos os objetivos da entrevista, e que esse instrumento era parte da pesquisa de mestrado e que comporia parcela integrante da dissertação. Foi-lhes apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e informado sobre o direito de não responder a quaisquer questões e também de pedir informações a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si.

Todos os entrevistados que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento, autorizando a utilização das informações prestadas nos meios acadêmicos e científicos.

Após a assinatura do Termo, os agricultores familiares responderam ao questionário e participaram da entrevista.

Com o consentimento dos sujeitos da pesquisa, as entrevistas foram gravadas, seguindo o roteiro proposto (Apêndice G). Ficou combinado que, por estarem em seu local de trabalho, eles poderiam interromper a entrevista a qualquer momento, cada vez que chegasse um cliente.

Os entrevistados, em sua maioria, demonstraram disposição em contribuir com a pesquisa; suas respostas em geral foram breves, mas bastante significativas, pois contemplaram aspectos que elucidaram a realidade vivida pelos agricultores familiares.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

1.1 Resultado da Oficina Pedagógica

A realização da Oficina Pedagógica foi um momento bastante importante na concretização da pesquisa, pois possibilitou avaliar o conhecimento prévio dos alunos e o desempenho deles após a realização das atividades práticas e teóricas. Foram realizadas aulas no *Campus* e aplicados testes de conhecimento e uma aula prática na Horta Comunitária do município, que consistiu em uma visita aos terrenos dos moradores da horta, conversas informais e preenchimento de questionários; foi um momento privilegiado para colher informações sobre o trabalho e as dificuldades enfrentadas por esses agricultores.

Embora o coordenador do curso e professor da turma tenha contribuído na organização da oficina, o fato de não ser professora da turma, de certa forma, inibiu a participação inicial, pois, a princípio, a turma se mostrou receosa e pouco receptiva, mas, aos poucos, foi se descontraindo e começou a participar. Ao final, a participação foi intensa, todos querendo contar suas experiências e dar sua opinião, demonstrando curiosidade, fazendo perguntas e tentando relacionar os novos conceitos a seus conhecimentos já existentes.

Embora muitos tivessem certa familiaridade com as atividades agrícolas, a turma demonstrou pouco conhecimento das legislações e conceitos relativos à temática. Desde o início, mostraram-se surpresos com a realidade que encontraram na Horta Comunitária, comentaram sobre a situação crítica vivida pelos agricultores e as dificuldades de acesso a crédito e assistência técnica. Outra observação comum entre os alunos foi a diferença existente quanto à renda obtida com as atividades agrícolas e também quanto à diferença de padrão das hortas de produtor para produtor.

Os alunos afirmaram que a aula de campo foi o ponto positivo da oficina, porque puderam confrontar os conhecimentos teóricos com a prática dos agricultores. O fato de eles próprios terem conversado com os agricultores, ouvindo seus questionamentos e anseios, os fez refletir sobre o papel do técnico e sua importância para os que precisam de assistência técnica para direcionar suas práticas.

Como ponto negativo da atividade, aponta-se o fato de alguns alunos não terem participado de todos os encontros, por motivo de o recebimento da bolsa assistência ter sido liberado durante o período da Oficina e alguns terem faltado à escola para receber o dinheiro; outro fato que merece destaque foi que muitas turmas do *Campus* encerraram as suas atividades mais cedo e alguns dos alunos ficaram ansiosos para sair.

Todos foram unânimes em dizer que a atividade de campo foi o ponto forte da oficina e que serviu para esclarecer as temáticas estudadas. Comentaram que precisam mais dessas experiências para que o curso de Agropecuária possa alcançar seus objetivos, que a prática também serviu para uma boa reflexão sobre a realidade da Agricultura Familiar em Maués e para avaliar a contribuição do IFAM para o desenvolvimento do município.

5.1.1 Caracterização do perfil dos discentes

A caracterização dos discentes teve por objetivo conhecer o perfil dos alunos que compuseram o grupo de trabalho para determinar a condução das atividades propostas a fim de facilitar o entendimento e condução das temáticas em estudo.

Quanto ao gênero, dentre os vinte participantes que compuseram o grupo de trabalho, 50% era do sexo masculino e 50% do sexo feminino. A faixa etária variou entre 15 e 21 anos, sendo 40% com 15 anos, 20% com dezesseis anos, 10% com dezessete anos, 15% com dezoito, 5% com dezenove e 10% com 21 anos.

Quanto à procedência, em sua maioria, os alunos componentes do grupo de trabalho são residentes da zona urbana do município de Maués; apenas dois oriundos de Boa Vista do Ramos, cidade vizinha ao município de Maués.

Essa é uma característica que merece destaque, pois, em anos anteriores, o *Campus Maués* possuía um considerável percentual de alunos oriundos das comunidades rurais que frequentavam o curso Técnico em Agropecuária. Esses alunos enfrentavam grandes dificuldades para concluir o curso, em função de não possuir residência na cidade, contando com a ajuda de parentes e amigos, uma vez que o *Campus Maués* ainda não conta com residência para alunos que chegam de outras localidades.

Para compreender o grau de percepção dos discentes quanto à temática, foram realizadas seis questões fechadas referentes à Agricultura Familiar, uma vez que o município de Maués possui perfil agrícola e os alunos que ingressam no curso de agropecuária em sua maioria possuem alguma relação com a agricultura. Os questionamentos foram realizados no início da oficina, considerando apenas os conhecimentos prévios dos discentes e repetidos ao final da oficina.

Abaixo (figura 2) são apresentadas as informações sobre a Agricultura Familiar, reunidas a partir da aplicação dos questionários.

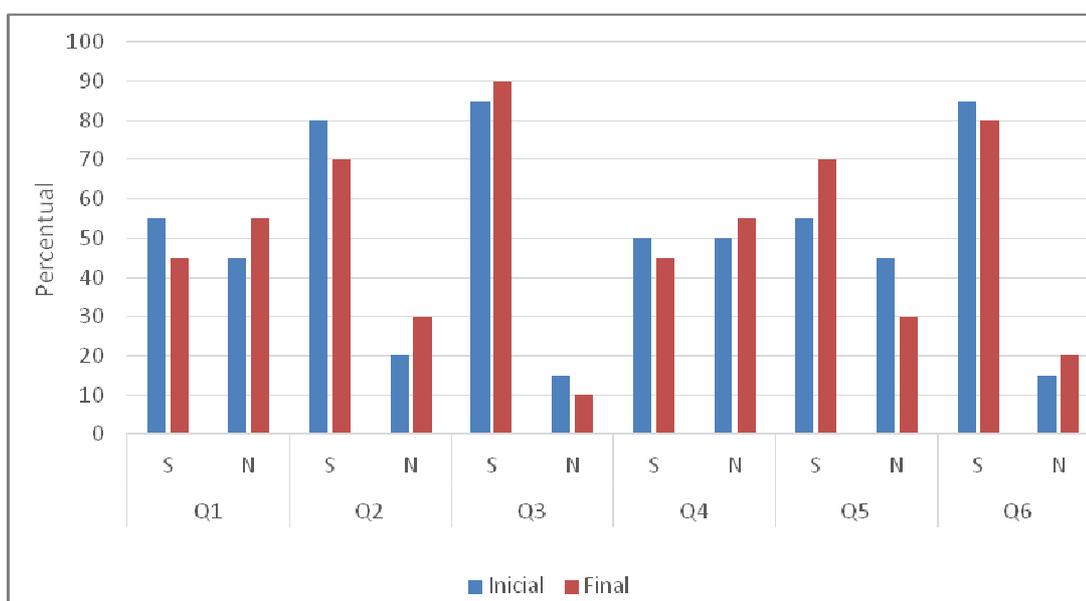


Figura 2: Resultado de informações sobre Agricultura Familiar

Na Questão 01, foi-lhes perguntado: “Você é filho/familiar de Agricultores familiares?” No questionário inicial 55% dos alunos responderam que sim e 45 % responderam que não; já no questionário final, as respostas se invertem: apenas 45% dos alunos responderam que sim, enquanto 55% responderam que não. A diferença nas respostas pode ser explicada devido ao fato de a oficina ter esclarecido o conceito de Agricultura Familiar, possibilitando ao grupo perceber que alguns não se enquadravam no perfil, portanto, mudando de afirmação.

Na questão 02, foi perguntado: “Você conhece famílias que atuam na Agricultura Familiar?”. No questionário inicial, 80% dos alunos responderam que sim e 20% responderam que não; no questionário final, 70% responderam que sim e 30% responderam que não, podendo-se inferir, também, que a mudança ocorreu devido à melhor compreensão do conceito de Agricultura Familiar.

Na questão 03, foi perguntado: “Você considera importante as atividades da Agricultura Familiar para o desenvolvimento da região?”. No questionário inicial, 85%

responderam que sim e 15% responderam que não; no questionário final, 90% afirmaram que sim e somente 10% afirmaram que não. A mudança de resposta pode ser entendida por motivo de os discentes perceberem que essa atividade - se desenvolvida satisfatoriamente - pode gerar recursos e impulsionar a economia, tema amplamente discutido durante a oficina.

O resultado apresentado na questão 03 deixa transparecer o desejo da condução e direcionamento da vida econômica, política e social da comunidade. Pinheiro (2012, p. 206-207) fala do empoderamento dos atores sociais:

O desenvolvimento da sociedade deve ser consequência de ação comunitária que emana de seu meio, ensejando o empoderamento do grupo, base da cidadania, e que é fortalecido pela ação social, de políticas governamentais que contribuem para a organização comunitária. Estabelecer, portanto, esse empoderamento comunitário, assim como o crescimento de sua atividade produtiva de forma consciente e sustentável é um dos grandes desafios do desenvolvimento amazônico e brasileiro.

Na questão 04, foi perguntado: “Você considera que as atividades da Agricultura Familiar recebem o reconhecimento necessário pela sua importância para o município?”. No questionário inicial, 50% do grupo respondeu que sim e 50% respondeu negativamente; no questionário final, 45% das respostas foram afirmativas e 55% delas foram negativas.

A mudança nas afirmações pode ser explicada pelos debates ocorridos no decorrer da oficina e principalmente após a entrevista realizada com os agricultores da Horta Comunitária, onde os discentes verificaram a pouca assistência de políticas públicas recebidas do poder público, impedindo que a produção possa ter melhores resultados. A esse respeito, Gazolla e Schneider (2007, p. 111) assim se reportam:

Assim, o processo produtivo de alimentos no caso do agricultor só é possível de ser realizado se, anteriormente a este, o mesmo possuir o corpo do saber que o embasa e informa. De nada adianta aos agricultores familiares a posse dos meios de produção e do objeto de produção (a terra) se estes não tiverem o saber-fazer que fornece o conhecimento necessário para desenvolver o processo de produção dos alimentos.

Na questão 05 foi perguntado: “Você considera que as atividades da Agricultura Familiar contribuem para a preservação do ecossistema do município de Maués?”. No questionário inicial, 55% do grupo respondeu que sim e 45% respondeu que não; no questionário final, 70% respondeu que sim e 30% respondeu que não.

A mudança nas afirmativas pode ser explicada tanto pela aula de campo quanto pelos vídeos e debates realizados, quando os discentes concluíram que os pequenos produtores realizam um trabalho menos agressivo à natureza que as grandes produções que visam, principalmente, à produção de *comodities*.

A preocupação com a sustentabilidade - a partir de uma prática cultural que garanta a sobrevivência dos pequenos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, a geração de alimento e qualidade de vida no campo - é objeto de constante discussão. Nesse sentido, Brasileiro (2010, p. 5) afirma:

É dentro dessa ótica de emaranhado de discussões, de possibilidades e impossibilidades, que aos poucos vão se conciliando o maior acesso à terra para agricultores familiares e a necessidade de estratégias de produção familiar que sejam economicamente viáveis, socialmente justas, ecologicamente corretas e culturalmente sustentáveis.

Muitos discentes chegaram a afirmar que nunca haviam atentado para as diferenças nas práticas das grandes e pequenas produções e, após a oficina, concluíram que elas possuem diferenças posturais, se comparadas com os agricultores familiares.

Na questão 06 foi perguntado: “Você considera que o curso Técnico em Agropecuária do IFAM *Campus* Maués contribui para o desenvolvimento da Agricultura Familiar no município?”. No questionário inicial, 85% respondeu afirmativamente e somente 15% respondeu negativamente; no questionário final, as afirmativas mudaram para 80% de respostas positivas e 20% de negativas.

A mudança nas respostas pode ser entendida pelo amplo debate ocorrido ao final da oficina, quando foi discutido qual o papel do IFAM para a região e qual a efetiva contribuição do curso Técnico em Agropecuária para que o IFAM realize efetivamente sua missão.

O resultado apresentado na questão seis condiz com a finalidade dos Institutos Federais em desenvolver as regiões e promover a qualidade de vida das suas populações. Pacheco (2010, p. 18-19) assim se refere à finalidade dos Institutos Federais:

[...] Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos do seu lócus. O desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento. Assim, os Institutos revelam-se espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros.

Os discentes apontaram o fato de o curso não se fazer presente na vida dos agricultores, seja com projetos de extensão ou mesmo com orientações básicas. Um dos questionamentos realizados por muitos discentes foi o motivo do IFAM pouco oferecer assistência técnica a pequenos produtores e mesmo às famílias de discentes filhos de produtores. Contudo, o grupo também ponderou sobre o fato do IFAM ser recente no município e ainda estar em fase de consolidação.

5.1.2 Avaliação do Processo de Aprendizagem

5.1.2.1 Avaliação da Aprendizagem Sujeito em relação ao Tempo

Na tabela 1 estão apresentados os valores médios obtidos para as 24 afirmativas em função do tempo (Tempo I ao Tempo II) obtidas do questionário de avaliação para mensuração da construção do conhecimento do grupo.

Tabela 1: Valores médios obtidos por cada sujeito nas duas avaliações (TI e TII) referentes ao nível de concordância nas afirmativas sobre Agricultura Familiar.

Sujeitos da Pesquisa	Avaliação Inicial			Avaliação Final		
	Média	DP	CV(%)	Média	DP	CV(%)
S1	3,8a	1,26	33,2	3,8a	1,09	29,1
S2	3,5a	1,26	35,5	3,8a	1,33	35,5
S3	3,5a	1,22	35,4	3,2a	1,04	32,4
S4	3,7a	1,43	39,1	3,8a	1,21	31,7
S5	3,3a	1,06	32,2	3,4a	0,64	18,7
S6	3,9a	1,19	30,3	4,0a	1,37	34,6
S7	3,4a	0,99	29,4	3,8a	1,15	30,4

S8	3,8a	1,23	32,9	3,6a	1,22	34,1
S9	4,1a	0,91	22,3	4,0a	1,32	33,1
S10	3,8a	1,07	27,8	4,1a	1,09	26,5
S11	3,7a	1,06	28,6	3,3a	1,09	33,5
S12	3,4a	1,07	31,8	3,6a	0,76	21,2
S13	3,4a	1,28	38,1	3,6a	0,95	26,6
S14	3,4a	1,22	35,8	3,7a	0,89	24,0
S15	3,5a	1,22	35,4	3,6a	1,22	34,1
S16	3,6a	1,41	39,4	3,9a	1,11	28,5
S17	3,5a	1,32	37,8	3,8a	1,37	35,9
S18	3,4a	1,28	38,1	3,8a	1,60	41,7
S19	3,5a	1,04	30,1	4,0a	1,17	29,0
S20	3,5a	1,26	36,4	4,0a	1,26	31,5
Média Geral	3,57	1,22	34,0	3,74	1,19	31,9

Legenda: S - Sujeitos da pesquisa com N=20; DP (Desvio Padrão); CV Coeficiente de Variação); t - Teste com nível de significância de 5%; Letras diferentes por teste indicam diferença significativa para o teste de Tukey ($p \leq 0,05$) avaliando por coluna.

Analisando os resultados obtidos nos testes, verificaram-se alterações nos valores médios das afirmativas do Teste II em relação ao Teste I, que foi considerado tempo zero para esta medida, uma vez que este foi aplicado imediatamente após a formação do grupo, sem que os discentes tivessem qualquer tipo de atividade relacionada ao tema, contando apenas com os conhecimentos prévios de cada um, sem a interferência ou influência do aplicador.

No primeiro momento (TI) a menor média obtida por sujeito foi **3,3**, o que representa **66%** de acerto em relação à pontuação máxima da escala (5,0 pontos). A maior média obtida foi **4,1** o que equivale a **82%** da pontuação máxima da escala. No segundo momento (TII), a menor média alcançada foi **3,2**, o que representa **64%** da pontuação máxima da escala. A maior média alcançada foi **4,1**, o que equivale a **82%** da pontuação máxima da escala, mesma pontuação obtida no Teste I.

A média geral do grupo aponta **3,57** em TI e **3,74** em TII, demonstrando um aumento na média geral do grupo, embora não sejam observadas mudanças significativas nas médias dos sujeitos.

Verifica-se que o sujeito S1 manteve a mesma média em TI e TII; os sujeitos, S3, S8, S9 e S11 apresentaram média em TII inferior à obtida em TI, demonstrando dificuldade em correlacionar os conhecimentos que estavam sendo adquiridos com as questões apresentadas no questionário de avaliação.

Os resultados apresentados pelos sujeitos referentes ao Desvio Padrão (DP) apresentam alteração entre os testes. A média geral de TI é de **1,22**; no Teste II, a média geral apresentada é de **1,19**.

No Teste Inicial, o maior DP é apresentado pelo sujeito S4, sendo de 1,43; no Teste Final, o maior DP é apresentado pelo sujeito S18, sendo de 1,60. No TI, o menor DP é 0,91 apresentado pelo sujeito S9; no TII, o menor DP é de 0,64, apresentado pelo sujeito S5.

Os resultados demonstram uma diminuição tanto no maior quanto no menor Desvio Padrão dos sujeitos, confirmando um decréscimo nos erros das respostas apresentadas pelos sujeitos.

Sabedot (2010, p. 46) apresenta os mesmos resultados e reforça a compreensão de que o desenvolvimento da pesquisa através da aquisição de novos conhecimentos é possível verificar nos demais testes:

No Segundo teste, ocorreu uma predominância de média de notas superior a 5,0 (cinco) e o coeficiente de variação com pequena redução, no entanto a partir do terceiro teste, a média das notas de cada questão passou a ser superiores a 6,0 (seis) e ainda, o coeficiente da variação com uma redução considerável em relação aos dois primeiros testes. Estes resultados reforçam a hipótese de que os alunos conseguiram compreender melhor o conteúdo apresentado no programa da disciplina de forma segmentada e a sua avaliação sendo ou verificada a cada etapa do ensinamento.

Na figura 3 estão apresentados os resultados dos escores médios por sujeito, comparando o resultado das afirmativas nos tempos I e II, realizados antes e após a realização da oficina pedagógica.

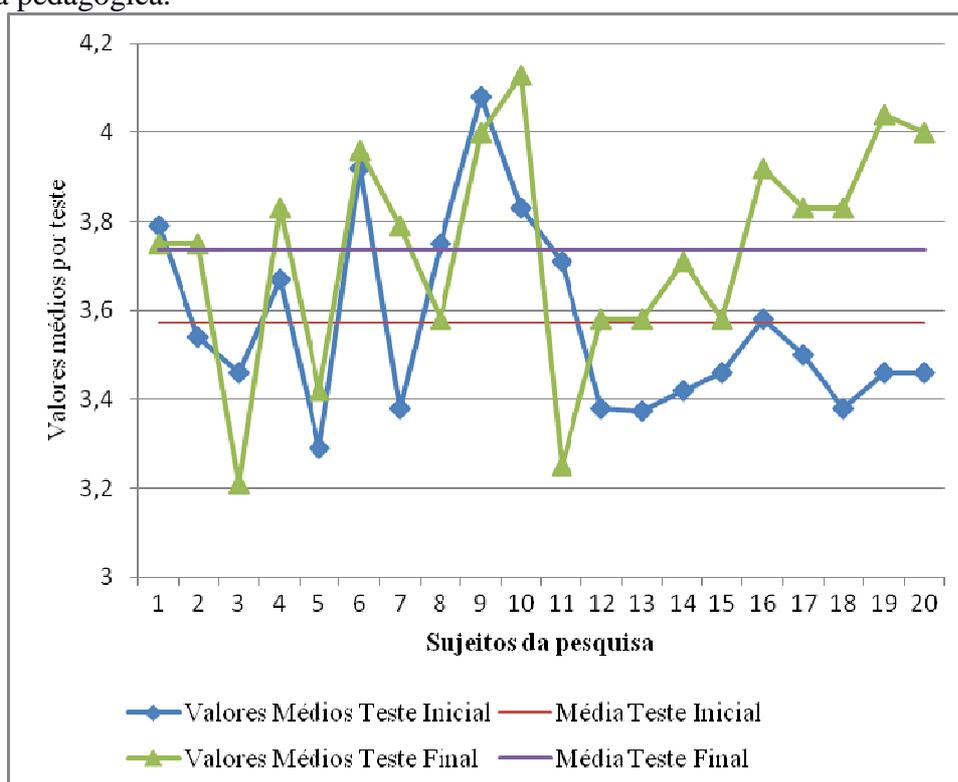


Figura 3: Comparativo dos valores médios obtidos por cada sujeito nas duas avaliações (TI e TII)

Os sujeitos S5, S7, S12, S13, S14 e S18 obtiveram média no Teste Inicial, abaixo da média geral. No Teste Final, os sujeitos S3, S5 e S11 foram os que mantiveram seus resultados abaixo da média geral da turma.

Destacamos os sujeitos S1, S6, S9 e S10, que obtiveram médias mais elevadas que a média geral da turma no Teste Inicial. Os sujeitos que se destacaram no Teste Final foram S6, S9, S10, S16, S19, S20, com médias superiores à média geral da turma.

O desenvolvimento da Oficina Pedagógica aponta para a melhoria dos resultados da pesquisa após a aplicação dos testes. França Júnior (p. 52) aponta para o mesmo desempenho no decorrer das atividades:

Analisando os resultados obtidos nos quatro testes que foram utilizados para acompanhar a evolução dos sujeitos nas etapas que compreenderam o processo e seus controles, foi verificado que nas 25 afirmativas, a média para cada sujeito foi aumentando gradativamente nos testes TII, TIII e TIV em relação ao TI, o qual fora considerado como tempo zero para esta medida, uma vez que o teste foi aplicado imediatamente após a formação do grupo de sujeitos, sem que os estudantes pudessem estar correlacionados às atividades que haveriam de desenvolver com os seus conhecimentos prévios.

Na figura 4 estão demonstradas as alterações nos coeficientes de variação das respostas por sujeito, considerando o Teste Inicial e o Teste Final.

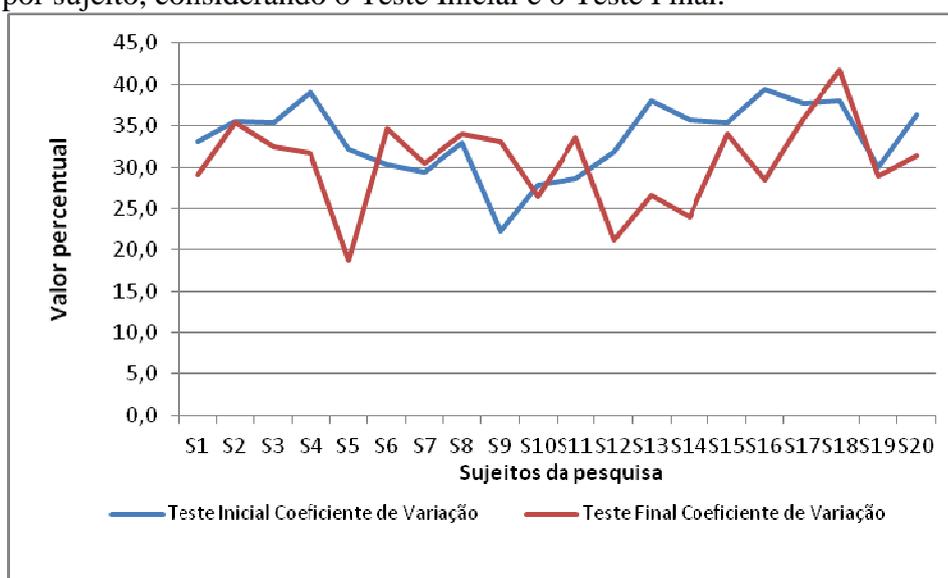


Figura 4: Coeficiente de variação obtido por cada sujeito nas duas avaliações (TI e TII)

A média geral do Coeficiente de Variação (CV) no Teste Inicial foi de **34%**, alterando para **31,9%** no Teste Final, demonstrando uma pequena diminuição nos erros das respostas obtidas nos testes.

Verificando os resultados individuais, o maior CV apresentado no Teste Inicial foi de **39,4%** e o menor CV foi de **22,3%**, registrando uma diferença de **17,1%** entre os dois testes. No Teste Final, o maior coeficiente de variação foi de **35,9%** e o menor foi de **18,7%**, apresentando uma diferença de **17,2%** entre os testes. Os resultados demonstram uma redução na variabilidade das respostas, indicando uma maior coesão dos sujeitos em relação ao conhecimento em construção.

Destacam-se os sujeitos S4, S7, S12, S13, S15 e S17 que apresentaram mudança significativa na variação das respostas, com diferenças que alternam entre **10,9** a **13,5** entre o teste I e Teste II, demonstrando a importância da participação na oficina para a construção de seu conhecimento.

Esses resultados, apesar de pouco expressivos, estão em conformidade com os obtidos por Sabedot (2010, p. 46) e se configuram dentro de média aceitável e as discrepâncias observadas não comprometem o resultado do trabalho.

No Segundo teste, ocorreu uma predominância de média de notas superior a 5,0 (cinco) e o coeficiente de variação com pequena redução, no entanto a partir do terceiro teste, a média das notas de cada questão passou a ser superiores a 6,0 (seis) e ainda, o coeficiente da variação com uma redução considerável em relação aos dois primeiros testes. Estes resultados reforçam a hipótese de que os alunos conseguiram compreender melhor o conteúdo apresentado no programa da disciplina de forma segmentada e a sua avaliação sendo ou verificada a cada etapa do ensinamento.

5.1.2.2 avaliação da aprendizagem questão em relação ao tempo

Na tabela 2 estão apresentados os resultados dos valores médios das 24 afirmativas utilizadas para avaliação da evolução do desempenho dos sujeitos no decorrer do processo de aprendizagem.

Tabela 2: Valores médios obtidos por afirmativas nas duas avaliações (TI e TII) referentes ao nível de concordância sobre agricultura familiar.

Afirmativas	Avaliação Inicial			Avaliação Final		
	Média	DP	CV%	Média	DP	CV%
Q1	3,5 ^{abcdef}	1,12	31,9	4,3 ^a	0,71	16,6
Q2	4,2 ^{abc}	1,06	25,6	4,5 ^a	0,50	11,1
Q3	3,8 ^{abcde}	0,93	24,4	4,1 ^a	0,94	23,0
Q4	3,3 ^{bcdef}	1,37	42,3	3,9 ^{ab}	1,14	29,1
Q5	3,7 ^{abcde}	0,90	24,3	3,8 ^{abc}	0,99	26,5
Q6	4,0 ^{abcd}	1,26	31,6	4,3 ^a	0,89	20,9
Q7	4,1 ^{abcd}	0,77	18,7	4,1 ^a	0,89	21,7
Q8	2,9 ^{cdef}	1,09	37,6	2,4 ^e	1,16	48,2
Q9	4,2 ^{abc}	0,96	23,2	4,3 ^a	0,71	16,6
Q10	2,3 ^f	1,05	45,8	2,5 ^e	1,28	52,4
Q11	3,4 ^{abcdef}	1,28	37,7	2,8 ^{bcd}	1,36	48,7
Q12	4,7 ^a	0,73	15,6	4,4 ^a	0,66	15,1
Q13	2,9 ^{def}	1,15	40,4	2,6 ^{de}	1,20	46,2
Q14	3,5 ^{abcdef}	1,12	31,9	3,9 ^{abc}	0,79	20,6
Q15	4,2 ^{abc}	1,01	24,4	4,4 ^a	0,66	15,1
Q16	3,8 ^{abcde}	0,93	24,4	4,4 ^a	0,49	11,1
Q17	3,6 ^{abcde}	0,92	25,5	4,2 ^a	0,87	20,8
Q18	4,4 ^{ab}	1,11	25,5	4,2 ^a	0,96	23,2
Q19	3,5 ^{abcdef}	0,97	28,2	4,0 ^a	0,74	18,7
Q20	3,4 ^{bcdef}	1,24	36,9	2,8 ^{cde}	1,30	47,2
Q21	2,9 ^{def}	1,24	43,4	3,6 ^{abcd}	1,11	30,9
Q22	3,8 ^{abcde}	1,12	29,5	4,1 ^a	0,92	22,7
Q23	3,6 ^{abcdef}	1,07	30,2	4,0 ^a	0,89	22,4
Q24	2,6 ^{ef}	1,12	43,8	2,5 ^d	1,16	46,5

Legenda: Q - Questões com N=24; DP (Desvio Padrão); CV Coeficiente de Variação); t - Teste com nível de significância de 5%; Letras diferentes por teste indicam diferença significativa para o teste de Tukey ($p \leq 0,05$) avaliando por coluna.

A avaliação Inicial apresenta diferenças significativas ($p \leq 0,05$), com grupos diferenciados variando de “a” a “f”, de acordo com o teste Tukey, que considera uma margem de confiança de 95%. No Teste Final, diferenças significativas são verificadas nas afirmativas Q4, Q5, Q10, Q11, Q13, Q14, Q20, Q21 e Q24.

Verifica-se que o Desvio Padrão (DP) sofreu decréscimo de TII em relação a TI.

As afirmativas Q1, Q2, Q6, Q14, Q15 e Q16 apresentam diminuição considerável no DP no comparativo entre a primeira e segunda avaliação. Os valores identificados estão entre **0,33** a **0,56** de diminuição no desvio de resposta dos sujeitos.

Esses resultados demonstram mudança de comportamento em relação à concordância dos sujeitos da pesquisa, apontando para um ganho de conhecimento como resultado da participação na oficina pedagógica.

Algumas afirmativas, contudo, foram consideradas críticas, concorrendo para um aumento na média geral do Desvio Padrão. O aumento apresentado nas afirmativas oscila entre **0,06** a **0,23**, sendo as questões: Q5, Q7, Q8, Q10, Q11, e Q20.

Q5: “Dentre as metas do Plano Municipal de Inclusão Produtiva do município de Maués, previstas para 2015-2016, está disponibilizar uma rede de técnicos que favoreçam a inserção no mercado de trabalho”.

Q7: “Algumas novas funções da agricultura e do espaço rural são a geração de emprego e a preservação ambiental”.

Analisando as afirmativas críticas, pode-se verificar que as duas primeiras tratam de metas do governo municipal e conceitos referentes à Agricultura Familiar, considerando alguns aspectos das práticas utilizadas. Possivelmente a dificuldade encontrada seja em função de determinar se deveriam responder de acordo com o que está prescrito na legislação ou com o que se configura de fato na realidade dos agricultores familiares e, nesse caso, pode-se evidenciar não o erro, mas uma dúvida quanto ao contexto que deveria ser analisado.

Verifica-se, também, que alguns sujeitos não puderam participar de algumas aulas nas quais foram correlacionados os conceitos e as exigências da lei em comparação com as práticas vividas pelos agricultores familiares, o que pode ter dificultado a análise por parte dos mesmos no momento das respostas. A dificuldade em associar e comparar o que prescreve a legislação e o alcance dela na realidade conhecida pelos sujeitos os induziu a apresentarem uma resposta discordante.

As demais questões possuem caráter negativo, podendo ter dificultado a análise pelos sujeitos, induzindo-os a uma resposta contrária. Essas questões serão analisadas posteriormente.

Na figura 5 estão apresentados os valores médios por afirmativa em relação ao Teste I e Teste II, realizados antes e após a realização da oficina pedagógica.

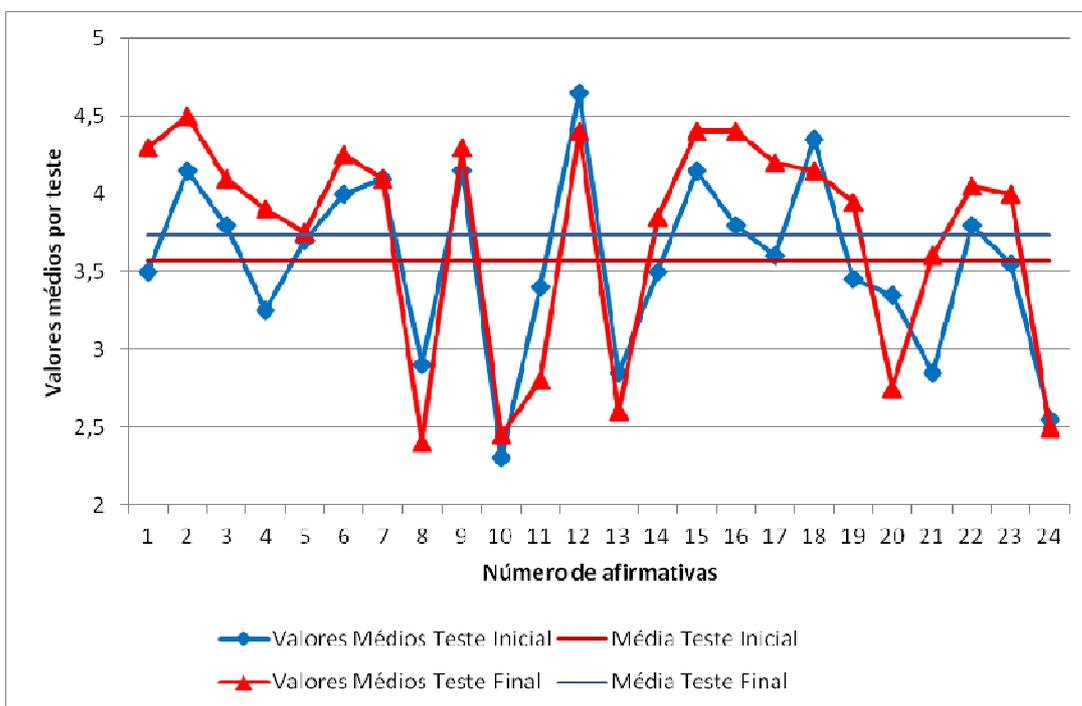


Figura 5: Comparativo dos valores médios por afirmativas nas duas avaliações (TI e TII)

Analisando os resultados de TII em relação a TI, pode-se observar que há oscilação nas médias das afirmativas, algumas com ganho nos valores médios, enquanto outras questões apresentam decréscimo em seus resultados.

As afirmativas Q4 e Q8, Q10, Q13, Q21 e Q24 foram as que apresentaram valores médios abaixo da média geral no Teste Inicial. As afirmativas Q12 e Q18 foram as que

apresentaram os melhores resultados em TI, com valores médios de 4,7 e 4,4, respectivamente.

No Teste Final, as afirmativas Q2, Q9, Q12, Q15 e Q16 são as que apresentam os melhores resultados, com médias oscilando de 4,3 a 4,5.

As questões Q8, Q10, Q11, Q13, Q20 e Q24 apresentaram resultado crítico nas duas avaliações, algumas com resultado em TII abaixo dos apresentados em TI, são elas:

Q8: *“O uso da mecanização na área rural descaracteriza a atividade de Agricultura Familiar”*.

Q10: *“Os agricultores familiares de Maués são organizados em associações e cooperativas de agricultores”*.

Q11: *“Os produtos dos agricultores familiares são livres de agrotóxicos e venenos”*.

Q13: *“Os agricultores familiares dispõem, em suas áreas de atuação, de todos os serviços de saúde e de educação”*.

Q20: *“Um produto orgânico é somente aquele produzido pelos agricultores familiares”*.

Q24: *“A Agricultura Familiar não pode contar com o trabalho assalariado de pessoas estranhas ao convívio das pessoas da família”*.

Analisando as afirmativas, verificou-se que, embora todas as questões tenham sido amplamente discutidas nos grupos de trabalho, onde os discentes demonstraram evidente compreensão das temáticas presentes, os resultados parecem contrariar os conhecimentos demonstrados pela maioria dos sujeitos que fizeram parte do grupo de pesquisa, caracterizando um contrassenso.

Resultado semelhante é encontrado no trabalho de França Júnior (2008, p. 55) quando descreve os resultados apresentados em TIII ao compará-los com TI; apesar das discrepâncias, não desqualificam os resultados obtidos na pesquisa:

No teste TIII foram detectadas dificuldades dos sujeitos em correlacionar o seu nível de desenvolvimento com os conhecimentos que estavam sendo adquiridos nas disciplinas que lhes embasavam para o melhor entendimento das etapas do processo, assim, oito deles obtiveram valores de média do teste inferior aos do TII, e também para quatro destes, o valor foi inferior ao apresentado no TI. Por outro lado, no teste TIV os seus valores médios foram superiores aos obtidos no TIII, exceto para o sujeito A.

Ao fazer uma análise mais apurada das questões, constata-se que todas elas são as que foram elaboradas de forma invertida, ou seja, são afirmativas não verdadeiras.

Ao tomar como exemplo a afirmativa Q10, que se refere à organização dos agricultores familiares do município de Maués, observou-se que, no município, poucos agricultores são organizados em cooperativas e associações, embora já tenham sido criadas inúmeras associações nas calhas dos rios e lagos do município de Maués. Pode-se inferir que a dificuldade encontrada para determinar o nível de concordância pelo sujeito se deu em função de definir se deveriam responder de acordo com a percepção do pequeno grupo contemplado com políticas públicas ou com a maioria que é alienada destes benefícios.

Da mesma forma, a afirmativa Q13 refere-se às condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares. Os discentes que compõem o grupo de sujeitos da pesquisa participaram de atividade prática em que puderam constatar a realidade vivida pelos agricultores, bem como muitos deles já são conhecedores dessa realidade. Conclui-se, então, que o nível de concordância/discordância críticos apresentados nas questões acima citadas não refletem o nível de conhecimento dos sujeitos e, sim, uma dificuldade em definir qual a opção representaria a negação de uma questão negativa.

Estudos de Dalmoro e Vieira (2013, p.165) corroboram a observação apresentada e demonstram que, apesar da aparente contradição nas respostas, os resultados não comprometem o resultado da pesquisa:

Em uma linha de pesquisa diferente das pesquisas que buscam encontrar uma quantidade de categorias de respostas ideal, estudos como Barnette (2000) testaram a mudança na ordem da questão, utilizando questões de ordem positiva e negativa no mesmo instrumento. O autor detectou que estes procedimentos confundem os respondentes e, desta forma, são desaconselhados. Ao inverter a ordem da questão, a percepção dos itens pode não ser exatamente o oposto, o que resulta na redução da confiabilidade e da validade dos resultados. Contudo, nos testes realizados por Barnette (2000), a ordem da questão não resultou em perda de consistência interna e possibilitou detectar a consistência e o viés das respostas.

Na verdade, a forma como foram elaboradas as afirmativas no questionário tornaram a interpretação das questões confusas para o entendimento do discente, induzindo-o a uma escolha de opção contrária ao que acredita.

Dalmoro e Vieira (2013, p.166) explicam que a disposição de ordem inversa das questões confunde os respondentes e que a percepção da escala invertida pode não ser exatamente o oposto. Não houve, por parte da autora, a intenção de propor o engano, já que, somente após a análise dos resultados, foi possível perceber as implicações que essas questões poderiam interferir na pesquisa.

Na figura 6 estão apresentadas as variações por afirmativa em relação aos tempos I e tempo II, ocorridos durante o processo de aprendizagem da oficina pedagógica.

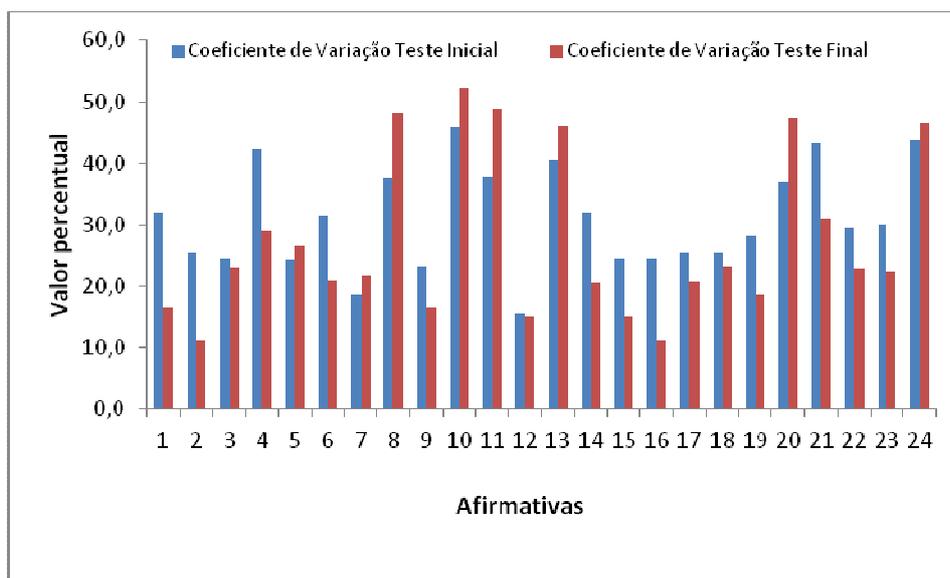


Figura 6: Coeficiente de Variação obtido por afirmativas nas duas avaliações (TI e TII)

Analisando os resultados de variação por afirmativas, conforme figura 6, verificam-se alterações no nível de concordância e discordância de TII em relação a TI. As questões Q5, Q7, Q8, Q10, Q11, Q12, Q13, Q20 e Q24 apresentaram aumento na variabilidade das respostas, demonstrando dificuldade dos sujeitos em correlacionar os conhecimentos teórico-práticos com as questões apresentadas no questionário.

Destacam-se as questões Q1, Q2, Q4, Q6, Q14, Q16 e Q21 com diminuição percentual de variação das respostas entre 10,7% e 15,3%, resultado bastante significativo e que aponta para a consolidação de conhecimento pelos discentes.

2.1 Os Agricultores Familiares

5.2.1 Perfil dos Agricultores Familiares de Maués

Os agricultores familiares entrevistados apresentam idade entre 28 a 61 anos, perfazendo uma média de 49,8 anos de idade. Em geral, são casados ou vivem em união estável. Quanto ao nível de instrução, 33% possui Ensino Fundamental incompleto, 56% Ensino Fundamental completo e 11% Ensino Pós-médio Técnico.

O tempo de trabalho com a atividade agrícola, do grupo estudado, variou entre 8 a 50 anos, perfazendo uma média de 27,8 anos de tempo de trabalho com a atividade desenvolvida. Muitos dos entrevistados desenvolvem a atividade já realizada por gerações anteriores. Essa constatação pode ser verificada no trabalho de Herrera (2012, p. 194), quando diz:

Outro grupo encontrado entre os moradores da área de assentamento (Senador José Porfírio) diz respeito aos produtores familiares criados junto aos pais no trato da terra e com a criação de animais, portanto, formação voltada para o trabalho no espaço agrário e com o intuito de permanecer na terra e repassar para os filhos o sentimento de pertencimento do lugar e da “lida com a terra”.

As famílias são compostas, em sua maioria, por mais de seis pessoas; outras formadas de quatro a seis membros por família;

Dentre os entrevistados, cinco dispõem de uma a três pessoas diretamente envolvidas no trabalho; três contam com quatro a seis pessoas envolvidas e apenas um dispõe de mais de seis pessoas para a realização das atividades. A contratação de mão de obra de terceiros ocorre de forma temporária, durante um período de preparação da roça ou da colheita:

No trabalho familiar cada membro desempenha um papel importante, possibilitando uma divisão técnica do trabalho no interior da família. Vale ressaltar que quando a família não consegue suprir sua necessidade de trabalho, este é complementado pela relação de produção denominada de ajuda mútua (a exemplo do mutirão e a da parceria), a qual fortalece a organização comunitária entre os agricultores. Além disso, nas técnicas utilizadas pelo agricultor familiar há a preocupação de manter em equilíbrio os recursos que sustentam a produção. Conceição et. al. (2009, p. 05).

A renda obtida com a atividade de agricultura pelos agricultores familiares entrevistados é bastante diferenciada, geralmente com renda de até três salários mínimos provenientes da produção.

Sete dentre os dez entrevistados não possuem nenhum outro tipo de renda, dispondo apenas dos recursos provenientes das atividades agrícolas. Alguns dependem de outra fonte de renda para complementar as despesas da família e investir na produção, geralmente provenientes de programas sociais, como bolsa família ou benefícios do governo como a aposentadoria rural para um dos familiares. Essa mesma percepção é verificada por Dácio (2011, p. 39), quando afirma: “A complementação de renda monetária, em sua maioria, advém dos programas governamentais de seguridade social, universalização de serviços governamentais e de trabalhos formais e informais”.

Em relação à extensão da propriedade, apenas dois dos entrevistados apresentam área entre um a dez hectares, os demais possuem áreas superiores a 11 hectares.

A figura 7 apresenta as áreas das propriedades dos agricultores familiares do município de Maués. É possível perceber que 70% das propriedades são áreas abaixo de 30 ha e, em 80% delas, as propriedades pertencem ao menos há duas gerações e que são utilizadas por mais de uma família.

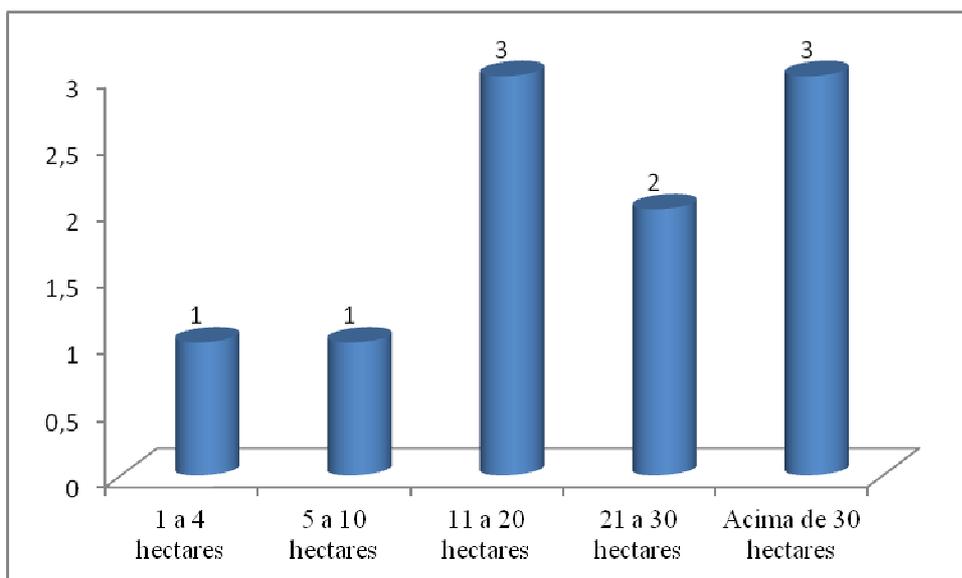


Figura 7: Área das propriedades de agricultores familiares do Município de Maués.

Da área disponível, os agricultores familiares utilizam menos da metade das terras. Dentre os que afirmam utilizar a metade da área ou mais, justificam trabalhar em conjunto com seus familiares, havendo sempre outra área disponível para reserva legal.

5.2.2 A agricultura familiar de Maués na percepção dos agricultores familiares

A análise das informações obtidas por meio das entrevistas realizadas com os agricultores familiares permitiu compor um quadro com as principais categorias apresentadas pela Agricultura Familiar em Maués, de acordo com os sujeitos envolvidos.

Quadro 2: Principais categorias apresentadas pela Agricultura Familiar em Maués

ITENS	1ª CATEGORIA	2ª CATEGORIA	3ª CATEGORIA
Principais produtos	Mandioca	Banana, macaxeira, pimenta de cheiro e pequenos animais.	Melancia, maracujá, cará, hortaliças, outras frutas e cana-de-açúcar.
Motivo da escolha das atividades	É melhor para trabalhar; falta de estudo	É mais lucrativo; é um ramo inexplorado.	---
Dificuldades para o desenvolvimento da atividade	Transporte do produto	Irrigação; falta de recursos; sazonalidade; mão-de-obra; adaptação da cultura.	---
Acesso a investimento para a produção	Não recebe	Sim, financiamento de máquinas	---
Importância do investimento do governo para a produção	Sim, melhoraria.	---	---
Modalidade de investimento mais importante	Financiamento, materiais	Transporte	Auxílio na venda

Dificuldades para acesso aos benefícios do governo	Dificuldade do produtor	Burocracia; chega pouco recurso ao agricultor	Falta de apoio dos representantes; falta de oportunidade para o produtor
--	-------------------------	---	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos das entrevistas com os agricultores

O quadro 02 expressa uma síntese da realidade dos agricultores familiares no município de Maués:

- Uma produção voltada ainda para a subsistência da família com a venda do excedente na Feira do produtor rural do município;
- Uma tradição herdada das gerações anteriores que já desenvolviam atividades agropecuárias de subsistência;
- A baixa escolaridade da maioria dos entrevistados é que os impulsiona para a atividade agropecuária, além de considerarem tratar-se de uma atividade que não exige muita capacidade técnica ou intelectual;
- Descrevem a dificuldade de transporte, a sazonalidade, a falta de recursos financeiros como dificuldades que comprometem o melhor desempenho de suas atividades agropecuárias;
- Os entrevistados apontam para o acesso aos investimentos como alternativa para implementar as suas atividades e melhorar a qualidade de vida; de todos os entrevistados, apenas um reconhece que recebeu o incentivo para a aquisição de máquinas agrícolas;
- Todos os entrevistados reconhecem que se os benefícios das políticas públicas fossem extensivos a todos os agricultores familiares, melhoraria a produção agrícola e resultaria em uma melhor qualidade de vida para as famílias.
- Quando se trata de quais políticas públicas seriam as mais importantes para os agricultores familiares, respondem que o financiamento de implementos agrícolas seria uma das alternativas, mas há os que defendem que o auxílio no transporte, escoamento da produção e na aquisição ou auxílio para a venda dos produtos seria uma medida de extrema importância;
- Por fim, os entrevistados apontam para as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para o acesso aos investimentos e benefícios das políticas públicas: a falta de iniciativas dos próprios agricultores; a burocracia das instituições de financiamentos, que exigem, além dos documentos pessoais dos agricultores, os títulos de posse das terras; e ausência da classe política como intermediadora dos agricultores com as instituições.

Pode-se estender a realidade apresentada, no quadro acima, como uma situação que resume a realidade dos pequenos agricultores da região, conforme descrito detalhadamente nas discussões a seguir.

5.2.2.1 Principais Produtos da Agricultura Familiar em Maués

O principal produto produzido pelos agricultores familiares no município de Maués é a mandioca³. Esse produto é de grande importância para o município, principalmente para a

³ A mandioca é uma planta que produz amido, possui alto valor energético e baixo teor de proteína em suas raízes. Possui duas espécies básicas do gênero *Manihot*: a mandioca doce, aipim ou macaxeira (*M. dulcis* ou *M. ahipi*) e a mandioca brava ou amarga (*M. esculenta* ou *M. utilissima*). Sua classificação baseia-se no teor de uma substância tóxica que ela possui: o ácido cianídrico. A mandioca-brava é rica em ácido cianídrico, perdendo sua toxicidade no processo do cozimento e torrefação.

produção de farinha e seus derivados, alimentos indispensáveis para o maueense. Além da farinha, da mandioca se extrai a tapioca, o tucupi, além de servir de matéria prima para a produção de beijos, também muito utilizados pela população.

A mandioca (figura 8), arbusto herbáceo da família *euphorbiaceae*, é largamente cultivada na região para a extração das raízes, matéria prima para a produção da farinha.

Em Maués, seu cultivo ocorre em pequena escala em praticamente todas as comunidades rurais, tanto para consumo quanto para a venda do excedente.



Figura 8: Planta de mandioca cultivada em Maués/AM

Fonte: Imagens do acervo da autora (Lopes, S. M., 2016).

A senhora S. M. B., 57 anos, moradora da comunidade São Francisco do Pupunhal, fala sobre a sua produção principal e de outros produtos: “É...a gente trabalha mais com farinha. Mais com farinha. Mas também trabalha com macaxeira, banana...”.

O senhor M. B. M., 60 anos, morador da comunidade Santo Antônio do Moraes, reafirma a mandioca como base de produção: “Olha, nós produzimos só mesmo derivado da mandioca porque guaraná nós não temos, o que eu tenho, mas não dá pra produzir, né? Aí a gente só produz mesmo os negócios de mandioca”.

A figura 9 apresenta alguns dos produtos derivados da mandioca e que são consumidos com regularidade pelos habitantes de Maués, são eles: a farinha (A), a tapioca em rama (B), o pé de moleque⁴ (C), o beijucica⁵ (D) e o tucupi⁶ (E) utilizado na culinária regional.

⁴ Beiju característico da região, produzido a partir da massa da mandioca, assado em folha de bananeira. Em seu preparo são misturados à massa a castanha-do-brasil, açúcar e erva doce.

⁵ Nome típico da região dado a uma das variedades de produtos feitos a partir da massa da mandioca

⁶ É um dos produtos derivados da mandioca, que tem cheiro, cor e sabor peculiar. Muito utilizado na culinária regional, sendo ingrediente indispensável em pratos típicos como o pato no tucupi e o tacacá.



Figura 9 – Farinha (A), tapioca em rama (B), pé de moleque (C), beijucica (D) e tucupi (E).
 Fonte: Imagens do acervo da autora (Lopes, S. M., 2016).

Além desses, mais comumente comercializados, há outras variedades de beijos produzidos a partir da massa da mandioca, em sua maioria, apenas para o consumo da família.

Base alimentar da maioria da população do município, a mandioca é um dos produtos mais cultivados. Seus subprodutos possuem excelente aceitação e possuem venda certa nos mercados e feiras locais. O senhor O. M. M., 61 anos, morador da comunidade Santo Antônio do Moraes, afirma: “Eu trabalho só com a mandioca, com o cará, com macaxeira”.

Essa mesma realidade foi também observada no estudo de Dácio (2011, p. 52), quando este descreveu a importância da roça de mandioca nas comunidades dos lagos do Paru e Calado, em Manacapuru/AM:

A importância da roça, como atividade para a manutenção da família, foi evidenciada na aplicação da entrevista. Quando foi apresentada a questão sobre a dieta alimentar, os agricultores familiares de ambas as comunidades citaram que a farinha para o consumo é de fabricação da unidade familiar ou, em alguns casos, da reciprocidade de parentes e vizinhos. Além disso, a produção da farinha, também, é destinada à comercialização [...].

Na segunda categoria de produtos provenientes da Agricultura Familiar, destacam-se: a macaxeira, a banana, pimenta de cheiro e pequenos animais (figura 10).

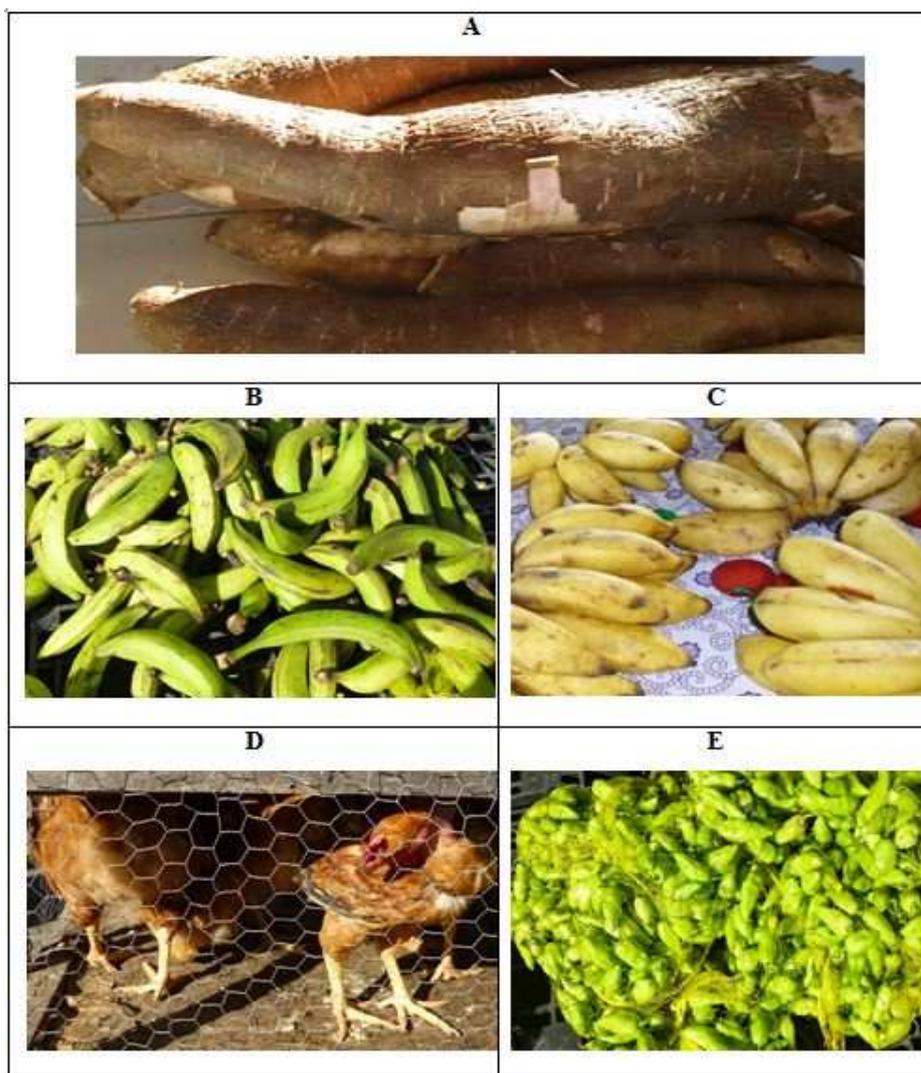


Figura 10: Macaxeira (A), banana pacovã (B), banana maçã (C), frango caipira (D) e pimenta de cheiro (E).

Fonte: Imagens do acervo da autora (Lopes, S. M., 2016).

Segundo os entrevistados, há uma preferência pela produção de gêneros utilizados na alimentação, por seu consumo ser indispensável, portanto, com maior garantia de venda.

A atividade dos agricultores familiares está ligada a pequenas roças e à criação de animais de pequeno porte para a alimentação e a venda do excedente. O senhor A. P. V., 52 anos, morador do Lago Pretinho do Urariá de Cima, assim descreve sua atividade diária: “A atividade é na lavoura mesmo, né? É... Assim algumas coisas, como melancia, mandioca, farinha, isso aí. Crio alguns animais”.

Da mesma forma, o senhor J. E. P. O., 57 anos, morador da comunidade Santa Luzia do paraná do Urariá de Cima, descreve as atividades desenvolvidas por ele na área rural de Maués: “Eu trabalho com pimenta de cheiro, trabalho com mandioca, né? Trabalho também com as frutas de lá do terreno, por exemplo, laranja e tangerina, quando é o tempo, né? Jaca-manteiga, limão, [...] que eu trabalho, né?”.

A variedade de produção, ainda que em pequena escala, possibilita a esses agricultores familiares uma variedade de recursos, ainda que bastante pequena, que lhes garante renda em diversos momentos do ano. Por exemplo, o senhor M. R. P. L., 53 anos,

morador da comunidade São Pedro do paraná do Urariá de Cima, relata a diversidade da sua produo em sua propriedade: “Eu trabalho com esse negócio de roça, banana, eu planto maracujá, eu planto a pimenta, eu planto de tudo, n?”.

Nesse sentido, essa realidade vivida pelos agricultores familiares de Maués pode ser corroborada pela realidade vivida pelos comunitários dos lagos do Paru e Calado, no município de Manacapuru/AM:

No componente sítio são cultivadas e manejadas as espécies arbóreas, principalmente frutíferas, as não arbóreas para uso alimentar, medicinais, ornamentais e, eventualmente, essências florestais, associadas aos cultivos agrícolas, anuais e perenes, e aos animais domésticos de pequeno porte. Os sítios são localizados nas proximidades da área de moradia. Trata-se de um componente encontrado nas duas localidades pesquisadas, revelando uma estratégia recorrente da agricultura familiar na Amazônia. (DCIO 2011, p. 53)

Na terceira categoria de produtos da Agricultura Familiar, destacam-se: melancia, maracujá, cará, outras frutas, hortaliças e cana-de-açucar.

A melancia  uma fruta bastante consumida pela populao mauense e, embora seja cultivada no município, a quantidade produzida não consegue suprir a demanda da populao, sendo boa parte do consumo recebida de municípios vizinhos como Nova Olinda do Norte ou Parintins; o maracujá, utilizado para consumo na forma de suco, sorvetes, doces etc., tem o consumo garantido, embora o município também necessite importar o produto para suprir o consumo da populao, uma deficiência que deve ser suprida pela SEPROR ou até mesmo pelo próprio IFAM. A produo de verduras e hortaliças desempenha um importante papel na produo da Agricultura Familiar, que tem seu mercado consumidor no próprio município.

A figura 11 apresenta alguns dos produtos com os quais os agricultores familiares mais trabalham: o maracujá (A e C), as hortaliças (B), e maxixe (D).

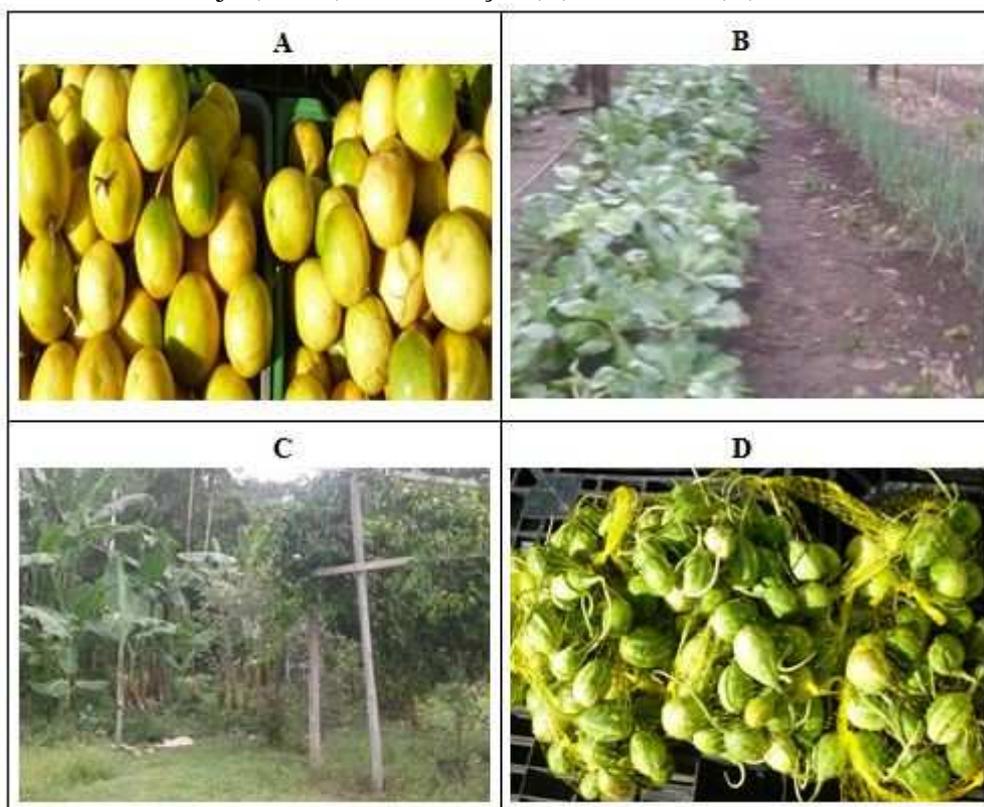


Figura 11: Terceira categoria de produtos da Agricultura Familiar de Maués-AM
Fonte: Imagens do acervo da autora (Lopes, S. M., 2016).

O fornecimento de produtos da Agricultura Familiar para a merenda escolar abriu um importante mercado para os produtos agrícolas. O senhor D. M. M., morador da comunidade Santo Antonio do Gil, no rio Maués-Açu, descreve sua atividade de produção e comercialização: “Nós, no momento, nós estamos trabalhando na horta e entrega de produto aqui pra... A gente trabalha através produção, né, aí a gente entrega produtos aqui pra feira e pra coisa escolar que tem no município... Isso, merenda escolar no município”.

Além desses, o cará, outras frutas, hortaliças e a cana-de-açúcar são produtos também cultivados pelos agricultores familiares do município.

A maioria dos itens acima citados, têm sua produção em pequena escala, restringindo sua comercialização dentro do próprio município. A cultura da cana-de-açúcar no município apresenta-se como uma exceção, pois tem sua comercialização além do mercado consumidor do município.

O senhor M. S., 28 anos, morador do perímetro urbano do município, descreve os motivos que levaram sua família a produzir cana-de-açúcar e seus derivados em Maués:

Bom, primeiramente, nós escolhemos esse ramo por já ser um ramo de família, né? Eu sou a oitava geração da família que trabalha no campo, desde quando os descendentes chegaram ao Brasil. Hoje nós desenvolvemos a atividade, a agricultura principal é a cana-de-açúcar, né? Primeiramente, essa atividade nós começamos, trabalhamos com a ADS, Agência de Desenvolvimento Sustentável, né? Que tem por objetivo o prêmio do programa de regionalização da merenda escolar, e nós fornecemos por nove anos, né? Os itens foram rapadura. Também fornecemos isso para o município, vendemos o produto aqui no mercado, aqui também o mel de cana, que tem uma aceitação muito boa. Fornecemos também para alguns empórios de Manaus, Itacoatiara, que vendem o produto a granel, né? [...]

A experiência acumulada por oito gerações permite que as atividades agropecuárias desenvolvidas pela família possam obter resultados satisfatórios se considerados com os demais entrevistados. Outro fator importante para o alcance dos resultados é que as atividades desenvolvidas pela propriedade têm um forte viés empresarial: a venda do açúcar mascavo para a indústria de refrigerante e a venda da rapadura e garapa para a merenda escolar.

A figura 12 mostra o plantio da cana de açúcar em fase de maturação e de colheita, respectivamente.



Figura 12: Canavial em fase de maturação e em fase de corte
Fonte: Imagens do acervo da autora (Lopes, S. M., 2016).

A experiência com a produção de cana-de-açúcar abriu a possibilidade de abertura de novos produtos e mercados para os subprodutos da cana. Uma experiência nova para o município como afirma:

[...] Agora nós estamos finalizando a unidade industrial, nossa, com o objetivo de produção de álcool, né? Serão feitos dois tipos de álcool: álcool combustível e o álcool de cereais, né? Que seria outro tipo de álcool destinado a fazer extratos. Lá em Manaus todo tipo de extratos é feito com álcool, é um álcool, feito, que tem um processo que não tem impureza, né? É um álcool que não tem impureza, que não deixa nem um tipo de resíduo, cheiro, gosto no extrato. É um mercado muito grande, são mais de quarenta empresas que [...] inicial, e acaba vindo do Centro-Oeste do país, do Sul, e esse ano especificamente nós vamos começar a rodar no segundo semestre, a partir do verão. Nós não forneceremos esse ano para o [...] o ADS, mas trabalharemos com a chamada pública do município.

A figura 13 mostra o açúcar mascavo e rapadurinha, principais itens produzidos e comercializados a partir da cana-de-açúcar. Além destes, a família trabalha com o mel de cana e a garapa, embora em menor quantidade.



Figura 13: Açúcar mascavo (A) e rapadurinha (B)

Fonte: Imagens do acervo da autora (Lopes, S. M., 2016).

A busca de múltiplas atividades dentro das propriedades da Agricultura Familiar é uma forma de manter uma renda durante os diversos meses do ano, uma vez que conta com a sazonalidade e diversidades de produtos. Representa uma tática de sobrevivência entre os pequenos agricultores segundo Mesquita *et al.* (s/d, p. 8), que afirmam:

Diante desta realidade, acredita-se que as múltiplas atividades realizadas pelos agricultores familiares são consideradas como estratégias de sobrevivência no meio rural. Os produtores sempre recorrem à combinação de diversas fontes de renda e de trabalho, pois esta seria uma forma de manutenção da família ou de parte de seus membros no espaço rural.

5.2.2.2 motivo da escolha das atividades de produção

A escolha para a atividade desenvolvida na propriedade, segundo os entrevistados, se deu pela facilidade na execução do trabalho e também pela falta de escolaridade. Justificam que procuraram uma atividade agrária que oferecesse mais facilidade de manejo, segurança de mercado e retorno financeiro; outro grande motivador é a falta de estudo. O senhor O. D. P. justifica a escolha da atividade pela pouca escolaridade que possui: “É porque eu tenho pouco estudo e eu tenho que trabalhar pra manter a minha família, e não tenho como trabalhar, então eu fui pro campo trabalhar mesmo”.

Os agricultores explicam que, para conseguir emprego, é preciso ter estudo, portanto a necessidade de sustentar a família faz com que escolham a atividade de agricultura como

única forma de subsistência. A leitura de vida que ainda subsiste é a de que as atividades agrícolas estão destinadas exclusivamente a pessoas de baixa escolaridade.

Já a senhora S. M. B. justifica deste modo a opção pelas atividades da agricultura familiar como forma de vida: “É por causa do estudo, porque, hoje em dia, pra gente pegar um emprego, tem que ser formado no Ensino Médio, tem que ter faculdade, né? E a gente aqui não tem”. Por outro lado, o senhor M. B. M. explica a decisão para o trabalho rural: “É porque eu achei que ela produz muito mais que os outros produtos, né? É mais rápido. Tem todo ano”.

Outra explicação apresentada faz referência à facilidade de lidar com a atividade rural. O senhor D. M. M. diz: “Porque pra nós acho que se torna mais fácil esse ramo, no caso da produção de hortaliças, se torna mais fácil pra gente ganhar um dinheiro assim, né? [...]. Trabalhava com plantações assim, mas essa aí foi a melhor coisa que fez assim no caso”.

O senhor M. R. P. L. explica que, além da facilidade em lidar com a atividade, é, também, uma alternativa de alimentação: “É porque, em primeiro lugar, eu acho que é o melhor. É porque eu trabalho com o alimento, tá entendendo? Aí a gente tem o alimento para a gente comer, pra vender”.

Na segunda categoria, como motivo da escolha, aparece o fato de a atividade ser melhor para trabalhar, por vários motivos: pelo menor tempo para a produção, por ser uma atividade que perdura o ano todo e também por gerar mais lucro.

Segundo o senhor M. S., 28 anos, que trabalha com a produção de cana-de-açúcar e seus derivados, o que motivou sua escolha foi o fato de a atividade ser um ramo pouco explorado no município, apresentando-se como uma atividade com um universo muito promissor na região: “Nós escolhemos esse ramo de atividade aqui no estado do Amazonas, por ser um ramo relativamente inexplorado, né? Onde se tem muita coisa a ser feita, então, a gente vê com bons horizontes essas questões, tem como expandir bastante em diversas áreas”. A mesma ideia é defendida pelo senhor E. O. C., 48 anos, morador da comunidade Sagrado Coração de Jesus do paraná de Ramos, quando diz: “É porque é mais fácil pra gente, né? E ganha mais, né?”

5.2.2.3 dificuldades encontradas para o desenvolvimento da atividade

Na primeira categoria de dificuldade apontada pelos produtores para a realização da atividade destaca-se o transporte do produto para a venda. Boa parte da produção agrícola do município ocorre nas comunidades rurais e é comercializada na feira do produtor rural.

Muitas comunidades estão situadas bem distantes da cidade e o produtor precisa arcar com todas as despesas decorrentes do transporte. A situação se agrava nos períodos de seca dos rios, quando há a necessidade de transportar os produtos por estradas, caminhos nas terras de várzea que ligam os lagos até os rios principais, para ter acesso ao barco que as conduz à sede do município⁷.

A

⁷ Várias comunidades rurais têm como via de acesso aos rios e paranás, pequenos canais de águas chamados de furos (cursos de águas), que permitem a navegação durante o período de enchente dos rios, quando as terras de várzea são inundadas pelas águas. No período da vazante, esses canais secam, tornando comunidades inacessíveis por via fluvial. Para se deslocar para a cidade, os moradores das comunidades transcorrem um percurso pelos rios e lagos até alcançar pequenas estradas temporárias nas terras de várzea onde percorrem por determinado período até chegar aos rios perenes ou paranás. A partir daí, fazem o trajeto em pequenos barcos para chegar à cidade.



Figura 14: Acesso fluvial para a Feira do Produtor Rural de Maués

Fonte: Imagens do acervo da autora (Lopes, S. M., 2016).

Figura 14 mostra o porto onde ancoram as embarcações para a descarga dos produtos oriundos da área rural a serem comercializados na Feira do Produtor Rural de Maués.

O senhor J. E. P. O., 57 anos, descreve as dificuldades que precisa enfrentar durante o período da vazante⁸ dos rios para transportar sua produção:

É muita dificuldade em ir lá na nossa comunidade, porque tem uma estrada lá que é sofrida; porque nesse tempo fica muito longe. Chove, né, e é muito atoleiro, o boi anda lá, é muito ruim. Aliás, eu tô até querendo fazer negócio com aquele terreno, tô querendo vender, colocar em venda aquele terreno lá da frente e até com o de trás. Tô vendendo, tô trocando [...]

Na segunda categoria de dificuldades para a produção, foram apontados: sazonalidade, irrigação, falta de recursos, mão de obra e adaptação da cultura.

A sazonalidade, característica própria da região, que alterna períodos de verão intenso ou de muita chuva, são situações à quais o agricultor necessita se adaptar para desenvolver com sucesso seu trabalho. Muitas culturas que se adaptam bem ao calor sofrem drasticamente com as chuvas ou, ainda, são inundadas pelas cheias dos rios na época das vazantes. Os pequenos produtores que não podem prever a rigurosidade do clima, que muda a cada ano, muitas vezes têm sua produção comprometida, sem que possam garantir a oferta dos mercados e a própria renda das suas propriedades.

A mesma impressão é vivenciada pelo senhor D. M. M., 32 anos, que descreve os períodos de vazante e cheia dos rios como elementos que dificultam o desenvolvimento das atividades agrícolas: “A seca e a cheia são coisas. Se secar muito se torna prejudicado e se encher muito também a mesma coisa”.

⁸ O rio Amazonas e seus afluentes possuem em suas margens grandes extensões de terras baixas, conhecidas como várzeas. Estas terras são inundadas por seis meses pelas enchentes, característica natural dessa região.

Na região de Maués, o ciclo da vazante ocorre no período de junho a dezembro e o período de enchente transcorre de janeiro a junho.

A irrigação das áreas de produção é outro constante problema para os produtores, considerando a rigorosidade do verão e o fato de eles não contarem com sistema próprio de irrigação.

A fala de dona S. M. B., 57 anos, ilustra a situação vivida pelos agricultores durante esse período: “É que tem que pegar a água que tem no igarapé, porque não tem bomba lá. E o pior é quando tá seco, que não tem nem água direito lá. Tem não. Só na comunidade que tem, mas aonde a gente mora, que a gente trabalha, não tem não. É um igarapé lá”.

Nas comunidades rurais, o acesso à sede do município, em sua maioria, é realizado através dos rios e lagos. Em muitos deles o transporte só é possível no período das cheias dos rios. No verão, os rios secam e a distância para os locais de moradia e produção aumentam consideravelmente. Onde não existe água encanada, há dificuldade para a obtenção de água para irrigar a plantação e até mesmo para o consumo humano, interferindo diretamente nas atividades agrícolas.

A mesma impressão é relatada pelo senhor O. D. P., 61 anos, que descreve as dificuldades enfrentadas: “A maior dificuldade que eu tenho é o verão, porque lá é muito forte o verão, aí tem a dificuldade que a gente não tem as coisas, e trabalhar sozinho não dá, tem que trabalhar em mutirão, tem que chamar as pessoas pra ajudar”.

A escassez de mão de obra e a adaptação da cultura ao clima da região são outras dificuldades presentes no cotidiano dos agricultores, ainda que em menor grau, tornando o trabalho agrícola ainda mais árduo.

O desânimo faz com que o agricultor familiar busque alternativas de sobrevivência, visto que, apesar de todo esforço despendido por ele não haja, por parte dos poderes públicos, iniciativas para minimizar as dificuldades enfrentadas.

5.2.2.4 acesso a investimento para a produção

Dentre os dez entrevistados, oito afirmam não receber nenhum tipo de investimento do governo. Afirmam que o investimento para a produção é retirado do que é arrecadado com as vendas, o que, muitas vezes, torna difícil o trabalho, considerando que a margem de lucro é pequena, além disso, esses recursos também são utilizados para o sustento da família.

Não há incentivos governamentais para a Agricultura Familiar como relata o senhor E. O. C., 48 anos, quando afirma: “Não. Tudo é por minha conta. Com o que eu ganho eu faço os investimentos. É com o próprio recurso da produção”. A mesma afirmativa é feita pelo senhor D. M. M., quando diz: “Não, nós não. Só, só nosso. Só da produção mesmo, do que a gente trabalha”.

Embora os agricultores tenham conhecimento de que existem incentivos governamentais destinados para a agricultura, poucos buscam meios para acessar esses benefícios, afirmando que tais recursos são ofertados apenas para alguns privilegiados.

Apenas um dos entrevistados, M. S., 28 anos, afirma receber incentivo do governo através do custeio da compra de máquinas agrícolas e participação com a venda de produtos para o Programa de Regionalização da Merenda Escolar.

Olha, nessa qual que é o incentivo que nós tivemos, né? Foi a questão de entrar no programa de regionalização, primeiramente do estado, e aí fomentou, digamos, ajudou com a agricultura, para ter uma agricultura grande, digamos, que demorasse pra montar, foi o que deu alicerce para ir fazendo, né? E também, agora, recentemente, a chamada pública do município. E também tivemos o fomento, os financiamentos do Banco da Amazônia, alguns custeios e tivemos duas máquinas que foram financiadas, através da FNO, um trator e uma colheitadeira, né? Pra você fazer a colheita mecânica. E eles foram o que nós tivemos.

Dentre os pequenos agricultores da região, não existe o hábito de buscar incentivos governamentais para fomentar a produção. Seja por receio de ficar endividado e perder suas propriedades, seja pela falta de informação, há uma reserva por parte dos produtores quanto à segurança de se buscar recursos dos órgãos para investir em melhorias nas práticas produtivas.

A prática do senhor M.S, herdada de um trabalho amadurecido por longas experiências de outra região, é um importante diferencial, se comparado aos agricultores do município e regiões circunvizinhas. Sua família se instalou há cerca de 11 anos no município, vinda da região sul do Brasil, onde já trabalhavam com a cultura da cana de açúcar há décadas.

Há uma diferenciação muito grande para produtores agrícolas que trazem experiências de outras regiões. A prática é de aproveitar todas as oportunidades disponíveis para buscar a otimização da produção e, por consequência, melhores resultados financeiros. Mas é necessário esclarecer que já existe entre eles a cultura do associativismo e cooperativismo, a prática da agricultura ligada à indústria e os financiamentos públicos e privados.

5.2.2.5 importância do investimento do governo para a produção

Apesar de poucos sujeitos entrevistados não utilizarem nenhum tipo de investimento do governo, todos são unânimes em afirmar a importância desses benefícios para a melhoria da produção, pois poderiam investir na aquisição de máquinas, ferramentas e demais implementos, que certamente facilitariam as condições de trabalho do produtor.

Nesse sentido, a senhora S. M. B. afirma: “Muito melhor, né? Porque a gente quando tem uma ajuda do governo, é muito bom né? Porque o dinheiro que seria pra comprar um forno, um motor, né? Aí já fica com o dinheiro um pouco mais livre, né? Porque diminui a renda da gente, né?”. Essa mesma opinião é defendida pelo senhor M. B. M., quando diz: “Claro que poderia. Poderia melhorar, porque se a gente tivesse uma ajuda, é claro que pode melhorar”.

O senhor M. R. L., 53 anos, corrobora os demais agricultores quando afirma que o escoamento da produção seria um grande incentivo para a atividade dos agricultores familiares: “Podia melhorar né? Podia melhorar pra gente, porque eu pago de lá pra cá, eu pago R\$70,00 (setenta reais) ida e volta. Na verdade, todo sábado, não, porque tem um tempo pra gente vir, né? Quinze dias, vinte dias”.

5.2.2.6 modalidade de investimento mais importante

Segundo os entrevistados, o melhor tipo de investimento seria o financiamento para a compra de material e implementos agrícolas. Os recursos governamentais poderiam ser investidos na aquisição de máquinas, equipamentos, utensílios diversos, sementes e adubos, assistência técnica especializada, que ajudariam no aumento e na qualidade da produção. O Senhor J. E. P. O. afirma:

Pra mim lá, vamos supor que no tempo de verão a gente depende de motor bomba para molhar as plantas da gente, né, que a gente não tem. Motosserra, essas coisas assim que a gente precisa, roçadeira. Isso prejudica muito o agricultor, né? Se a gente tiver a roçadeira, tiver a motosserra e tiver o motor bomba, a gente já tem muito com o que trabalhar melhor.

A prática adotada pelos agricultores familiares em Maués ainda é rudimentar e poucas técnicas foram implementadas para que o trabalho fosse menos penoso e obtivesse

maior produtividade, sobretudo pela ausência de ações concretas de instituições como o IDAM e a SEPROR. O senhor A. P. V., 52 anos, define o que pensa sobre o financiamento da compra de implementos agrícolas:

“Ajudar pelo menos com os materiais, né? Uma ajuda antes do tempo pra plantar, porque a gente tem que plantar tudo no tempo, e se perder o tempo, aí já era, né? Porque se eles derem a ajuda, mas for depois do tempo, aí já não adianta mais nada, porque já passou o tempo de plantar”.

A necessidade de financiamento da produção aparece como condição necessária para que os agricultores familiares possam desenvolver suas atividades de forma satisfatória. O senhor E. O. C. diz que: “Financiamento é o melhor, né? Mas só que não vai atrás mesmo de fazer, né? Porque depois se não paga, aí fica devendo pro banco, aí fica ruim pra gente, né?”.

Na opinião do senhor O. D. P., as autoridades não estão preocupadas em financiar os pequenos agricultores familiares:

É. Eu acho que importante para a agricultura é o financiamento, porque muitas vezes, quando a gente não tem dinheiro, é uma dificuldade imensa conseguir dinheiro. As autoridades não estão muito preocupadas com o pequeno produtor, não querem saber das nossas dificuldades.

Há um pensamento comum de que só os grandes proprietários de terra conseguem benefícios do governo para a melhoria de sua produção. Os pequenos agricultores ficam desassistidos em suas atividades que, por conseguinte, não conseguem progredir por falta de investimento.

Nesse sentido, o senhor M. B. M., 60 anos, afirma:

Eu acho que, porque a gente tem firma, eu acho tem dinheiro que a gente tem facilidade de pagar depois, né? Pra ajudar no trabalho, porque se não tiver, a gente não faz quase nada, a gente tem dinheiro paga tudo, e depois a gente pode devolver tudo, com o trabalho, né? É isso que eu acho que pode ajudar a gente. Tipo, se tivesse um financiamento, acho que ajudaria demais. Teve uma época que o PRONAF, que a gente ajudou muito, porque antes a gente fazia trabalho grande e tinha ajuda, aí não tinha mais como produzir depois, né?

Outro aspecto que sobressai nas falas dos agricultores familiares entrevistados é o acesso a uma política de transporte da produção, como suporte para a melhoria da vida dos agricultores. Alguns dos entrevistados moram em comunidades rurais distantes da sede e o alto custo do transporte encarece a produção. Alguns deixam de vender o produto toda semana na feira do produtor, devido à despesa do transporte ser muito elevada.

O senhor M. R. L. sintetiza, em suas palavras, o sentimento de muitos produtores que não dispõem de uma política de transporte para a produção: “Eu acho que seria uma ajuda, né? Se desse uma embarcação pra gente vir, né?”.

Conceição *et al.* (2009, p. 13) corroboram essa realidade quando afirmam:

Outro problema ocorrente nas comunidades é relativo aos sistemas de comercialização, o qual se faz presente em todas as atividades desenvolvidas pelos moradores do interior do Amazonas. Entre os tipos de demandas estão o transporte e a venda dos produtos. Entretanto, frisamos que o escoamento é a etapa do processo produtivo de maior dificuldade, que influencia o produtor a aceitar as imposições de outras pessoas.

O auxílio nas vendas é outro fator apontado como primordial. Muitos produtores dispõem da feira do produtor rural como único local para comercialização de seus produtos. No entanto, se o produto não for vendido de imediato, a produção é perdida, visto que os produtores precisam retornar às suas comunidades.

Quando não conseguem vender toda a produção semanal, se veem forçados a negociar com os atravessadores⁹, baixando o preço do produto para que não tenham prejuízo ainda maior. Apenas os produtores que fazem parte da cooperativa têm a vantagem de trazer o produto pronto para a entrega, sem a ameaça de não ter saída para a produção, o que é uma segurança para o produtor. Apesar da constatação, apenas um entrevistado é associado a uma cooperativa.

A comercialização dos produtos por parte dos agricultores familiares é condição indispensável para sua sobrevivência no meio rural, pois é a partir dessa atividade que poderão garantir os meios e objetos necessários para sua sobrevivência, conforme afirma Dácio (2011, p. 62 e 63):

Outro fator importante para a reprodução da unidade familiar é a comercialização de produtos, uma vez que, a moeda obtida irá suprir as necessidades internas da unidade de produção, sejam para alimentação, vestuário, apetrechos de pesca, munições para caça, ferramentas agrícolas, materiais para construção e combustível.

Sem a garantia da comercialização de seus produtos, não há como almejar melhoria na produção, pois os recursos das vendas são absorvidos no suprimento das necessidades básicas da família. Dessa forma, perdem os agricultores e também o município, uma vez que muitos produtos acabam por ser importados de outras localidades e vendidos por preços bem mais elevados, devido ao custo do transporte.

5.2.2.7 dificuldades para acesso aos benefícios do governo

Na primeira categoria, foi apontada a dificuldade de acesso aos benefícios do governo ao produtor, como o maior impedimento para sua melhoria de vida. Manter as características próprias da Agricultura Familiar pode ser dificultado pela falta de condições financeiras, como afirma Bastos (2010, p. 281):

O pequeno produtor rural, que mantém as características de uma produção familiar, em geral, não possui condições financeiras de adquirir equipamentos que possam aumentar significativamente sua produção, dessa forma torna-se incapaz de competir com os grandes produtores.

O agricultor familiar não tem informações sobre os tipos de benefícios disponíveis e muito menos sobre a forma para acessá-los, condições que comprometem decisivamente a sua possibilidade de produção e manutenção em sua propriedade. O senhor J. E. P. O. relata a dificuldade de buscar o crédito:

Eu não sei lhe responder por quê... Eu não posso explicar porque nunca procurei, né? Não dá nem de procurar, mas se a gente procurar vai encontrar, né? Porque quando tinha ali a, vamos dizer... A cooperativa lá, né, tinha uns colega meu que vendia pra cooperativa pimenta de cheiro; vão entregando por R\$6,00 o quilo, né? Tem que ver que aí não vai estragar o pimentão dele, mas o nosso aqui corre um perigo, porque se nós não vender tudo aqui, qualquer coisa que não demora muito, né mana, não presta, não, estraga. E eu ainda não concordo em virar não, posso me associar, mas não corri atrás então não posso me queixar, vai ter que correr atrás, né.

A maioria desconhece que tipo de órgão deveria procurar para pedir informações, sendo esta a grande barreira que impede os agricultores familiares. O senhor D. M. M. assim manifesta sua opinião sobre o acesso ao crédito:

⁹ Negociante que compra do produtor para revenda, geralmente com preços muito abaixo do mercado.

Rapaz, eu não posso nem lhe dizer muita coisa, né, porque o que chega para a gente sempre só chega a menor parte, assim, o pessoal fazem outras coisas pela frente e não tem nem como explicar para você. Eu sou um dos que nunca consigo ficar porque só chega, só fica com um pouco do dinheiro que vem do trabalho da gente. Aí a maioria do pessoal fica, que tem maior força, e a gente só fica com o restante.

A mesma opinião é compartilhada pelo senhor M. B. M., quando afirma: “Olha, eu tenho comigo aqui que é o produtor mesmo, é por causa da pessoa que mais tem dificuldade para conseguir. Por que os maiores, grandes empresários botam a mão logo e conseguem e quando nós, os pequenos produtores, vão lá, não conseguem mais”.

A burocracia é apontada como segundo problema enfrentado pelo agricultor para o acesso aos benefícios, conforme se verifica na fala do senhor O. D. P., quando diz: “É muito difícil conseguir. Tem muita coisa pra conseguir acesso o dinheiro do Governo Federal, tem que ter uns documentos de produtor, é muita coisa pra conseguir”.

Há uma série de documentos exigidos para que se consiga financiamento para a produção. Por sua vez, muitos agricultores não possuem sequer a documentação de suas terras, tampouco documentos pessoais, impedindo que possam solicitar quaisquer benefícios disponíveis aos agricultores. Nesse sentido, Bastos (2010, p. 281) afirma:

Além das dificuldades proporcionadas pelo processo de modernização do campo, os pequenos produtores familiares enfrentam também problemas como a falta de regulamentação em suas propriedades; falta de conhecimento relacionado às técnicas de manejo da terra, plantio e colheita e a falta de capital para investir em equipamentos para otimizar o processo produtivo.

Segundo o senhor M. S., só chega pouco recurso ao pequeno agricultor, porque ele não consegue compreender o funcionamento da política de crédito e, por isso, acaba ficando fora do acesso aos financiamentos.

[...] Agora, tendo acesso ao crédito, existe um outro problema, que deve ser muito bem pensado, que é: quando você faz, por exemplo, você vai financiar um plantio de guaraná, essa cultura, ela tem um modo de ser feito. [...] Então geralmente isso acontece na linha de crédito, pro financiamento; no caso do PRONAF, o dinheiro não cai na mão do produtor, tá? Se o guaraná é três anos para produzir, então o dinheiro do financiamento é liberado o dinheiro das mudas diretamente para o viveirista, do adubo direto para a loja do adubo, entendeu? É... e aí, os outros passos, por exemplo, tem que fazer a roçagem, aí aquele período é liberado o recurso para ele pegar para ele roçar, né? Mas pra fazer isso, tem que plantar direito, botar adubo direito, como é feito tudo certinho, é preciso ter o apoio técnico, né? [...].

O pequeno produtor, alheio às formas de lidar com financiamento e sem o acompanhamento necessário, tem dificuldades para a liberação de recursos. Mesmo quando consegue acessar, encontra problemas para lidar com as regras dos órgãos de fomento, endividando-se e trazendo prejuízos para si.

O desconhecimento dos meios disponíveis para o acesso aos benefícios do governo para o desenvolvimento da produção impede que muitos agricultores familiares possam dispor desses benefícios. Segundo eles, o pequeno produtor deveria ter algum representante dos poderes públicos que pudesse prestar as informações e orientações necessárias para que o agricultor tivesse conhecimento de seus direitos e pudesse dispor dos benefícios disponíveis.

A senhora S. M. B. afirma: “Eu acho que é os nossos representantes, da nossa cidade, né? Porque tem prefeito, tem vereador; porque quando eles querem votos, eles vêm e prometem, aí quando ganha esquece da gente, né? [...] Eles têm que falar pelos pequenos, né?”.

Nessa mesma linha de raciocínio estão aqueles que acreditam que cabe aos dirigentes públicos resolverem todos os problemas que são enfrentados pelos agricultores familiares. O

senhor M. R. P. L. apresenta como justificativa a falta de oportunidade para os pequenos agricultores: “Eu acho que ainda não tem oportunidade para o pequeno produtor ainda, né? E a gente espera que um dia possa ter acesso”.

Afirmam ainda que o agricultor familiar não possui as mesmas oportunidades que o grande proprietário de terra, que, por sua vez, é capaz de utilizar dos benefícios disponíveis e melhorar cada vez mais sua produção, gerando cada vez mais lucro. O senhor A. P. V. assim expõe o problema: “Eu, pra mim, eu acho que é porque chega muito pouco pro produtor, né? Porque a gente não sabe quando chega, aí os grandes produtores vão lá e pegam muito e depois, quando a gente vai, não tem mais muito recurso pra ajudar a gente”.

O aporte de políticas públicas para a Agricultura Familiar continua seletivo e exclusivista privilegiando um grupo que dispõe de incentivos governamentais em detrimento da grande maioria, que busca - do seu jeito - uma maneira de manter-se na área rural e sobreviver. Grisa (2012, p. 19) evidencia, de forma cabal, essa realidade quando diz:

Em relação aos produtores, foram privilegiados os grupos sociais com tradição mercantil e organizados em associações de produtores, assim como aqueles que produziam produtos de interesse ao desenvolvimento nacional – sobretudo para a geração de divisas –, geralmente em propriedades capitalizadas localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país. Aos agricultores familiares – reconhecidos como “produtores de baixa renda”, “pequenos agricultores”, “produtores para a subsistência” etc. – couberam sobretudo consequências das políticas de modernização da agricultura, como o endividamento, o desemprego, a perda da terra, o êxodo rural e agrícola e a degradação dos recursos naturais.

Há, no entanto, quem discorde de que não haja recursos para o financiamento dos agricultores familiares, mas apresentam versões diversas para o não acesso destes às políticas públicas de fomento à produção. Segundo o senhor M. S., o que existe é falta de cultura de contrair crédito e a regularização fundiária de muitos agricultores familiares:

[...] Existe duas situações: primeiro, é a própria cultura deles, do indivíduo, a qual existe aquela dificuldade em mexer com o papel, né? Que existe aquele misticismo, aquela coisa de medo, né? E outra é a regularização fundiária, porque, por exemplo, no meu caso, no nosso caso aqui, nós somos FNO¹⁰, que é uma linha da margem empresarial, mas a primeira linha que existe do agricultor é o PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar. É a primeira linha de crédito que o agricultor tem, então ele precisa basicamente dos dados pessoais, identidade, CPF e documento da terra, né? É... aí já começa um pequeno probleminha, porque muitos não têm o documento, então isso gera já uma certa situação. Às vezes, quando você vai tirar, ele vai tirar esse documento, existe um preço que você paga por hectare, né? [...]

Ele ainda afirma:

Às vezes tem em excesso, às vezes falta, são uma série de coisinhas que acaba, são detalhes que às vezes fazem toda a diferença no final, entendeu? Aí, então, ocorre geralmente, por exemplo: libera o crédito, uma vez ocorreu aqui com o cupuaçu. É [...]. Eu não sei exatamente até onde foi a questão do acompanhamento técnico, mas você produziu cupuaçu e não teve pra onde ir, não vendeu a produção, não ganhou dinheiro e não pôde pagar a dívida pro banco, né? Então, assim, é um ciclo que fecha. Não adianta só o crédito. Você tem que ter o crédito, acompanhamento técnico pra maximizar ao máximo a cultura, mas tem que fechar a cadeia: comercialização, financiamento, né? Pra poder conseguir fechar e, no final, ele conseguir botar o dinheiro no bolso dele, que é daí que ele vai viver, entendeu? [...]

¹⁰ O FNO é uma linha de crédito destinada ao empresariado, diferente do PRONAF, que é direcionado para os agricultores familiares. A propriedade do Sr. M.S., apesar de ser desenvolvida pela família, é caracterizada como uma atividade empresarial.

Não seria, exclusivamente, o acesso ao crédito o fator a decidir as condições atuais da Agricultura Familiar em Maués, mas uma série de fatores combinados a comprometer a condição de produção e de sobrevivência dos agricultores familiares. A atuação do IFAM *Campus* Maués seria de extrema importância com a formação através do curso de Agropecuária – orientação técnica e agrônômica – e o curso de Administração, com a formação de empreendedorismo, associativismo e noções básicas de administração rural.

Contudo, uma melhor assistência do poder público e de instituições que lidam com esses agricultores familiares poderia gerar mudanças tanto na forma de ver os órgãos fomentadores da agricultura, como incentivar mudanças na prática desses agricultores, para a melhoria de sua produção, contribuindo para a economia da região.

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar e avaliar a percepção do aluno do Instituto Federal do Amazonas e dos agricultores de Maués/AM sobre as políticas públicas ofertadas no município de Maués para Agricultura Familiar.

Os estudos, através da utilização de Oficina Pedagógica, permitiram perceber que os estudantes do IFAM *Campus* Maués reconhecem que existe a oferta de políticas públicas para a Agricultura Familiar, mas que os agricultores familiares não têm acesso a esses benefícios. Os resultados apresentados pela oficina permitem inferir que os alunos acreditam que a falta informação é o maior problema que afeta os agricultores familiares e que seria necessário que o IFAM se lançasse como protagonista ao se tornar o interlocutor entre as políticas públicas e os agricultores familiares.

Quanto aos agricultores familiares, através de entrevistas e questionários, também reconhecem a existência de oferta de políticas públicas, mas a desinformação, as exigências de documentação (do próprio agricultor e da terra que ocupa) e a própria cultura de não acessarem as instituições contribuem para a precariedade do acesso a esses benefícios. Trata-se de uma reprodução histórica do comportamento dos agricultores familiares, que sempre estiveram desassistidos e marginalizados de políticas sociais, políticas e econômicas.

Conclui-se, portanto, a necessidade urgente da inserção do IFAM *Campus* Maués no cotidiano dos agricultores familiares, nas comunidades ribeirinhas e entre os pequenos agricultores como indutor e orientador junto aos órgãos de fomento, esclarecendo e politizando os agricultores. Essa politização e orientação serão fundamentais para que os agricultores familiares possam ter acesso às políticas públicas existentes e que estão disponíveis para esse importante segmento da produção de alimentos para a população.

Nesse sentido, espera-se que esse estudo possa mostrar aos poderes públicos – na esfera municipal, estadual e federal –, às instituições de fomento da Agricultura Familiar e ao próprio IFAM a necessidade de uma ação mais próxima que possibilite, de fato, o acesso dos agricultores familiares aos benefícios e programas a eles destinados. É necessário que essas políticas públicas atinjam verdadeiramente aqueles que necessitam para poderem desenvolver satisfatoriamente suas atividades e manter-se nas suas localidades com qualidade de vida.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária* – vols. 28 nº s 1, 23 e 29, nº1 – jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: FIPE/IPEA, abril de 1999.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese / Edivaldo M. Boaventura. – 1. Ed. – 3. Reimpressão. – São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE n ° 67, de 28 de dezembro de 2009. Altera o valor *per capita* para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Ministério da Educação: Brasília, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010.
BRASIL. Lei 11.947/2009 - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília: Ministério da Educação, 2009. <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/952.pdf>. Acesso em 18/03/2016, às 19:15.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília: MDS, 2003. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm. Acesso em 18/03/2016, às 17:35.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, Câmara Federal, 2006. <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>. Acesso em 18/03/2016, às 16:00.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília: Presidência da República, 2011. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm. Acesso em 18/03/2016, às 17:24.

BRASIL. **Maara/Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília, 1996.

BRASIL. PRONAF — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. — Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, set. 1996, 37 p.

BRASIL. Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. Publicação Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, junho/2012.

BRASIL. Resolução nº. 2.101, de 24 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional. Crédito rural. Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE). Safra de

Verão 1994/95. 1994. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=094162449>. Acesso: 11/08/2011.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE n° 67, de 28 de dezembro de 2009. Altera o valor *per capita* para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Ministério da Educação: Brasília, 2009.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE N° 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Ministério da Educação: Brasília, 2009.

Companhia Nacional de Abastecimento. Perspectivas para a agropecuária / Companhia Nacional de Abastecimento – v.2 – Brasília: Conab, 2014- v. 1. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em 18/03/2016, às 23:11.

BRASILEIRO, Robson Soares; MACIEL, Caio Augusto Amorim. **O desenvolvimento da agricultura familiar orgânica nos assentamentos de reforma agrária: o caso do antigo engenho Ronda em Pombos – PE/Brasil**. Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 70-82.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

CONCEIÇÃO, Susianne Gomes da; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; SCHOR, Tatiana. Agricultura Familiar e Capitalismo: Desafios para a Continuidade da Categoria na Amazônia. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-16.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Metodologia da Pesquisa: conceitos e técnicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009. 216 p.

DÁCIO, Dirceu da Silva. **Percepção ambiental e sustentabilidade de agricultores familiares nas localidades dos lagos do Paru e do Calado, Manacapuru/AM** / Dirceu da Silva Dácio. 2011. 109 p. Dissertação (Mestrado em Ciência do Ambiente) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar, Curitiba**, n. 24, Curitiba, p. 213-225, 2004.

FARACO, Raphael. **Maués – Terra, gente e memórias**. / Raphael Faraco. Manaus: Editora Valer, 2006. 238 p.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 10 ed. – São Paulo, Cortez, 2006.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro** / Alexandre Rodrigues Ferreira. 2 ed. organizada, atualizada, anotada e ampliada por Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte e Mateus Coimbra de Oliveira. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2007.

FRANÇA JUNIOR, Adalcino. **Influência do fracionamento no destilado para a otimização da produção da cachaça de alambique:** uma prática pedagógica no processo produtivo / Adalcino França Junior – 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.106 f. : il.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A produção da autonomia:** os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. Rio de Janeiro: Estudo, Sociedade e Agricultura, vol. 15, n. 1, 2007: p. 89-122.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GRISA, Catia. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil:** produção e institucionalização das ideias. 2012. Tese (Doutorado em Ciências), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA S. M.; AZZONI C. R.; SILVEIRA F. G. (2006). **“Comparação entre o Agronegócio Familiar do Rio Grande do Sul e do Brasil”.** Teoria e Evidência Econômica, Rio Grande do Sul, v. 14, p. 9-36.

HERRERA, José Antonio. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense** / José Antonio Herrera. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: (s.n.), 2012.

Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: **comentários e reflexões** / organização, Caetana Juracy Resende Silva. Natal: IFRN, 2009. 70 p.

LIMA, Lucas Cardoso; XAVIER, Alexandra Rocha Baltazar; PINTO, Vicente de Paulo. **A Agricultura Familiar em torno da Unidade de Conservação do Parque Estadual Serra do Brigadeiro** – município de Araponga – MG. UFMG. Belo Horizonte, 2000.

LOPES, Alfredo M. R. **Amazônia:** embaraços da economia verde. Manaus: Instituto Censur ED, 2011. 198 p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, Rodrigo Constante (Org.). **Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente:** Diálogos sobre Sociabilidades Rurais Contemporâneas. São Carlos: EduFSCar, 2014. 234 p.

MAUÉS. **Plano Municipal de Inclusão Produtiva.** Prefeitura Municipal de Maués. Março/2015.

MAUÉS. **Lei Orgânica de Maués.** Maués: Câmara Municipal de Maués, 2014.

MESQUITA, Lúvia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Produção familiar na contemporaneidade: trabalho e identidade sociocultural**. Universidade Federal de Goiás, *Campus Catalão*. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA).

MINAS GERAIS. **Perfil do Agronegócio Brasileiro**. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Subsecretaria do Agronegócio, janeiro/2015. 64 p.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea)

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. 26 p.

_____. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Eliezer Moreira Pacheco / organizador. São Paulo: Moderna, 2011. 122 p.

_____. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Limites e Possibilidades**. In *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v 16, n 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. Disponível em [HTTPS://www.google.com.br/search?q=ELIZER,+PACHECO,+2010&ie=utf-8&gw_rd=cr&ei=zM3pVuetjosjwgTkgpGoCQ](https://www.google.com.br/search?q=ELIZER,+PACHECO,+2010&ie=utf-8&gw_rd=cr&ei=zM3pVuetjosjwgTkgpGoCQ). Acessado em 16/03/2016, às 17:27.

PAIVA, Odivaldo Miguel de Oliveira. **A História de Maués: Um caminho através do tempo – Da sua fundação aos nossos dias**. Maués: 2010. 164 p.

PEREIRA, M. N. G. de L. **Avaliação da aprendizagem: desenvolvimento de atividades de um projeto com umbu-cajá aplicado no Curso Técnico em Agroindústria do IFET-CE, Campus Iguatu**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

PINHEIRO, Wallace Meirelles. **Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia**. / Wallace Meirelles. – Manaus: Editora Valer, 2012.

PONCIANO, Nilton e PEREIRA, Valéria. **Entre-Lugares Diálogos Pertinentes: sociedades amazônicas e outras realidades contemporâneas / Nilton Ponciano e Valéria Pereira (Orgs.)**. – Amazonas: Editora do IFAM, 2013.

SABEDOT, N. **Importância da relação teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem: estudo de caso da disciplina de tecnologia de frutas e derivados**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. **Amazônia – Globalização e Sustentabilidade**. / Admilton Pinheiro Salazar. – Manaus: Editora Valer, 2006.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas / organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi... [et al.]**. – Brasília: Ipea, 2014. 273 p.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **O Projeto Político Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra: trajetória de educadores e lideranças**. Campinas: Editora Komedi, 2008.

SARAIVA, Elisa Braga. et al. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4):927-936, 2013.

SCHOCAIR, Nelson Maia. **Gramática Moderna de Língua Portuguesa** / Nelson Maia Schocair. – 6. ed. Niterói: Impetus, 2012. 648 p.

SCHRÖDER, Mônica; HIRATA, Márcio Fontes. **Meio Ambiente, Agricultura Familiar e Políticas Públicas:** Os Desafios do Desenvolvimento Rural na Amazônia Brasileira. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural – “América Latina: realineamientos políticos y proyecto sen disputa”, Porto de Galinhas/PE, novembro de 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico** / Antonio Joaquim Severino. – 25 ed. rev. e atualizada – São Paulo. Cortez, 2007.

SILVA JÚNIOR, Severino Domingos da; COSTA, Francisco José. **Mensuração e Escalas de Verificação:** uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e *Phrase Completion*. *Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*. ABEP, Submissão: 1/mar./2014 - Aprovação: 24/jun./2014.

SIMONI, Jane; LINDOSO, Diego; IBIAPINA, Izabel. **Instituições e Políticas Públicas em Territórios da Amazônia:** desafios para a capacidade adaptativa e redução de vulnerabilidades. VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012, Belém - PA – Brasil.

SOUZA, Lara Bruna Brito Castro de. **Prática Interdisciplinar na Construção da Aprendizagem:** Estudo de caso usando o método de projeto como instrumento pedagógico aplicado na produção de um suco de cana pasteurizado. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. **Desestruturar para construir:** interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 66-105

WITKOSKI, Antonio Carlos (Org.). **Território e Territorialidades na Amazônia:** formas de sociabilidades e participação política. Manaus: Editora Valer, 2014. 324 p.

ZEN, Eduardo Luiz. **Metodologia para o diagnóstico social, econômico e cultural dos atingidos por barragens.** / Coordenação: Eduardo Luiz Zen. – Brasília: IPEA, 2014. 49 p.: il. + anexos

8 ANEXOS

Anexo 1 – Termo de Concessão e Autorização de Pesquisa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - *CAMPUS MAUÉS*

TERMO DE CONCESSÃO E AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Leonor Ferreira Neta Toro, Diretora Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM *Campus Maués*, CPF Nº 050.033.692-04, RG. Nº 0456977-6 – SESEG-AM, autorizo a mestranda SONETE MOREIRA LOPES, aluna regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) a realizar a pesquisa: “PERCEPÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DE SÃO FRANCISCO DO RIO MAUÉS-MIRI, EM MAUÉS/AM”. Declaro que a comunidade escolar tomará conhecimento da pesquisa e da preservação da sua identidade em todos os trabalhos acadêmicos, e estará à disposição para atender a aluna mestranda. Declaro, ainda que fica autorizado o direito de imagens deste *Campus*, para fins de realização da pesquisa e de eventos correlacionados a educação, congresso, seminários etc.

Maués-AM, 11 de maio de 2015.

Leonor Ferreira Neta Toro
Diretora Geral *Campus Maués*
Port. Nº 77 – GR/IFAM/2010



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, Aceito participar, de minha livre e espontânea vontade da pesquisa intitulada “PERCEPÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE MAUÉS/AM”, a ser realizada pela pesquisadora Sonete Moreira Lopes, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Estou ciente de que esta pesquisa tem por objetivo:

Averiguar os efeitos da aplicação do método de projeto na assimilação de saberes dos discentes do curso Técnico em Agropecuária do IFAM Campus Maués, referentes à percepção dos agricultores sobre as políticas públicas para a agricultura familiar no município de Maués/AM.

Fui informado (a) ainda que a pesquisa será realizada através de aplicação de questionários, apresentação de Projeto de Pesquisa, entrevistas e análise dos resultados dos mesmos.

Sei que tenho direito de não responder a qualquer pergunta que me for feita pela pesquisadora, caso não queira ou não me sinta à vontade. Além disso, a pesquisadora me garantiu que todas as informações fornecidas, bem como meu nome permanecerão em sigilo caso não autorize sua divulgação.

Sei também que em qualquer momento, posso me comunicar diretamente com a pesquisadora responsável para esclarecimentos ou dúvidas pelos telefones: (92) 99165-4379.

Tenho ciência de que esta pesquisa pertence à área da educação, não apresentando qualquer risco à minha vida, à minha saúde ou à saúde de outros participantes ou pessoas próximas.

Informo também que a pesquisadora explicou-me previamente e de forma muito clara todas as informações acima, bem como as dúvidas que tive e, estando esclarecido (a) sobre os objetivos desta pesquisa concordo em participar, sabendo que tenho reservado o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento sem sofrer qualquer penalidade ou constrangimento.

Maués/AM, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

9 APÊNDICES

Apêndice A – Plano de Atividades – Oficina sobre Agricultura Familiar

PLANO DE ATIVIDADES - CURSO AGRICULTURA FAMILIAR	
IDENTIFICAÇÃO	
<p>Nome: Sonete Moreira Lopes</p> <p>Disciplina/ Módulo: Oficina “Agricultura Familiar: Contexto Amazônico e Políticas Públicas”</p> <p>Escola: IFAM Campus Maués</p>	<p>Série: 1º ano do Ensino Médio</p> <p>Período: dezembro de 2015</p> <p>C.H: 20 horas/aula</p> <p>Curso: Agropecuária</p>
TEMA A SER TRABALHADO	
Agricultura Familiar: Contexto Amazônico e Políticas Públicas	
OBJETIVO GERAL:	
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a percepção dos alunos sobre a Agricultura Familiar, sua importância para o desenvolvimento sustentável da região, bem como as Políticas Públicas destinadas à sua aplicação. 	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o conceito de Agricultura Familiar e inseri-lo na realidade vivida pelos alunos do IFAM Campus Maués; • Reconhecer o histórico da Agricultura Familiar no Brasil e sua importância para o desenvolvimento regional; • Conhecer as políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar; • Relacionar a práxis cultural dos agricultores familiares com ações de sustentabilidade no contexto amazônico. 	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	
A oficina será desenvolvida a partir da exploração do tema por meio de discussão em grupo de trabalho, aulas expositivas, leitura de textos. Apresentação de <i>slides</i> e aulas de campo.	
RECURSOS INSTRUCIONAIS	
Aulas expositivas, vídeos, textos, debates e aulas de campo.	
AVALIAÇÃO	
<p>Questionário 1 – a ser aplicado no início da oficina;</p> <p>Questionário 2 – a ser aplicado no término da oficina;</p> <p>Observação: será aplicado o mesmo questionário para mensurar o entendimento dos alunos ao longo da oficina.</p> <p>Observação da participação.</p>	
OBSERVAÇÕES E REFLEXÕES	
<ul style="list-style-type: none"> - Problematizar a situação da Agricultura Familiar; -Atividade de campo; - Refletir a temática a partir das visitas e entrevistas realizadas. 	

Apêndice B – Plano de Curso da Oficina Pedagógica

PLANO DE CURSO	
I- IDENTIFICAÇÃO	
Agricultura Familiar: Contexto Amazônico e Políticas Públicas	Carga Horária Total: 20h
II- EMENTA	
<p>Agricultura Familiar - Definição; Histórico da Agricultura Familiar no Brasil; Agricultura Familiar e Sustentabilidade; Agricultura Familiar e Desenvolvimento Regional; Agricultura Familiar e Políticas Públicas; Reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento da Agricultura Familiar no município de Maués.</p>	
III- OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a definição de Agricultura Familiar e o seu histórico no Brasil; • Explorar a práxis dos agricultores familiares e sua contribuição para a sustentabilidade ambiental; • Relacionar a Agricultura Familiar com o desenvolvimento regional, considerando os incentivos governamentais. 	
IV- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>Agricultura Familiar - Definição 3h Histórico da Agricultura Familiar no Brasil 4h Agricultura Familiar e sustentabilidade 3h Agricultura Familiar e Desenvolvimento Regional 4h; Agricultura Familiar e Políticas Públicas 3h; As possibilidades de desenvolvimento humano e regional no município de Maués 3h.</p>	
V- METODOLOGIA	
<p>A atividade acontecerá no formato de oficina, onde cada temática será trabalhada em conjunto com os alunos. O conteúdo oferecido será dividido em temas, ministrados durante 5 dias com carga horária variando entre 3 e 4 horas/aula.</p> <p>As atividades serão sobre os seguintes temas: “Agricultura Familiar - Definição”; “Histórico da agricultura familiar no Brasil”; “Agricultura familiar e sustentabilidade”; “Agricultura familiar e Desenvolvimento Regional” e “Agricultura Familiar e Políticas Públicas”.</p> <p>Para complementar a formação dos participantes/alunos serão desenvolvidas atividades baseadas nas suas experiências pessoais, visando à produção e melhor assimilação de conhecimento.</p> <p>O projeto contará com momentos de formação teórica, esclarecimento de dúvidas, e, para que haja uma visão clara da realidade dos agricultores familiares, será organizada aula de campo e/ou visitas técnicas a propriedades de agricultores familiares no município de Maués.</p> <p>Após a aula de campo, será realizado um debate sobre a Agricultura Familiar no município de Maués.</p>	
VI - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	
<p>Avaliação se dará a partir da observação da participação durante a oficina e das contribuições nas atividades propostas.</p>	
VII – BIBLIOGRAFIA	
<p>FAZENDA, Ivani. Metodologia da Pesquisa Educacional – organizadora. 10 ed. – São Paulo, Cortez, 2006. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura) GUILHOTO, J.J.M., S.M. ICHIHARA, C.R. AZZONI, F.G. Silveira (2006). “Comparação entre o Agronegócio Familiar do Rio Grande do Sul e do Brasil”. Teoria e Evidência Econômica, Rio Grande do Sul, v. 14, p. 9-36. MAUÉS. Plano Municipal de Inclusão Produtiva. Prefeitura Municipal de Maués. Março/2015. PINHEIRO, Wallace Meirelles. Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia. / Wallace Meirelles. –</p>	

Manaus: Editora Valer, 2012.

PONCIANO, Nilton e PEREIRA, Valéria. **Entre-Lugares Diálogos Pertinentes: sociedades amazônicas e outras realidades contemporâneas** / Nilton Ponciano e Valéria Pereira (Orgs.). – Amazonas: Editora do IFAM, 2013.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. **Amazônia – Globalização e Sustentabilidade.** / Admilton Pinheiro Salazar. – Manaus: Editora Valer, 2006.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **O Projeto Político Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra: trajetória de educadores e lideranças.** Campinas: Editora Komedi, 2008.

SCHOCAIR, Nelson Maia. **Gramática Moderna de Língua Portuguesa** / Nelson Maia Schocair. – 6. ed. Niterói: Impetus, 2012. 648 p.

Apêndice C – Lista de Frequência da Oficina Pedagógica

OFICINA - AGRICULTURA FAMILIAR: CONTEXTO AMAZÔNICO E POLÍTICAS PÚBLICAS

TURMA: Agro 1 2015

Data: 09 / 12 / 2015

Nº	Nome	Contato
01	Doracinda Lúcia Mônica da Costa	
02	Francilene Amuola da Fonseca	
03	Leiziane da Rocha Alves	
04	Martha do Jesus da Silva	
05	Thiago Santos B. Caldas	
06	Arinaldo Rodrigues	
07	ALISSON LIMA VIANA	
08	Tilton M. Ferreira.	
09	Marcos Paulo da Cruz Leão	
10	Andee' Luiz Barreira Gomes	
11	Alan Batista de Oliveira	
12	Barbara Victor de Oliveira Melo	
13	Tulison Fátima F. Soares	
14	Dapaldo Souza da Costa Junior	
15	Ediane Romias Dias	
16	Fabíola de Oliveira Cruz	
17	Alan Eduardo P. da Fonseca Volante	
18	Thiago Mattar dos Santos	
19	Sandra Fonseca Spura	
20	Andryana da Silva Paiva	
21	Gláucia José Luiz Brandão	
22	Pedro Paulo Oliveira Batista	
23	Christiane Souza de Souza	
4	Jamile da Silva Costa	
25	Leiziane dos Santos da Souza	
26	Alma Freitas Antunes	
27	Marlene da Silva Perdigão	
28	Vinícius Gabriel Gomes da Silva	
29	Marcos Vinícius Santos Rocha	
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		

Apêndice D - Questionário Aplicado aos alunos - Oficina Pedagógica



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA MESTRANDA: SONETE MOREIRA LOPES

Este questionário fará parte do trabalho de pesquisa desenvolvido como parte do projeto de pesquisa intitulado “PERCEPÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DE SÃO FRANCISCO DO RIO MAUÉS-MIRI, EM MAUÉS/AM”.

Suas respostas são muito importantes e os dados serão usados com a finalidade de identificar a percepção dos estudantes em relação à agricultura familiar e sua importância para a economia do município de Maués. Desde já agradecemos sua colaboração.

Por favor, marque um X no quadro em frente a cada frase informando o quanto você concorda ou discorda das afirmativas.

Idade: _____ Turma: _____ Forma: _____
Sexo: _____ Naturalidade: _____
Bairro: _____

Parte I

	Questões	Concordo totalmente	Concordo em parte	Indiferente	Discordo em parte	Discordo totalmente
01	A prática da agricultura familiar no Brasil contribui para a preservação do meio ambiente.					
02	Os agricultores familiares contribuem para o desenvolvimento do município de Maués.					
03	No Brasil, existe uma legislação própria que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais					
04	Os agricultores familiares contam com financiamento do governo.					
05	Dentre as metas do Plano Municipal de Inclusão Produtiva do município de Maués, previstas para 2015-2016, está disponibilizar uma rede de técnicos que favoreçam a inserção no mercado de trabalho.					
06	Os agricultores familiares dispõem de técnicas e insumos agrícolas para a produção.					
07	Algumas novas funções da agricultura e do espaço rural são a geração de emprego e a preservação ambiental.					
08	O uso da mecanização na área rural descaracteriza a atividade de agricultura familiar.					
09	Os recursos destinados à agricultura familiar não são utilizados somente para a produção de alimentos, mas para produtos					

	da agricultura comercial.					
10	Os agricultores familiares de Maués são organizados em associações e cooperativas de agricultores.					
11	Os produtos dos agricultores familiares são livres de agrotóxicos e venenos.					
12	A atividade da agricultura familiar é importante para o desenvolvimento regional e para a economia nacional.					
13	Os agricultores familiares dispõem, em suas áreas de atuação, de todos os serviços de saúde e de educação.					
14	As associações e cooperativas são responsáveis pela comercialização dos produtos dos agricultores familiares.					
15	Na agricultura familiar a gestão do trabalho é predominantemente da família.					
16	O desenvolvimento local sustentável e integrado aproxima as dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental), da realidade local.					
17	A agricultura familiar no Brasil conta com uma linha de crédito específica para esta modalidade de agricultura.					
18	Na região Amazônica, a agricultura familiar se manifesta de forma mais característica que em outras regiões, constituindo a base onde se aplica a extração dos recursos naturais e a maior parte da produção de alimentos.					
19	A grande propriedade, diferente da agricultura familiar, se impôs como modelo de agricultura reconhecido socialmente, pois recebe investimentos para modernizá-la e garantir a sua produção.					
20	Um produto orgânico é somente aquele produzido pelos agricultores familiares					
21	O processo de desenvolvimento da sustentabilidade local deve passar somente pela articulação das esferas federal, estadual e municipal sem a intervenção da sociedade.					
22	O agricultor familiar pode aprimorar as atividades no setor rural, aproveitando a procura por lazer, descanso e um modo de vida simples por moradores das grandes cidades.					
23	Em 2003, a agricultura familiar contribuiu com 10,1 % (R\$ 157 bilhões) do PIB brasileiro e um terço do PIB do agronegócio nacional.					
24	A agricultura familiar não pode contar com o trabalho assalariado de pessoas estranhas ao convívio das pessoas da família.					

Parte II

1. Você é filho/familiar de agricultores familiares?
() SIM () NÃO
2. Você conhece famílias que atuam na agricultura familiar?
() SIM () NÃO

3. Você considera importante as atividades da agricultura familiar para o desenvolvimento da região?
() SIM () NÃO
4. Você considera que as atividades da agricultura familiar recebem o reconhecimento necessário pela sua importância para o município?
() SIM () NÃO
5. Você considera que as atividades da agricultura familiar contribuem para a preservação do ecossistema do município de Maués?
() SIM () NÃO
6. Você considera que o curso Técnico em Agropecuária do IFAM *Campus* Maués contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar no município?
() SIM () NÃO

Apêndice E - Questionário aplicado aos agricultores na atividade prática da Oficina Pedagógica



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

QUESTIONÁRIO INICIAL

Este questionário serve de instrumento de coleta de dados para Oficina Pedagógica, parte integrante da Dissertação do Mestrado em Educação Agrícola sobre o projeto **Percepção das Políticas Públicas de Agricultores Familiares da Comunidade de São Francisco do Rio Maués-Miri, em Maués/AM.**

A sua colaboração é fundamental para o sucesso da pesquisa, por isso é importante que suas respostas sejam objetivas. Elas são confidenciais e destinam-se exclusivamente para os fins acima expostos.

Obrigado (a).

Entrevistador (a): _____

Entrevistado nº: _____ **Idade:** _____

1) Há quanto tempo o Sr. trabalha na Horta Comunitária?
() menos de 5 anos () 5 anos ou mais () mais de 10 anos

2) Já trabalhou em outra localidade rural?
() Sim () Não Onde? _____

3) Quantas pessoas fazem parte da sua família?
() de 01 a 03 () de 03 a 05 () mais de 05

4) Quantas pessoas estão envolvidas diretamente na atividade?
() de 01 a 03 () de 03 a 05 () mais de 05

5) Qual a principal atividade produtiva da família?

6) Como e onde são comercializados os produtos?
() Feira/mercado () Atravessador () Outro:
Qual? _____

7) Qual a renda mensal da família com a produção?
() de 01 a 03 salários () de 03 a 05 salários () mais de 05 salários

8) Há alguma outra atividade desenvolvida pela família?
() Sim () Não Qual? _____

9) Recebe algum incentivo público para desenvolver a atividade?
() Sim () Não

10) Recebe assistência técnica ou auxílio de técnicos agrícolas para desenvolver a atividade?

() Sim () Não Qual? _____

11) Recebe ou recebeu financiamento governamental de incentivo à produção?

() Sim () Não Qual? _____

12) Quais as dificuldades para fazer parte de um programa de financiamento à produção?

() Informação () burocracia () legalização () muitas exigências

() Outra: Qual? _____

13) Quais as dificuldades enfrentadas para desenvolver suas atividades?

() Financiamento () Mercado () Técnica () Operacional () Baixo lucro

() Outra: Qual? _____

14) Qual o meio utilizado para adubação na produção?

() Orgânico () Químico Outros: _____

15) Qual o meio utilizado para o combate de doenças e pragas na produção?

() Orgânico () Químico Outros: _____

16) A produção atual é suficiente para gerar renda para o sustento da família?

() Sim () Não

17) Faz parte de algum programa de distribuição de renda?

() Sim () Não Qual? _____

18) O Senhor acredita que uma política de incentivo poderia melhorar a sua atividade?

() Sim () Não

Como?

Apêndice F- Questionário aplicado aos agricultores familiares



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ENTREVISTA

Esta entrevista serve de instrumento de coleta de dados para a Dissertação do Mestrado em Educação Agrícola sobre o projeto **Percepção das Políticas Públicas de Agricultores Familiares do município de Maués/AM.**

A sua colaboração é fundamental para o sucesso da pesquisa, por isso é importante que suas respostas sejam objetivas. Elas são confidenciais e destinam-se exclusivamente para os fins acima expostos.

Entrevistado (a): _____ **Idade:** _____

Localidade: _____

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1) **Sexo:**
 masculino feminino

- 2) **Estado civil:**
 casado solteiro outros

- 3) **Nível de instrução:**
 analfabeto ensino médio completo
 ensino fundamental incompleto ensino superior incompleto
 ensino fundamental completo ensino superior completo
 ensino médio incompleto pós – graduação

- 4) **Há quanto tempo trabalha na comunidade:**
 menos de 1 ano 6 a 10 anos
 1 a 3 anos mais de 10 anos
 4 a 5 anos

- 5) **Quantas pessoas fazem parte da família:**
 de 01 a 03 de 04 a 06 mais de 06

- 6) **Quantas pessoas estão envolvidas diretamente na atividade:**
 de 01 a 03 de 04 a 06 mais de 06

- 7) **Qual a renda mensal aproximada da família com a produção?**
 menos de 01 salário mais de 03 salários
 de 01 a 03 salários acima de 10 salários

- 8) **Há outra fonte de renda da família?**

sim não qual? _____

9) Qual o tamanho aproximado da sua propriedade:

menos de 1 hectare

de 21 a 30 hectares

de 1 a 4 hectares (100x100 ou quadras)

desconheço

de 5 a 10 hectares

outros. _____.

de 11 a 20 hectares

10) Qual a área utilizada?

Apêndice G - Roteiro de Entrevista realizada com os agricultores familiares

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Qual a atividade produtiva desenvolvida por sua família? Por que escolheu essa atividade?
- 2) Quais as maiores dificuldades enfrentadas para desenvolver suas atividades?
- 3) Você recebe algum tipo de investimento do poder público para desenvolver a atividade? Como isso funciona?
- 4) Você acredita que uma política de incentivo poderia melhorar a sua atividade? De que forma?
- 5) Em sua opinião, por que o produtor não consegue acessar os benefícios destinados ao desenvolvimento da agricultura familiar?